



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ENOQUE BERNARDO DA SILVA

**HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR MACIEL A PARTIR DAS
MEMÓRIAS DE SUAS PROFESSORAS (1956 a 1971)**

JOAO PESSOA, PB
2011

ENOQUE BERNARDO DA SILVA

**HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR MACIEL A PARTIR DAS
MEMÓRIAS DE SUAS PROFESSORAS (1956 a 1971)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTONIO CARLOS FERREIRA PINHEIRO

JOÃO PESSOA, PB
2011

S586r Silva, Enoque Bernardo da.
História do Grupo Escolar Professor Maciel a partir das
memórias de suas professoras (1956 a 1971) / Enoque. --
João Pessoa, 2011.
119f.
Orientador: Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE
1. Educação. 2. História da Educação. 3. Grupo
Escolar - memórias. 4. Cultura escolar. 5. Cotidiano
escolar.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

ENOQUE BERNARDO DA SILVA

**HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR MACIEL A PARTIR DAS
MEMÓRIAS DE SUAS PROFESSORAS (1956 a 1971)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação

Dissertação de Mestrado aprovada em ____/____/____ com conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro
Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPB)
Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Maria Inês Sucupira Stamatto
Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRN)
Examinador Externo

Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia da Silva Nunes
Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPB)
Examinador Interno

Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPB)
Examinador Suplente

Dedico este trabalho:

Aos meus genitores Rita Gomes da Silva e João Bernardo da Silva.
As professoras do Grupo Escolar Professor Maciel nas pessoas de Maria Celeste de Sousa
Fonseca, Maria da Neves e Silva, Maria Lúcia Marinho e Severina Paes de Araújo,
protagonistas desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Chegamos ao final de mais uma etapa no caminho de uma pesquisa no campo da História da Educação paraibana e neste caminhar aprendemos bastante.

Pela fé cristã agradeço ao criador da vida, Deus, por ter colocado muitas pessoas no meu caminho e que me ajudaram a concretizar esse sonho.

A minha esposa, companheira e amiga, por sempre estar ao meu lado, dando-me forças;

Ao Professor Doutor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, que com paciência orientou-me, e ficava entusiasmado a cada fonte conseguida por mim para o desenvolvimento da pesquisa. Um orientador que em todos os momentos da pesquisa esteve atento e sempre prestativo para tirar dúvidas, e ao mesmo tempo abrindo caminhos e orientando-me como deveria prosseguir na caminhada no uso das fontes e do desenvolvimento do texto. A esse professor, digo, apenas, obrigado por ter acreditado em minha pessoa e o resultado é esta dissertação.

As professoras Maria Inês Sucupira Stamatto (UFRN) e Maria Lúcia da Silva Nunes (UFPB), pelas orientações relevantes efetivadas durante o exame de qualificação e nas discussões empreendidas durante a realização da defesa deste trabalho;

A professora Cláudia Engler Cury, a qual com palavras de incentivo despertaram em mim cada vez mais a vontade de pesquisar e aprender sobre a História da Educação;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, pelas aulas, que foram relevantes para a escrita deste trabalho;

Ao professor Charliton José dos Santos Machado, Coordenador do PPGE/UFPB, sempre atencioso e vigilante para que pudéssemos cumprir os prazos determinados;

Ao professor Jorge Chaves (Jorge Bacana), onde tive a honra de ser seu aluno no PPGE/UFPB;

A professora Maria Cacilda Marques, por ter aberto as portas da docência superior a minha pessoa;

Ao professor Cícero Augustinho Vieira, grande Mestre;

Aos amigos da linha de pesquisa, História da Educação, Philipe Henrique Teixeira, Célia Magalhães, Paula Frassinete e Jussara Bélen, pessoas que trago boas lembranças.

Aos funcionários do PPGE/UFPB, sempre solícitos;

A amiga Danielle Nascimento;

A Tatiana, Rosangela, Erinalva, Priscilla, Vânia Camacho, Vânia Silva, Vivian de Melo, pessoas com quem aprendi e aprendo bastante;

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba do Espaço Cultural José Lins do Rego, na pessoa do senhor Pedro, sempre a disposição dos pesquisadores;

A Secretaria de Educação de Itabaiana - PB;

A Secretaria de Educação de Juripiranga - PB;

A direção da Escola Estadual de Ensino Fundamental Odete Mendes, em Campo Grande, Itabaiana-PB;

A direção da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Maciel, na pessoa de Albânia Pinto Cassimiro;

As minhas eternas e queridas professoras: Joselita Félix, Luíza Lira, Socorro Barbosa, Ivanda Nascimento e Neide Silveira.

As minhas amigas, Neta e Vanda, filhas do Senhor João Pachaco, Itabaiana;

A Rosane Almeida, pessoa que muito prezo;

Aos amigos e colegas da Escola Salvino João Pereira, Juripiranga-Paraíba.

Somos muitos os que ainda se recordam do grupo escolar: ex-alunos, professores, diretores, funcionários, pais de alunos e muitas gerações da sociedade brasileira. Como esquecer esse universo peculiar, essa organização que aprisionou a nossa infância numa rede de repressões, deslumbramentos e descobertas de conhecimentos, códigos, símbolos, normas, valores, disciplinas? Como esquecer esse espaço do exercício profissional do magistério?

(Rosa Fátima de Souza, 1998)

RESUMO

Este trabalho versa sobre a História do Grupo Escolar Professor Maciel a partir das memórias de suas professoras (1956 - 1971). Assim, este estudo teve como principal objetivo analisar o processo de instalação e organização do Grupo Escolar Professor Maciel no contexto dos problemas educacionais e sociais paraibanos. Destacamos, ainda, alguns elementos constitutivos acerca da **cultura escolar** que foi sendo produzida e vivenciada por professoras que estiveram envolvidas com o seu cotidiano escolar. Adotamos como principal procedimento metodológico a história oral, na qual realizamos a nossa análise a partir das memórias de algumas das professoras que nele trabalharam. Todavia, inter cruzamos esses depoimentos com outras fontes escritas, oficiais e não oficiais, além das fotografias que nos foram cedidas durante o desenvolvimento da pesquisa. Analisamos todas essas informações a luz dos referenciais propugnados por Le Goff (1994), Bosi (1994) e Alberti (2001). Concluimos este trabalho destacando que o referido Grupo Escolar se constituiu, durante algumas décadas, numa importante instituição de ensino primário na cidade de Itabaiana.

Palavras-chave: Grupo escolar. Memória. Cultura escolar.

ABSTRACT

This research is about the History of the Grupo Escolar Professor Maciel based on the memories of its teachers (1956 – 1971). Thus, this study has as the main goal to analyze the process of installation and organization of the Grupo Escolar Professor Maciel on the context of social and educational problems of Paraibans. Yet, we have highlighted some constitutive elements about *school culture* that was being produced and experienced by teachers who were engaged within their school routine. We have adopted as main methodological approach the oral history, in which we accomplished our analysis from the memories of some teachers who taught there. However, we have crossed these depositions with other official and unofficial written sources, besides some photographs that were provided during the development of this research. We have analyzed all this information at the light of the references advocated by Le Goff (1994), Bosi (1994) and Alberti (2001). We concluded this research pointing out that the mentioned school was, for a few decades, an important elementary school institution in Itabaiana town.

Key-words: School class. Memory. School culture.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das escolas públicas de Itabaiana, 1961_____	27
Quadro 2 - Relação das professoras fundadoras e funcionários do Grupo Escolar Professor Maciel, em 1956_____	41
Quadro 3 - Relação das profissões dos pais dos alunos do Grupo Escolar Professor Maciel, no período de 1962 a 1967_____	89
Quadro 4 - Relação dos alunos/as do 4º ano. Primeira, turma do nível elementar, concluinte do Grupo Escolar Professor Maciel, em 1958_____	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa da Cartilha das Mães	49
Figura 2 - Capa da Cartilha do ABC	58
Figura 3 - Capa da Cartilha do Povo	58
Figura 4 - Capa do Programa de Ensino Primário, v. 1 referente à 1ª série	98
Figura 5 - Plano de Aula de Leitura para a 3ª série	99
Figura 6 - Capa principal do livro Nordeste	100

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Grupo Escolar Padre Ibiapina, 1918_____	30
Foto 2 - Prédio onde funcionou uma das escolas rurais que foram criadas na década de 1950, localizada no Distrito de Guarita_____	36
Foto 3 - Prédio onde funcionou também uma escola rural, que foi criada em 1955, localizada no Distrito de Campo Grande_____	37
Foto 4 - Esta placa se encontra na entrada da atual Escola Estadual de Ensino Fundamental Odete Mendes Nascimento Oliveira_____	37
Foto 5 - Placa que se encontra na entrada do antigo Grupo Escolar Professor Maciel_____	39
Foto 6 - Prédio do antigo Grupo Escolar Professor Maciel. Atualmente, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Maciel_____	42
Foto 7 - Professor Maciel, 1914_____	45
Foto 8 - D. Nini Paes. Conclusão do Curso Normal, em 1944_____	48
Foto 9 - Turma da conclusão do curso ginásial, em 1942_____	50
Foto 10 - Professoras com a turma pioneira do Curso Normal CNSC, 1961_____	55
Foto 11 - D. Maria Celeste de Souza. Conclusão do Curso Ginásial, em 1950_____	57
Foto 12 - D. Maria das Neves e Silva. Na Secretaria do Grupo Escolar Professor Maciel, 1957_____	61
Foto 13 - D. Maria Lúcia Marinho. Formatura do Curso Normal no Colégio Nossa Senhora da Conceição, 1963_____	62
Foto 14 - D. Maria Lúcia Marinho. Recebimento do anel de formatura, 1963_____	63
Foto 15 - Corpo docente – Dia do Mestre 1964_____	64
Foto 16 - Professoras do Grupo Escolar Professor Maciel, 1957_____	65
Foto 17 - Festa de São João, no Grupo Escolar Professor Maciel, 1967_____	76
Foto 18 - D. Nini Paes discursando no dia 7 de setembro de 1957_____	79
Foto 19 - Baliza da Banda Marcial do Grupo Escolar Professor Maciel, 1964_____	82
Foto 20 - Banda Marcial do Grupo Escolar Professor Maciel, 1964_____	82

Foto 21 - Professoras do Grupo Escolar Professor Maciel, 1964_____83

Foto 22 - Alunos do Grupo Escolar Professor Maciel, em carro alegórico,
representando a escravidão_____84

Foto 23 - Desfile de sete de setembro de 1964. Carro representando Tiradentes no
patíbulo para ser enforcado_____84

SUMÁRIO

1	ENSAIANDO A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE PESQUISA E OS SEUS PROCEDIMENTOS	14
1.1	Origem do tema e do problema	14
1.2	Os procedimentos adotados e as fontes	18
1.3	Os pressupostos interpretativos	21
2	UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR E OS SEUS SUJEITOS EDUCATIVOS: O GRUPO ESCOLAR PROFESSOR MACIEL E SUAS PROFESSORAS	26
2.1	Itabaiana: espaço e tempo	26
2.2	A criação do primeiro grupo escolar em Itabaiana: O Grupo Escolar Padre Ibiapina	28
2.3	Grupo Escolar Professor Maciel: criação e funcionamento	32
2.4	Os Sujeitos Educativos: o patrono e algumas professoras do Grupo Escolar Professor Maciel	44
3	DAS PRESCRIÇÕES À CULTURA ESCOLAR: OUVINDO AS PROFESSORAS DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR MACIEL	67
3.1	Os conteúdos de ensino e a metodologia adotada pelas professoras	67
3.1.1	As festas religiosas e cívicas no Grupo Escolar Professor Maciel	73
3.2	O Clube Agrícola: sensibilizando os alunos para as questões do campo	85
3.3	Os tempos da escola e a (in) disciplina	89
3.4	As avaliações e a conclusão da primeira turma do Grupo Escolar Professor Maciel	91
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	105
	ANEXOS	111
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	112
	ANEXO B – FOTO DA ESCOLA ELEMENTAR MISTA	114
	ANEXO C – OFÍCIO	115
	ANEXO D – ATAS	116
	ANEXO E – CONTRA CAPA DO PROGRAMA DE ENSINO PRIMÁRIO, 1968	119

1 ENSAIANDO A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE PESQUISA E OS SEUS PROCEDIMENTOS

Esta dissertação de mestrado que ora apresentamos é resultado da pesquisa que desenvolvemos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Ela se insere no rol das pesquisas que vem sendo realizadas com relação aos grupos escolares que perduraram no Brasil por quase um século, isto é, de 1894 aos anos setenta do século XX. Na nossa pesquisa apresentamos a “História do Grupo Escolar Professor Maciel a partir das Memórias de suas Professoras” (1956-1971), localizado na cidade de Itabaiana – Paraíba. O marco inicial desta pesquisa refere-se ao ano de fundação do referido grupo escolar e o final (1971), refere-se ao ano em que esse tipo de instituição escolar foi extinto pela Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional de 1971, ou seja, a Lei 5.692/71.

1.1 Origem do tema, do problema e a formulação dos objetivos

O nosso interesse em escrever a história desse grupo escolar surgiu quando tomamos conhecimento de trabalho publicado sobre esse tipo de estabelecimento público destinado ao ensino primário, implantado no Estado de São Paulo no final do século XIX e que depois foi se expandindo para todo o território brasileiro por iniciativa de cada Presidente estadual da república brasileira.

Antes de começarmos o estudo sobre o referido grupo escolar é fundamental conhecermos um pouco sobre a história desse tipo de estabelecimento de ensino destinado ao ensino primário no Brasil. Alguns estudos nos indicam, que foi a partir da implantação desse modelo de organização escolar, que se passou a se ter uma preocupação maior com um local apropriado para o ensino das primeiras letras, isto porque até os primeiros anos da República no Brasil não havia os cuidados que passou a acontecer a partir da implantação dos grupos escolares. Sobre isso Vidal (2006, p. 30) afirma:

Os grupos escolares constituíram-se numa nova modalidade de escola primária, uma organização escolar mais complexa, racional e moderna. Implantados no Brasil no início do período republicano, tornaram-se, ao longo do século XX, no tipo predominante de escola elementar encarnando o sentido mesmo de escola primária no país. Dessa maneira, a história dos grupos escolares se confunde com a história do ensino primário e está no centro do processo de institucionalização da escola pública.

Durante todo o processo de institucionalização da escola (pública e privada) no Brasil, vários sujeitos já compunham o universo escolar tais como: o porteiro, o servente, o inspetor, o bedel, o monitor e o próprio professor (a). Todavia, foi com a criação dos grupos escolares que surgiu a função do diretor escolar. Segundo primoroso estudo realizado por Souza (1998, p. 75)

Desde o início, o diretor assumiu um papel central na estrutura hierárquico-burocrática (...). Ele foi considerado o elemento-chave que transformaria a mera 'reunião de escolas' em uma escola graduada orgânica. Na visão organicista em voga na época, o diretor era o cabeça, o elemento fundamental para a organização da escola graduada.

Ao mesmo tempo em que ocorreu uma especialização das atividades educativas no interior desse novo modelo de organização escolar reiterou-se, também, a necessidade de qualificar o professorado que deveria ser principalmente, formado pelas escolas normais. Sobre esse aspecto, a autora acima referenciada, também, destaca que:

[...] Os grupos escolares consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de métodos e processos pedagógicos existentes na época. Conseqüentemente, eles necessitaram da produção de um novo profissional, isto é, professores com o domínio dos novos métodos de ensino. (SOUZA, 1998, p. 16)

No que concerne ao nível de qualificação das professoras fundadoras do Grupo Escolar Professor Maciel, verificamos algumas especificidades político-culturais que desenvolvemos mais detidamente no capítulo I deste trabalho.

O Grupo Escolar Professor Maciel iniciou as suas atividades no antigo prédio onde já havia funcionado o primeiro grupo escolar de Itabaiana. Todavia, muito brevemente passou a ocupar o novo prédio construído em 1955. A partir desse momento todas as professoras receberam novas portarias de transferência para atuarem no grupo escolar recém inaugurado. Lá essas professoras passaram muitos anos lecionando ou até mesmo exercendo a função de diretora, como foi o caso das professoras Ivanise Santiago e Severina Paes de Araújo que haviam sido fundadoras do referido grupo.

A partir desta apresentação sobre o Grupo Escolar Professor Maciel é imprescindível justificar os motivos que nos levaram a escolhê-lo como objeto desta pesquisa.

Tudo começou quando iniciamos a leitura dos trabalhos publicados sobre grupos escolares, como os de Souza (1998), Pinheiro (2002), Faria Filho (2006) e Vidal (2006), e

vimos que com relação à região do agreste da Paraíba não havia nenhum trabalho publicado sobre qualquer grupo escolar que lá existiu. Ao mesmo tempo essas leituras ativaram a nossa memória acerca do grupo escolar, que esteve presente durante parte da nossa infância. Outro aspecto mais geral refere-se ao fato dessa instituição escolar se constituir em uma importante referência educacional na cidade de Itabaiana.

Todos esses aspectos reunidos nos despertaram a vontade de conhecermos a sua história, bem como a de produzir um conhecimento histórico educacional, que sem dúvida nenhuma constitui peça fundamental para compreendermos o processo de escolarização da Paraíba e, especialmente, de Itabaiana.

Interessante é ainda ressaltarmos que quando fazíamos o curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba e cursamos a disciplina História da Educação I e II começamos a ter interesse por esse campo de conhecimento. No entanto, tínhamos uma noção muito restrita desse campo. Por certo tempo, acreditávamos que a História da Educação se restringia apenas aos grandes pensadores da Idade Clássica, a chegada da Companhia de Jesus ao Brasil e a sua expulsão em 1749; a fundação das primeiras faculdades para os filhos da elite com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, os pioneiros da educação no Brasil e a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, em 1961.

A paulatina superação dessa visão ingênua foi aos poucos ocorrendo, quando passamos a ter contato com os pesquisadores da linha História da Educação do PPGE-UFPB e vimos que diversos temas referentes à educação eram abordados a partir da perspectiva histórica. Assim, começamos a participar do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Educação e Sociedade (HISTEDBR), Paraíba. Percebemos logo de imediato que a história da educação não se faz tão somente com as obras notáveis dos grandes pensadores, leis e decretos. Aos poucos, fomos vendo que questões relativas à historicidade educacional pouco ainda haviam sido exploradas na Paraíba e que muitas fontes tais como: os diários de classe das professoras, os cadernos escolares utilizados pelos alunos, os bancos escolares, a forma arquitetônica dos prédios, o uso do quadro negro, a metodologia que as professoras primárias utilizavam para darem suas aulas, às festas, os desfiles escolares cívicos, os hinos, e os livros didáticos, tudo isso são elementos impregnados de cultura. Assim sendo, mais esse despertar fez crescer em nós o interesse pela história da educação e mais particularmente, sobre a história do Grupo Escolar Professor Maciel.

Podemos afirmar que no início sentimos dificuldades em realizar a pesquisa, porque possuíamos poucos conhecimentos acerca dos pressupostos teóricos da História, enquanto ciência. Nesse sentido, nos sentimos tocados e enquadrados na análise que Lopes e Galvão

(2001, p. 32), tecem sobre aqueles que desejam adentrar ao universo da pesquisa histórica educacional, vejamos:

Para o pedagogo e o educador de modo geral, é necessário um profundo mergulho nas teorias e metodologias da História e na prática dos arquivos, a fim de que se possa sentir um pesquisador com habilidade, para realizar a “operação historiográfica”, para usar a expressão de Michel de Certeau. Na visão do historiador de ofício é preciso familiaridades com o objeto: a educação e suas especificidades.

Acalentados por todas essas novas ideias pensamos em escrever uma história sobre o Grupo Escolar Professor Maciel. No entanto, ao mantermos um primeiro diálogo com a diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Maciel e ao apresentarmos a nossa proposta de estudo, disse-nos a mesma, que a documentação da época da fundação do grupo escolar não mais existia, devido à falta de conservação, inclusive em decorrência da ação dos cupins, ou seja, que toda ela havia sido destruída. Por um momento pensamos que não seria possível continuar com a pesquisa, uma vez que o único registro que encontramos foi uma placa de bronze situada na entrada da escola. Sobre esse aspecto discorreremos com mais vagar nas próximas páginas deste estudo.

A diretora com a qual conversávamos percebendo a frustração acerca do empecilho que se apresentava para a realização do trabalho nos orientou a procurar as professoras fundadoras que vivem na cidade de Itabaiana. – Assim o fizemos. Interessante o mundo da produção do conhecimento científico, pensa-se em pesquisar algo de uma maneira e quando surge uma grande dificuldade se procura outros procedimentos para alcançarmos os nossos propósitos. Nesse sentido, devido às circunstâncias apresentadas partimos para outra metodologia de trabalho, qual seja: a adoção da história oral.

A partir dos procedimentos de pesquisa que adotamos, desejamos ativar a memória das professoras, no sentido de compreendermos as relações sociais e políticas que permearam as práticas docentes das professoras do Grupo Escolar Professor Maciel. Também nos intrigavam os motivos que levaram o governo da Paraíba, em 1956 a inaugurar um novo grupo em Itabaiana e ao mesmo tempo extinguir o Grupo Escolar Camillo de Holanda.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de instalação e organização do Grupo Escolar Professor Maciel no contexto dos problemas educacionais e sociais paraibanos. Discutir as abordagens pedagógicas que foram vivenciadas pelas professoras quando atuaram no referido grupo escolar, destacando alguns elementos constitutivos acerca da cultura escolar que foi sendo produzida e vivenciada por todas as

professoras envolvidas com o processo de criação e funcionamento da referida instituição. Partindo desses objetivos iniciamos a pesquisa adotando alguns procedimentos que passamos a apresentar no próximo item.

1.2 Os procedimentos adotados e as fontes

A escolha da metodologia de trabalho não é tarefa das mais fáceis. É necessário sabermos realmente qual é o objeto de estudo e quais as possibilidades para se trabalhar com êxito a partir dos procedimentos escolhidos. No estudo em questão quando optamos em escrever a história do grupo escolar localizado na cidade de Itabaiana sentimo-nos no primeiro momento com dificuldades devido a falta dos documentos escritos. Mas, quando surgiu a possibilidade de trabalharmos com a História Oral, tomando como referência as professoras que lá ensinaram, o trabalho nos pareceu se tornar viável à sua realização. No entanto, para se trabalhar com a História Oral é fundamental ganhar a confiança de quem vai ser entrevistado e ao mesmo tempo dominar o tema, uma vez que se tendo o conhecimento mínimo, tanto nos ajuda a conduzir o trabalho de entrevista como nos possibilita estabelecer cruzamentos com outras fontes sejam elas bibliográficas, documentais ou oriundas de outros depoimentos orais.

No nosso caso o interesse era o de escrever a história de um grupo escolar, mas para isso foi necessário saber em que momento surgiu esse tipo de instituição de ensino primário no Brasil, como chegou à Paraíba, que interesses políticos, sociais e educacionais existiam para que fossem implantados no interior da Paraíba. Desejávamos também conhecer quem eram os sujeitos, ou melhor, os dirigentes da educação na época e ao mesmo tempo saber que importância teve os grupos escolares no processo de consolidação do ensino primário paraibano.

Pesquisando e conversando com algumas pessoas da cidade, localizamos três professoras fundadoras e outras que trabalharam no referido Grupo Escolar durante o período de 1956 a 1971. Assim, abrimos uma linha de contato com cada uma delas separadamente. Nessas ocasiões, apresentávamos o nosso projeto para que fizessem a leitura e solicitávamos que aceitassem o desafio de contribuir para a realização da pesquisa. Entretanto, para nos aproximarmos dessas professoras e até convencê-las da relevância de suas participações nesta pesquisa foram necessárias várias conversas. No transcorrer das mesmas informávamos que seria publicado apenas aquilo que elas permitissem, ou seja, nada seria publicado sem as suas prévias autorizações. No entanto, essas entrevistas não foram realizadas de forma aleatória, para tanto elaboramos um roteiro que se encontra no Anexo A.

Depois reunimos todas na casa de uma delas onde mantivemos uma conversa descontraída. E foi nessa conversa que ficamos sabendo que duas das professoras haviam sido diretoras do Grupo Escolar Professor Maciel, conforme já salientamos anteriormente.

Para realizarmos a entrevista com as professoras foi preciso muita paciência e cuidado, porque o ato de trabalhar com História Oral exige conhecimento profundo da sua metodologia. É necessário conquistar a confiança, ter uma justificativa consistente para convencer alguém a colaborar com a pesquisa. Tem que ter um projeto de pesquisa claro e minimamente bem delimitado para que os entrevistados sintam-se seguros e confiantes.

Sobre a História Oral é fundamental conhecermos um pouco do percurso da mesma como metodologia nas pesquisas qualitativas, porque para muitos ela é nova, como se a mesma tivesse surgido no século XX. Segundo Thompson (1992, p. 45) “a história oral é tão antiga quanto à própria história”. Ela foi à primeira espécie de história. A História Oral tem sua origem na Idade Antiga, quando nas sociedades sem escritas, os anciãos repassavam para as crianças e jovens os seus ensinamentos. Os seus valores, as suas crenças, o uso das plantas para alimentação e medicinal, a maneira de construir seus instrumentos de defesas contra os inimigos, ou seja, os ensinamentos realizados a partir da oralidade era o único recurso para deixar para a posteridade a história de seus antepassados. Daí o recurso da memória era fundamental para que as tradições fossem mantidas e retransmitidas. Quanto a esse aspecto nos deteremos com mais acuidade no próximo item deste capítulo.

A partir do século XX, a história oral não somente passa a escutar as pessoas que tivessem acesso ao conhecimento formal, ou aos poderosos, mas também pessoas simples que nunca freqüentaram uma sala de aula, porque elas têm muito que dizer sobre determinada época em que viveram. Portanto, neste trabalho procuramos ouvir as professoras primárias que durante muito tempo ficaram no ostracismo e esquecidas.

Vale ainda salientarmos que História oral começa a ganhar força no século XX a partir uso do gravador. Ele passou a ser um instrumento de fundamental importância nessa metodologia, porque passou a registrar a voz das pessoas e a partir daí poder ficar guardado para futuras pesquisas.

Então, ouvir professoras primárias pela metodologia da História oral nos propiciou conhecer um passado não muito distante do nosso ensino primário no interior da Paraíba. Essas mulheres cumpriram determinações expedidas pelo órgão responsável pela educação e ao mesmo tempo participaram e ajudaram a produzir uma cultura escolar que nem sempre significou o simples cumprimento das normas e das prescrições.

Realizadas as entrevistas com cada professora, a segunda etapa que foi de ouvirmos atentamente e transcrevermos a fala dessas mulheres. Essa fase é muito delicada, porque temos que transcrever tal qual como foi dito, expressado, pelas entrevistadas. Não podemos omitir nenhuma palavra ou acrescentar outras. Sobre o processo de transcrição Alberti (2001, p. 174), nos orienta que:

Na passagem da entrevista da forma oral para a escrita, a transcrição constitui a primeira versão escrita do depoimento, base de trabalho das etapas posteriores. Trata-se de um primeiro e decisivo esforço de traduzir para a linguagem escrita aquilo que foi gravado. Por sua importância, é necessário que todos os esforços se dirijam para a qualidade do trabalho produzido, o que significa ser fiel ao que foi gravado, cuidar da apresentação do material transcrito e respeitar as normas estabelecidas pelo programa.

Todavia, para além das fontes orais, uma vez que não tínhamos encontrado, de imediato, nenhum documento que tratasse da fundação do referido grupo escolar, recorremos ao Arquivo Público do Estado da Paraíba, vinculado a Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego, em João Pessoa. Nessa autarquia tivemos acesso ao Diário Oficial do Estado da Paraíba e o jornal “A União” onde pudemos encontrar informações e os decretos que extinguiram o Grupo Escolar Camilo de Holanda e o decreto que criou o Grupo Escolar Professor Maciel. No Diário Oficial localizamos o Regulamento do Ensino Primário sancionado pelo governador José Américo de Almeida no final de seu mandato. Esse documento, para este estudo foi muito importante porque nos possibilitou estabelecer um diálogo entre aquilo que estava prescrito e o que ocorria no cotidiano do Grupo Escolar, naturalmente que matizado pelas memórias das professoras.

Paralelamente, ao desenvolvimento das entrevistas, com as professoras tivemos acesso a uma ficha de frequência do mês de abril de 1957 na qual constam os nomes de todos os funcionários, professores e o do inspetor e as atas da realização dos exames finais realizados pela Divisão de Orientação e Pesquisas Educacionais, setor da Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Paraíba. Com as professora tivemos, ainda, acesso a uma fotografia com várias professoras e dois discursos escritos a mão de quando uma delas chegou a ser diretora. Os discursos são referentes ao dia do professor, dia sete de setembro e dia da criança.

1.3 Os pressupostos interpretativos

Como vimos no item anterior, o desenvolvimento desta pesquisa adotou como principal procedimento metodológico o uso da história oral, assim, essa escolha nos remeteu a complexa relação que se estabelece entre a História e a Memória.

Do ponto de vista historiográfico essa discussão foi empreendida por vários estudiosos tais como: historiadores, antropólogos, filósofos e sociólogos que a partir de enfoques teóricos diversos, apresentam matizes e nuances explicativas, que ainda influenciam os pesquisadores da contemporaneidade. Dentre esses teóricos clássicos aqui destacamos: Nietzsche (2005), Benjamin (1980) e Halbwachs (1990). Na contemporaneidade enumeramos entre outros: Nora (1993), Le Goff (1994), Ricoeur (2007) e entre os estudiosos brasileiros: Montenegro (1992 e 2008), Bosi (1994), Meneses (1999) e Alberti (2001).

Para muitos estudiosos não há como falar de história sem se remeter aos fragmentos de memória, sejam eles documentais, monumentais e, mais recentemente, orais. Como também não é possível falar de memória sem que se remeta ao passado próximo ou distante, independentemente de se constituir ou não um conhecimento histórico. Dessa forma, história e memória são duas categorias que estão intrincadas, porque uma depende da outra. A memória ajuda a guardar informações e acontecimentos vividos pelas pessoas, sejam elas nascidas em palácio ou não. A memória histórica é inerente ao ser humano, pois a partir dela a história é lembrada. Para Cambi (1999, p. 35) a memória é muito mais do que lembrar:

A memória não é absolutamente o exercício de uma fuga do presente nem uma justificação genealógica daquilo que é, tampouco o inventário mais ou menos sistemático dos monumentos de um passado encerrado e definitivo que se pretende reativar por intermédio da nostalgia: não, é a imersão na fluidez do tempo e o traçado de seus múltiplos – e também interrompidos – itinerários, a recomposição de um desenho que, retrospectivamente, atua sobre o hoje projetando-o para o futuro, através da indicação de um sentido, de uma ordem ou de desordem, de uma execução possível

Sobre o mesmo tema Le Goff (1994, p. 423), afirma que a memória tem a

Propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Essas relações que se estabelece entre a memória e a história foram sendo constituídas a partir do momento que determinados sujeitos começaram a registrar e lembrar os

acontecimentos ocorridos na comunidade onde estavam inseridos. Cada batalha ganha, o nascimento dos filhos, a derrubada de um líder da tribo e ascensão do outro, era retido na memória coletiva e/ou na memória individual e sempre que necessário era lembrado a partir da narrativa oral, conforme discutimos no item anterior. Portanto, a memória se constituía não somente como uma tarefa de lembrar um passado morto ou distante, mas, como necessidade de manutenção da vida de diversos grupos sociais ou de comunidades. Em contrapartida, Cambi (1999, p. 35), nos ensina que a história “é o exercício da memória realizado para compreender o presente e para ler as possibilidades do futuro, mesmo que seja um futuro a construir, a escolher, a tornar possível.”

No entanto, o conhecimento histórico durante muito tempo foi associado aos acontecimentos do passado e aos feitos dos reis, dos imperadores, dos governadores, dos estadistas, dos generais ou ocasionalmente dos eclesiásticos, conforme analisa (BURKE, 1992). Os “grandes fatos históricos” relacionados à elite deveriam ser registrados e os documentos oficiais eram considerados as fontes verdadeiras e inquestionáveis, isto é, depositários da “verdade histórica.”

Era o predomínio da história, que hoje denominamos imprecisamente de tradicional, a qual começou a perder espaço na academia desde o final do século XIX, mas que se consubstanciou teoricamente no século XX, a partir do final da década de 1920, com o movimento que ficou conhecido como Escola dos Annales. (BURKE, 1992). A partir desse movimento abriu-se paulatinamente e de forma inexorável a possibilidade das pessoas simples saírem do anonimato e passassem a serem ouvidas a partir dos seus relatos de vida, ou seja, de suas memórias. Nessa perspectiva, os historiadores passaram a considerar que as práticas dos homens e mulheres simples e comuns são tão relevantes para a escrita da história, quanto àquelas elaboradas a partir da análise das estruturas econômicas ou das “grandes” ações políticas. Desta forma as “finalidades marxistas, às abstrações weberianas ou às intemporalidades estruturalistas” (LE GOFF; NORA, 1988, p. 13 *apud* PINHEIRO, 2011, p. 248), tiveram que compartilhar o espaço da produção com a história vista de baixo (SHARPE, 1992), ou em outros termos, com “a tendência da história a se intentar no nível do cotidiano, do ordinário, dos **pequenos**” (LE GOFF; NORA, 1988, p.13 *apud* PINHEIRO, 2011, p. 250).

Foi nessa conjuntura do próprio movimento de renovação da História, que as “memórias” passam a ocupar um lugar de destaque nas discussões teóricas e metodológicas no campo da produção do conhecimento histórico. Todavia, as questões envolvendo a

“Memória”, adentraram ao universo de muitas disputas tanto em termos conceituais¹ quanto da sua relação com a História. Afinal a memória é história, isto é, as narrativas produzidas pelos sujeitos são a própria história em sua consecução, ou se constitui um procedimento metodológico?

Essa discussão, todavia, vem se arrastando já algumas décadas, sem que surja um consenso entre os historiadores, antropólogos e sociólogos, ou seja, permanecem aqueles que entendem a “memória” como a própria história e aqueles que a utilizam como mais um recurso de análise ou interpretação, isto é, como mais uma fonte para a produção do conhecimento histórico.

Sendo assim, a memória e a história contribuem para a construção da identidade das pessoas que viveram e ao mesmo tempo em que permaneceram ligadas a comunidade onde foram criadas, e que ficou retida na memória, ajudando-a a construir sua maneira de ser e comporta-se no meio social onde vive. Como isso, concordamos com Candau (2011, p.19), quando afirma: “Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente”.

Evidentemente que aqui não daremos prosseguimento a essa intensa discussão, entretanto, nos colocamos no conjunto daqueles que entendem a memória como fontes para sua pesquisa e, especialmente para a história educacional. Assim, os resultados das entrevistas que procedemos junto a algumas professoras do Grupo Escolar Professor Maciel, foram aqui utilizadas como a principal fonte, que ao longo desta construção textual às inter cruzamos e confrontamos com outras, especialmente as escritas oficiais, conforme detalhamos anteriormente.

Segundo Bosi (1994), a lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado e as memórias dessas professoras foram por nós, tanto ativadas em um primeiro momento, quanto lapidadas em um segundo, objetivando nos auxiliar no processo de construção de um conhecimento histórico educacional. As memórias das professoras estavam guardadas e adormecidas, ou seja, recolhidas ao mundo privado, da intimidade e talvez dos seus entes mais próximos. Ao serem por nós trabalhadas passaram também a fazer parte do mundo público e como parte do conhecimento histórico educacional neste trabalho elaborado. Sobre esse aspecto Lopes e Galvão (2001, p. 40) consideram que essa forma de abordagem no campo da História da Educação, provocou também

¹ Para um maior aprofundamento sobre essa questão, consultar Le Goff (1994), no capítulo intitulado Memória.

uma verdadeira revolução na seleção dos objetos de pesquisa e na forma de abordá-los. Temas como a cultura e o cotidiano escolar, a organização e o funcionamento interno das escolas, a construção do conhecimento escolar, o currículo e as disciplinas, os agentes educacionais (professores, professoras, mas também os alunos e alunas), a imprensa pedagógica, os livros didáticos etc. têm sido crescentemente estudados e valorizados.

Atrelada a essa noção que assumimos acerca da memória, optamos por trabalhar na perspectiva da cultura escolar, porque ao se escrever acerca da história de uma instituição de ensino a partir das memórias de suas professoras, tivemos como preocupação “abrir a caixa preta”, ou seja, adentrarmos no interior do grupo escolar aqui em estudo, para percebermos o seu cotidiano, algumas das práticas pedagógicas efetivadas pelas professoras que lecionaram no Grupo Escolar Professor Maciel, no período de 1956 a 1971.

A expressão de “caixa preta da escola” foi tomada de empréstimo a partir das leituras que realizamos e, especialmente, do artigo escrito por Julia (2001, p. 10) no qual conceitua cultura escolar. Vejamos:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.

Partindo dessa definição é que, neste trabalho não procuramos apenas a origem, a criação, construção (projeto, implantação, estilo arquitetônico e organização), mas, sobretudo, nos ocupamos acerca da atuação das professoras. Ainda inspirando-nos em Julia (2001), nos apropriamos de três eixos temáticos, os quais ele denominou de vias para saber sobre como essas professoras foram lecionar no grupo escolar, como se tornaram professoras como se profissionalizaram e que práticas pedagógicas eram vivenciadas por elas no interior dessa instituição escolar. Sobre esses três eixos o referido autor afirma que:

A primeira via seria interessar-se pelas normas e pelas finalidades que regem a escola; a segunda, avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educador; e a terceira, interessar-se pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares. (JULIA, 2001, p. 19)

Dessa forma, visando atender esses três eixos buscamos a partir das entrevistas com as professoras construirmos uma possível história do Grupo Escolar Professor Maciel.

Entendemos, mesmo que rapidamente, ser necessário tecermos aqui algumas considerações acerca do momento em que as professoras começaram a lecionar, ou seja, em uma época que no Brasil ainda não havia sido aprovado o primeiro projeto de Lei de Diretrizes de Educação Nacional, enviado ao Congresso Nacional, em 1948. Sendo assim, a organização escolar brasileira era regida nos anos de 1950, pelas leis orgânicas de ensino para cada nível.

No período no qual iniciamos este estudo, o Brasil, também, estava vivendo o início do processo democrático e o começo do chamado período desenvolvimentista que se aprofundou com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao governo brasileiro². Assim sendo, foi nesse contexto que as professoras do Grupo Escolar Professor Maciel foram às principais protagonistas no processo de organização desse estabelecimento de ensino.

Com base nessas perspectivas acerca da cultura escolar e de um momento da história brasileira marcado pelo desenvolvimentismo, estruturamos o nosso trabalho da seguinte forma:

No capítulo seguinte, intitulado: Problemas sociais e educacionais na Paraíba: o desenvolvimentismo e a formação dos professores, apresentamos, inicialmente, um breve histórico dos grupos escolares, criados nas principais cidades brasileiras, ou seja, quais foram as suas finalidades sociais, culturais e, especialmente, educacionais. Discuto também a criação e inauguração do primeiro grupo escolar em Itabaiana no ano de 1918, sua permanência com o nome de “Padre Ibiapina,” depois para “Camilo de Holanda” e por último Grupo Escolar Professor Maciel. No terceiro e último capítulo procuramos dar voz às professoras que participaram do processo de organização do referido grupo escolar destacando os projetos que desenvolveram, como por exemplo, o Clube Agrícola. Realçamos dos seus depoimentos o papel que as autoridades locais tiveram no processo de envolvimento com política partidária e que terminaram por interferir na administração do estabelecimento de ensino aqui em discussão. Alguns momentos dramáticos da nossa história recente também abordados pelas nossas professoras em relação ao período da ditadura militar, que deixaram-nas com temor de serem punidas e perseguidas. Em seguida adentramos às práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras no âmbito do Grupo Escolar Professor Maciel.

² Sobre esse período há um estudo de referência de Benevides (1979).

2 UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR E OS SEUS SUJEITOS EDUCATIVOS: O GRUPO ESCOLAR PROFESSOR MACIEL E AS PROFESSORAS

2.1 Itabaiana: espaço e tempo

A origem de Itabaiana remonta ao período colonial na localidade denominada Maracaípe, na segunda metade do século XVII, e segundo alguns pesquisadores a cidade recebeu esse nome devido a uma fazenda de criação de gado, pelos anos de 1757. Os seus proprietários eram a senhora Josefa Coelho e João Fernandes Lisboa. Essa fazenda situada as margens do Rio Paraíba servia de apoio para todos aqueles que viajavam com destino ao Recife, ao sertão da Paraíba e a Cidade da Paraíba, capital da província. Cansados, os viajantes encontravam abrigo para os seus cavalos, para o gado e para os familiares. Assim foi surgindo o povoado que com o tempo foi transformado em vila.

Com relação ao topônimo, o vocábulo Itabaiana ainda não há uma definição acerca do seu significado, no entanto a mais aceita e corriqueira é que o nome Itabaiana significa **pedra que dança**. Essa definição refere-se a uma pedra que existia no Rio Paraíba, abaixo da ponte velha, que segundo os antigos moradores fazia movimentos rotatórios.

Desde a sua fundação sempre chamou-se Itabaiana, no entanto, durante a interventoria de Rui Carneiro, o nome da cidade perdeu a sílaba inicial e passou a ser denominada Tabayanna. O Interventor atendeu a explicação dada por aqueles que formavam a Comissão responsável pela divisão territorial de todos os municípios brasileiros e que também, renomeavam àqueles, além das cidades que tinham nomes iguais, como era o caso de Itabaiana que também existia uma cidade como o mesmo nome no Estado de Sergipe.

Mas, em 1948, a cidade tinha dois deputados estaduais, filhos da Itabaiana paraibana que apresentaram uma lei para que ocorresse o retorno do antigo nome, (Lei nº 135, de 30 de setembro de 1948). Porém, a mudança foi definitiva quando Oswaldo Trigueiro de Albuquerque de Melo, governador da Paraíba, enviou um novo projeto de lei para a Assembléia Legislativa, no qual fazia voltar os antigos nomes de todas as cidades e distritos que haviam sido mudados, reforçando, assim, a lei aprovada pelos deputados. A lei do executivo teve o número 318 de 07 de janeiro de 1949 que reorganizou, também, a divisão administrativa do Estado da Paraíba.

A cidade de Itabaiana está localizada na região agreste do Vale do Paraíba, a 80 quilômetros de distância da capital paraibana. Possuía, aproximadamente, em 1956 possuía 38.471 habitantes, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

de 1950. Sua extensão territorial, atualmente, é de 218 Km². Limita-se com Mogeiro, Pilar, Salgado de São de Félix, Timbaúba e São José dos Ramos.

Até os primeiros anos da década de 1950, a cidade de Itabaiana não possuía uma instituição que oferecesse aos jovens o ensino secundário, tendo sido inaugurado, somente, em 1954, a Escola Comercial Dom Bosco, sob a direção de João Tavares da Costa, que anos depois foi fechada. No entanto, para suprir a falta de um estabelecimento de ensino secundário, em 1970, o professor Emir Nunes da Silva, fundou o Colégio Técnico Comercial Dom Bosco, que era particular.

Em relação ao ensino primário, em 1953, foi inaugurado na cidade, o Colégio Nossa Senhora da Conceição. Esse colégio era administrado sob os dogmas da Irmandade Catarina de Sena e nele também funcionou o Curso Normal Regional até 1965, quando passou a oferecer o Curso Pedagógico.

Naquele ano de 1965, a cidade, passou a contar com outro estabelecimento de ensino particular, no qual oferecia o ginásial e o colegial. A referida instituição se chamou Colégio Monsenhor Miranda, fundado pelo Coronel Raul.

Desses colégios particulares citados, apenas, dois ainda existem hoje em Itabaiana, o Colégio Nossa Senhora da Conceição, que oferece desde a educação infantil até o ensino médio e o Colégio Técnico Comercial Dom Bosco, que oferece a segunda fase do ensino fundamental e todo o ensino médio.

Com relação às instituições públicas de ensino, mantidas pelo erário estadual até 1961 foram os seguintes:

Quadro 1 – Relação das escolas públicas em Itabaiana, 1961

Escola	Localidade
Ginásio Estadual de Itabaiana	Sede da cidade
Grupo Escolar Professor Maciel	Sede da cidade
Escolas Reunidas Professor Maciel	Dependências do G.E.P.M
Escola Alto da Matança	Sede da cidade
Escola Paroquial Alto Santo Rita	Sede da cidade
Escolas Reunidas João Fagundes	Sede da cidade
Escola Rural de Maracaípe	Zona rural
Escola Rural de Campo Grande	Zona rural
Escola Elementar Pororoca	Zona rural
Escola Manoel de Matos	Zona Rural
Escolas Reunidas Praça da Indústria	Sede da cidade
Escola Sítio Maloca	Zona periférica da cidade

Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Maciel, intitulado A. M. E de 05 de novembro de 1962.

Como a cidade não dispunha ainda de um estabelecimento público que funcionasse o curso ginásial e o colegial, ela foi beneficiada com o Ginásio Estadual de Itabaiana nos anos de 1960, construído no governo de Pedro Moreno Gondim, que mais tarde passou a ser denominado Colégio Estadual de Itabaiana quando era governador João Agripino Maia.

Já no início dos anos de 1970, o governador João Agripino Maia inaugurou dois grupos escolares, que são: Grupo Escolar Meira de Vasconcelos e o Grupo Escolar Professor Mendonça, que posteriormente foi transformado em escolas de primeiro grau pela Lei 5.692/71.

Apresentadas algumas informações acerca do município de Itabaiana, e de sua oferta escolar, faremos algumas considerações acerca da criação do seu primeiro grupo escolar para em seguida nos determos no Grupo Escolar Professor Maciel, nosso objeto de estudo.

2.2 A criação do primeiro grupo escolar em Itabaiana: o Grupo Escolar Padre Ibiapina

Por que começarmos a história do Grupo Escolar Professor Maciel pelo Grupo Escolar Padre Ibiapina? – Porque foi nele onde funcionou, inicialmente, o nosso grupo escolar aqui em estudo.

Todavia, na Paraíba, esse tipo de instituição foi, primeiramente, criado em 1916, com a inauguração do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, na capital paraibana.³ Após ter sido fundado mais um grupo escolar na cidade da Parahyba (o Grupo Escolar Eptácio Pessoa)⁴, Camilo de Hollanda, Presidente do Estado, trouxe essa novidade educacional para o interior paraibano, e a cidade primeira a ser beneficiada foi Itabaiana, em 1918. Pinheiro (2002, p. 139) ao pesquisar sobre a implantação dos grupos escolares na Paraíba, afirma que:

No período que se estendeu de 1916 a 1929, foram criados 14 grupos escolares no Estado da Parahyba do Norte, cinco dos quais localizados na capital e os demais, nas maiores cidades do interior, seguindo a norma inscrita na lei n. 360, de 14 de outubro de 1911, cujo artigo 9º estabelecia que os grupos escolares deveriam ser construídos, preferencialmente, nas sedes dos municípios, especialmente aqueles em que as prefeituras se dispusessem a construir os prédios e a fornecer material escolar.

³ Para um maior aprofundamento sobre a história desse grupo escolar, consultar Pinheiro (2002 e 2006a) e Lima (2010).

⁴ Sobre a história desse grupo escolar, consultar o trabalho de Paiva (2006).

Na relação das cidades paraibanas que receberam grupos escolares no período citado pelo referido autor, estavam, além de Itabaiana, Guarabira, Campina Grande, Ingá, Princesa Isabel, Areia e Souza. Entretanto, o Decreto 892, publicado no Diário Oficial do Estado em 29 de janeiro de 1918 foi o que criou o Grupo Escolar Pe. Ibiapina, conforme transcrevemos abaixo:

Decreto nº 892, de 29 de janeiro de 1918.

Crea um grupo escolar no município de Itabayanna com a denominação de “Grupo Escolar Padre Ibiapina” e uma cadeira mista, de 2ª categoria que funcionará no mesmo Grupo.

O doutor Francisco Camilo de Holanda, presidente do Estado da Parahyba do Norte, nos termos do regulamento que baixou com o decreto 873, de 21 de dezembro do anno próximo findo, e usando da atribuição que lhe é conferida pelo § 1º do art. 36º da Constituição Estadual,

Decreta:

Art. 1º. É creado, na cidade de Itabayanna, um grupo escolar, com a denominação de “Grupo Escolar Padre Ibiapina”.

Art. 2º. O dito grupo será constituído pelas cadeiras do sexo masculino e feminino da referida cidade e pela cadeira mista ora creada com o presente decreto.

Art. 3º. Ficam, desde já, abertos, de acordo com a lei orçamentária vigente, os necessários créditos.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario de Estado faça publicar o presente decreto, expedindo as ordens e comunicações necessárias.

Palácio do Govêrno do Estado da Parahyba do Norte, em 29 de janeiro de 1918. – 30º da Proclamação da República.

Dr. Francisco Camillo de Hollanda.

(PARAÍBA, Estado da, 1918, s.p. *apud* MAIA, 1976, p. 274)

Tendo sido autorizada a construção do primeiro grupo escolar em Itabaiana no ano de 1918, sua inauguração ocorreu no dia 24 de abril de 1918, e o mesmo começou a funcionar com três cadeiras, uma masculina que ficou sob a direção de José Soares Mendonça, tendo como auxiliar o professor Melchiades Montenegro; e a feminina pela professora Severina Lins de Almeida, auxiliada por Judith da Cunha Carvalho Paiva, sendo a mista sob a regência de Carmem Holmes.

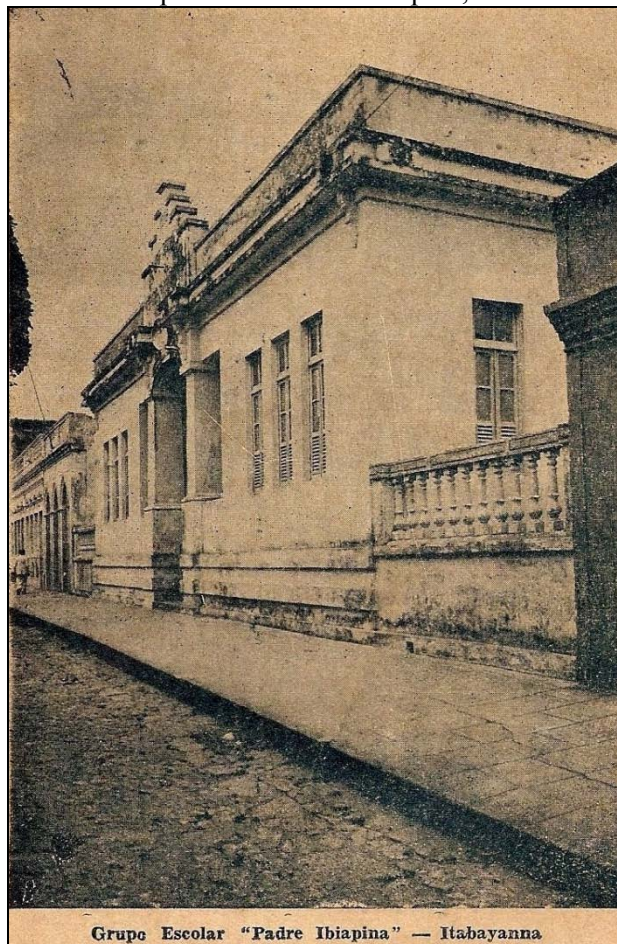
Sobre as pessoas que trabalharam no Grupo Escolar Padre Ibiapina, do período de 1918 a 1930, segundo Maia (1976, p. 273):

foi dirigido primeiramente pelo professor José Soares de Mendonça – de 28 de abril de 1918 – 19 de novembro de 1920; como segunda diretora teve Carmem Holmes - de 21 de novembro de 1920 – 21 de maio de 1930, e como terceira dirigente, a professora Eulina de Gouveia Henriques Malheiros.

Vale destacar que Camilo de Hollanda foi o responsável pela implantação do Grupo Escolar Padre Ibiapina, em Itabaiana, e talvez por essa razão, alguns políticos itabaianenses para fazer lembrar esse governante na posteridade, foi proposto que o referido grupo escolar recebesse o seu nome no frontispício. No entanto, segundo Mariz (1996, p. 187-188) em seu livro sobre a vida e obra de Padre Ibiapina, registra que,

Quando presidente desse estado (1916-1920), Camilo de Holanda, vendo que o seu próprio nome estava sendo apostado na fachada de um edifício destinado ao ensino, mandou raspar e escrever em substituição o do apóstolo. Assim temos em Itabaiana o Grupo Escolar Padre Ibiapina.

Foto 1 – Grupo Escolar Padre Ibiapina, 1918.



Fonte: Parahyba (1936).

O Grupo Escolar Pe. Ibiapina permaneceu como tal até 1931, quando Antenor Navarro assumiu a interventoria do Estado da Paraíba, rebaixando-o para **Escolas Reunidas**. Essa mudança de categoria foi justificada porque o mesmo não oferecia as acomodações necessárias para o seu funcionamento, bem como o número de alunos matriculados no ano

anterior havia sido pequeno com relação aos outros grupos escolares espalhados por toda a Paraíba. Assim, em 1932 foi baixado o seguinte decreto:

Decreto n. 249, de 18 de janeiro de 1932.

Transforma em Escolas Reunidas o Grupo Escolar da cidade de Itabayanna.

Anthenor Navarro, interventor Federal no Estado da Parahyba,

Considerando: que o Grupo Escolar “Padre Ibiapina” da cidade de Itabayanna não oferece acomodações para nelle funcionarem três cadeiras e tendo em vista ter sido a diminuta a media de freqüência dos alumnos, durante o ano findo, em comparação aos outros grupos escolares do Estado.

Decreta:

Art. 1º - fica transformado o Grupo Escolar Padre Ibiapina, da cidade de Itabayanna, em escolas reunidas, uma para cada sexo, nos termos do art. 22 do regulamento da Instrução Primaria.

Art. 2º - revogam-se as disposições em contrario.

Palácio da redenção, em João pessoa, 18 de janeiro de 1932, 43º da Proclamação da Republica.

Anhenor Navarro

Mateus Gomes Ribeiro

(PARAÍBA, Estado da, 1932, s.p. *apud* MAIA, 1976, p. 276)

Com o fim da interventoria de Anthenor Navarro, devido à sua morte, a administração da Paraíba passou a ser comando pelo secretario Gratuliano de Brito, que também interviu sobre a cidade de Itabaiana, passando a ter novamente a denominação **grupo escolar**. O decreto que ordenou o retorno ao antigo *status* foi o de número 369, de 9 de março de 1933, extinguindo assim, as Escolas Reunidas.

Após ter voltado a ser grupo escolar, o mesmo permaneceu com seu nome original até 1949, quando a 25 de Janeiro do mesmo ano, foi publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba a mudança do nome, passando a se chamar Grupo Escolar Camilo de Hollanda e permanecendo até janeiro de 1956, quando foi novamente mudado para Grupo Escolar Professor Maciel, já no governo de Flávio Ribeiro Coutinho.

O que chama a atenção da chegada dos grupos escolares na Paraíba, é que os mesmos, ao serem autorizados e criados nas primeiras décadas do século XX, recebiam nome de homens pertencentes às oligarquias paraibanas. Vejamos: Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello (cidade da Parahyba), Grupo Escolar Epitácio Pessoa (cidade da Parahyba), Grupo Escolar Antonio Pessoa (um na cidade da Parahyba e outro em Umbuzeiro), Grupo Escolar Solon de Lucena (Campina Grande), Grupo Escolar Gama e Melo (Princesa Isabel), Grupo Escolar Álvaro Machado (Areia), entre outros. Entretanto, o de Itabaiana recebeu o nome de sacerdote católico, que desenvolveu um trabalho social relevante entre as pessoas carentes e que estiveram negligenciadas pelos poderes públicos da época.

Feita essa explanação acerca do Grupo Escolar Padre Ibiapina/Grupo Escolar Camilo de Hollanda, passemos agora para a história do Grupo Escolar Professor Maciel.

2.3 Grupo Escolar Professor Maciel: criação e funcionamento

O prédio da segunda e definitiva sede (1955) do Grupo Escolar Professor Maciel está localizado na Avenida Dr. Antonio Batista Santiago, todavia, na época de sua construção essa artéria era denominada: Avenida Rio Branco. Atualmente, no referido prédio escolar funciona a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Maciel.

No período em que o Grupo Escolar Professor Maciel foi construído, o Brasil estava passando por uma crise política e militar. No ano anterior a nação brasileira havia sido surpreendida com a morte do Presidente da República, Getúlio Dorneles Vargas, havendo empecilhos para que ocorresse a posse do vice-presidente João Café Filho. Entretanto, sua posse foi garantida, cumprindo dessa forma a Constituição em vigor.

O Presidente João Café Filho, em mensagem ao Congresso Nacional, em 15 de março de 1955, fez no início uma breve retrospectiva do ano de 1954, com relação aos acontecimentos políticos e militares, indicando inclusive, a pacificação dos mesmos, logo após a sua posse. Segundo Café Filho, o Brasil “viu-se diante da mais grave crise política e militar de sua história.” (MENSAGEM PRESIDENCIAL, 1955, p. 8). No mesmo discurso, ao fazer referências ao ensino primário e a formação dos professores, afirmou que o número de estabelecimentos de ensino primário existentes não era capaz de atender a demanda da população escolar, principalmente no Distrito Federal e nos grandes centros do interior do país, devido o aumento da população urbana. Para atender essa necessidade o governo pretendia atingir alguns objetivos:

Estimular a criação de novos estabelecimentos, de modo a que se reduza ao mínimo possível a percentagem da população infantil sem escolas; cooperar com os Estados para o preparo de professores em número que corresponda as necessidades regionais; ampliar e intensificar a ação do Ministério da Educação e Cultura no que se refere a cooperação com o os governos locais para a construção de prédios destinados a escolas, especialmente na zona rural; realizar levantamentos e pesquisas a fim de ajustar o ensino primário as reais condições de cada zona do país. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1987, p. 240)

Em quase toda a sua mensagem sobre a educação e cultura, João Café Filho dá destaque a formação dos professores primários, os professores do ensino secundário, das

escolas normais e dos cursos superiores. O professor primário foi lembrado insistentemente. No subtítulo que trata do magistério primário, ele reforçou a relevância de aperfeiçoamento desses profissionais a partir de cursos e estágios.

É válido salientar que o Governo Federal, com relação ao ensino primário tinha apenas participação supletiva, auxiliando os Estados e Municípios a manterem seus sistemas de ensino com seus grupos escolares e escolas rurais.

Outra preocupação realçada foi com o ensino industrial, que deveria atender as exigências das indústrias que estavam se instalando no Brasil e não possuíam pessoas preparadas tecnicamente.

O desenvolvimento do país não foi acompanhado de uma renovação de conteúdo no ensino industrial. Dessa forma, nem sempre as escolas industriais, com sua estrutura, estão ajustadas aos verdadeiros reclamos do país, que precisa cada vez mais de um número sempre crescente de técnicos de nível médio. É preciso encontrar um meio de aumentar as matrículas nos ramos de ensino médio que conduzem ao exercício profissional de natureza técnica ou agrícola. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1987, p. 239)

Entretanto, em meio às preocupações anunciadas por Café Filho, ocorreram em 1955, às eleições para Presidente da República e governadores dos Estados. Quem saiu vencedor para assumir a administração Federal foi o mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Belchior Goulart.

A sua posse foi entremeada por algumas dificuldades, uma vez que Café Filho havia se afastado da Presidência para tratamento de saúde, o Presidente da Câmara Federal, Nereu Ramos assumiu a presidência interinamente. Entretanto, criou empecilhos para que Juscelino Kubitschek assumisse. A posse de JK somente foi possível devido a um golpe, liderado pelo General Lott, o qual indicou para o governo, embora por poucos dias, o presidente do Senado Carlos Luz, garantindo assim, a posse do presidente eleito.

Ao assumir o poder em 31 de janeiro de 1956, JK começou a colocar em prática o seu projeto desenvolvimentista denominado “50 ANOS EM 5”. Esse projeto teve como principal objetivo estimular o desenvolvimento do Brasil a partir de um intenso investimento no setor industrial, com recursos oriundos do capital internacional. Com isso, a Superintendência da

Moeda e do Crédito (SUMOC 113)⁵ aprovou, já no Governo de Café Filho, uma política cambial que favorecia esse tipo de investimento no Brasil.

O presidente Juscelino Kubitschek acreditava que o desenvolvimento desejado somente seria possível de ser implementado se houvesse investimentos na educação. Era portanto, necessário um vigoroso e crescente desenvolvimento da estrutura econômica do País para criar novas condições de vida social. Para isso, se fazia premente investir na escola do ensino primário, do ensino secundário, do ensino agrícola, do ensino industrial e no superior.

No tocante especificamente ao ensino primário, Juscelino Kubitschek lançou a proposta de ajudar os governos estaduais, com o apóio técnico do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), que passou a ter um papel preponderante nas políticas educacionais implementadas, a partir de 1956, até as vésperas do Golpe Militar de 1964.

A Paraíba estava sendo governada por José Américo de Almeida, que enfrentava o aumento do êxodo rural. As principais cidades como Campina Grande e João Pessoa começaram a aumentar sua população, levando ao agravamento dos problemas sociais, tais como: desemprego e a falta de incentivo para a vida do homem no campo. Na questão educacional exigia-se que aumentassem seu número de estabelecimentos públicos para atender a demanda de pessoas oriundas da zona rural e sua preparação para o trabalho nas indústrias que começavam a se instalar em João Pessoa.

No entanto, quando José Américo assumiu o governo da Paraíba, o estado não possuía, no ensino primário, professoras suficientes para atender a demanda dos estabelecimentos públicos de ensino, principalmente no interior e nas suas respectivas zonas rurais. Então, ele procurou fazer com que o setor educacional acompanhasse as mudanças que estavam ocorrendo em várias unidades da Federação brasileira referente à educação. Nessa perspectiva, afirmou em mensagem enviada à Assembléia Legislativa da Paraíba, o seguinte:

A importância fundamental do ensino primário, como fator de formação intelectual e humana, justifica o particular interesse duma política inovadora de que resultou vasta e profunda transformação de toda a sua estrutura. Procurou à atual administração, num esforço crescente, preencher essas lacunas e criar outro sistema escolar. (PARAÍBA, 1955, p. 115)

Para minimizar a lacuna existente na formação do povo paraibano, o governador José Américo investiu na formação dos professores primários, criando ao mesmo tempo, um plano

⁵ Pela instrução n. 113, baixada pela superintendência da Moeda e do Crédito, em 17 de janeiro de 1955, a Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil era autorizada a emitir licença de importação sem cobertura cambial (isto é, sem licitação prévia nos leilões de cambio), de equipamentos industriais que correspondessem a inversões estrangeiras. Cf. Prado Junior (2004).

para reestruturar a carreira do magistério através da Lei nº 1.119 de 28 de dezembro de 1954. Também foi reformada a Escola-Modelo e aprimorada a inspeção escolar, a orientação educacional e o curso para professoras primárias. Abriu vagas para o Concurso de Habilitação, Serviço Social Escolar, e realizou Cursos Especiais para os inspetores e diretores de grupos escolares.

Para acompanhar e orientar os professores primários em todo estado, ele criou através da Lei N.º 1.095, de 29 de novembro de 1954, a Divisão de Orientações e Pesquisas Educacionais a qual tinha o seguinte objetivo:

Realizar estudos de caráter científico sobre: a) a criança, abrangendo todos os aspectos de sua personalidade, com reflexos no processo educativo; b) a aprendizagem – princípios e leis, instrumentos e processos, conteúdo e eficiência; c) o meio escolar, na sua organização e relações com o meio social.

O esforço de José Américo em transformar o ensino primário paraibano através dessas medidas estava consoante com as ideias de Anísio Teixeira, pois o mesmo, toma como referência os ideais da Escola Nova, e implanta uma série de reformas que aconteceram primeiramente no Estado da Bahia e depois, em nível nacional, ao assumir a presidência do INEP. Para o governador paraibano, a Paraíba estava “com uma organização deficiente, limitada a rotina administrativa e desprovida de serviços técnicos que assegurassem a produtividade e desenvolvimento do ensino.” (PARAÍBA, 1955, p.115)

Tentando fazer com que todos os paraibanos tivessem acesso ao ensino público, José Américo conseguiu, junto ao Governo Federal, recursos para construção de grupos escolares em varias cidades; entre elas, Itabaiana, que foi beneficiada com três unidades, sendo uma na cidade, enquanto as outras foram para os distritos das zonas rurais do município.

Na zona rural itabaianense, as unidades de ensino primário foram direcionadas para o funcionamento das Escolas Rurais, enquanto a que foi construída na sede da cidade foi designada para funcionar um grupo escolar.

Nas fotografias a seguir podemos observar duas entre as inúmeras escolas que foram construídas na zona rural da Paraíba. Essas escolas tinham algumas características em comum, tais como: construção muito simples que se constituía de um grande galpão, onde um lado era destinado à casa do (a) professor (a) e do outro, apenas uma sala de aula que não raras as vezes era multiseriada. A parte central da construção era destinada ao recreio, onde normalmente era instalado um filtro e bancos para o descanso nos intervalos das aulas e, eventualmente, dependendo do tamanho da turma, também, poderia ser utilizado para a

realização dos exercícios físicos (ginástica). Observar no Anexo B, como era a sua estrutura e comparar com as fotos 02 e 03.⁶

Foto 2 – Prédio onde funcionou uma das escolas rurais que foram criadas na década de 1950, localizada no Distrito de Guarita, no Município de Itabaiana. O prédio sofreu muitas adaptações tendo somente mantido as colunas externas que dão sustentação ao teto. Hoje, chama-se Escola Estadual de Ensino Fundamental José Pedro de Araújo.



Fonte: Acervo fotográfico do autor da dissertação, 2011.

⁶ Sobre as escolas rurais na Paraíba, consultar Pinheiro (2006b) e Pereira (2010).

Foto 3 – Outro prédio onde funcionou também uma escola rural, que foi criada em 1955, localizava-se no Distrito de Campo Grande, no Município de Itabaiana. Semelhantemente à escola anterior o prédio sofreu muitas adaptações tendo somente mantido as colunas externas. Hoje, chama-se Escola Estadual de Ensino Fundamental Odete Mendes Nascimento Oliveira.



Fonte: Acervo fotográfico do autor, 2011.

Foto 4 – Placa que se encontra na entrada da atual Escola Estadual de Ensino Fundamental Odete Mendes Nascimento Oliveira.



Fonte: Acervo fotográfico do autor, 2011.

Na mensagem enviada ao Legislativo paraibano, em junho de 1955, José Américo de Almeida enumerou as unidades escolares que estavam sendo construídas, ampliadas e recuperadas no estado e entre elas, indicou as localidades onde os grupos escolares se encontravam em fase de acabamento, eram elas: “Borborema de Bananeiras; Belém de

Caiçara; Mulungu de Guarabira; Cidade de Itabaiana; São Boa Ventura de Itaporanga; Pedra Lavrada de Picuí; Cedro de Souza; e Junco de Santa Luzia.” (PARAÍBA, 1955, p. 122)

Sobre a construção de novos grupos escolares, José Américo se empenhou em conseguir recursos no sentido de dotar todas as cidades e distritos paraibanos de unidades escolares, desejando assim, que todos tivessem acesso ao ensino público não apenas no primário, mas também o ginásial, colegial, secundário e o superior.⁷ Naquele momento o Governo Federal, através do INEP, implementou política de expansão de grupos escolares e de escolas rurais em todos os municípios brasileiros, onde Itabaiana também foi contemplada com novas escolas. Conforme Mello (1956, p.140)

Em relação aos prédios escolares, foram celebrados vários convênios com o Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas, visando a construção de novos grupos e escolas rurais em todos os municípios do Estado. E assim, no último quinquênio, foram recebidos do I.N.E.P Cr\$ 13.634.000,00, sem contar a importância de Cr\$ 650.000,00 destinada à aquisição de mobiliário escolar. Também recebeu o Estado, nesse mesmo período, verbas restantes de acordos firmados na administração, no montante de Cr\$ 7.429.577,40.

Como já salientamos anteriormente, o Grupo Escolar Professor Maciel não reiniciou suas atividades letivas no prédio novo, construído no governo de José Américo de Almeida porque ainda não havia sido autorizada sua transferência, o que somente ocorreu no governo de Flávio Ribeiro Coutinho que mudou o nome do Grupo Escolar Camilo de Hollanda, em 1956, para Grupo Escolar Professor Maciel. Assim, o Grupo Escolar Professor Maciel funcionou por poucos meses no antigo prédio, esperando autorização do poder executivo para ser transferido para o novo edifício que havia sido construído no governo de José Américo de Almeida e financiado pelo INEP.

⁷ Com respeito ao ensino superior conseguiu junto ao governo federal autorização para funcionamento dos primeiros cursos superiores, que mais tarde foram incorporados a Universidade Federal da Paraíba, com a criação da mesma. Para maior aprofundamento sobre a história desse nível de ensino, consultar Castelo Branco (2005).

Foto 5 – Placa que se encontra na entrada do antigo Grupo Escolar Professor Maciel.



Fonte: Acervo fotográfico do autor, 2009.

Acompanhemos o Decreto nº 1011, de fevereiro de 1956 que mudou a denominação do antigo grupo escolar:

Dá nova denominação ao Grupo Escolar da cidade de Itabaiana.
O Governador do Estado da Paraíba, no uso da atribuição que lhe confere o art.52, nº1 da Constituição do Estado decreta:
Art. 1º Passa a denominar-se Grupo Escolar Professor Maciel, o Grupo Escolar Camilo de Holanda, da cidade de Itabaiana.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
João pessoa, 8 de março de 1956, 68º da proclamação da República.
(PARAÍBA, 1955, p.1).

O novo grupo escolar de cidade de Itabaiana foi inaugurado em 1956, com capacidade bem maior de alunos do que tinha o antigo prédio. Este dispunha de oito salas de aulas, oito sanitários, sala da direção, da secretaria, área coberta para o recreio, almoxarifado, piso todo no mosaico, cisterna e caixa d'água, com terreno suficiente para organização de uma horta escolar. Enquanto o primeiro prédio dispunha apenas de quatro salas de aulas, com uma sala para diretoria e um almoxarifado. Como o prédio foi construído na parte central da cidade de Itabaiana, isto é, bem urbanizada e muito próxima da Igreja Matriz, a área verde era exígua, dificultando portanto, a existência de um espaço específico para uma horta escolar.

Flávio Ribeiro Coutinho, ao assumir o governo da Paraíba⁸, nomeou o professor Dermeval Trigueiro Mendes para dirigir a Secretaria de Educação e Cultura. Em poucos dias

⁸ Foi governador por menos de dois anos, ou seja, de 31 de janeiro de 1956 a 04 de dezembro de 1957. (MAIA, 1986).

autorizou a transferência do Grupo Escolar Professor Maciel⁹ do centro da cidade de Itabaiana para o novo prédio construído em 1955, próximo ao Hospital Regional São Vicente de Paula. O decreto de transferência foi publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba com o seguinte teor:

Decreto Nº 993, de 28 de fevereiro de 1956.

Transfere a sede do Grupo Escolar Professor Maciel da cidade de Itabaiana e eleva a sua categoria.

O Governador do Estado da Paraíba, no uso da atribuição que lhe confere o art. 52, nº 1, da Constituição do Estado decreta:

Art. 1º Resolve transferir para a sua nova sede o “Grupo Escolar professor Maciel”, da cidade de Itabaiana, ao mesmo tempo que elevá-lo de 2ª para a 1ª categoria, de acordo com o art.63, alínea A, do Decreto 983, de 30.1.1956.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

João pessoa, 28 de fevereiro de 1956, 68º da Proclamação da República.

Flávio Ribeiro Coutinho

Dermeval Trigueiro Mendes

Tendo sido autorizado a funcionar no prédio recém construído, todo corpo docente foi transferido recebendo novas portarias para poder lecionar. Interessante ressaltar que na lista dos docentes não consta a presença de nenhum homem como professor e nem mesmo como diretor. Assim sendo, o Grupo Escolar Professor Maciel foi dirigido predominantemente por mulheres. Na relação de todos os funcionários constam apenas dois homens, um como servente - porteiro e outro como inspetor, conforme podemos observar no quadro abaixo:

⁹ Consideramos importante, aqui, registrar que logo após ter ocorrido a transferência do Grupo Escolar Professor Maciel para o novo prédio, o antigo foi doado para uma Associação Religiosa de Itabaiana para funcionar a Escola Comercial Dom Bosco. Esse aspecto pode ser constatado a partir do telegrama de agradecimento de seu fundador Padre João Gomes da Costa ao Governador Flávio Ribeiro Coutinho, publicado no A União em 16 de março de 1956, com o seguinte texto. Vejamos na íntegra: “Atendendo a uma solicitação de associações religiosas de Itabaiana, o Estado fez doação do prédio onde funcionava o antigo grupo escolar daquela cidade destinando à Escola Comercial Dom Bosco. Agora, com a conclusão do novo prédio edificio do Grupo Escolar, já esta a diretoria da Escola Comercial D. Bosco autorizada a transferir suas instalações para o antigo prédio, devendo em breve iniciar seu funcionamento”.

Segue a resposta ao telegrama: “Acabo de receber o antigo edificio do Grupo Escolar desta cidade. Agradeço a Vossa Excelência à cooperação a causa da educação de Itabaiana. Pdr. João Gomes da Costa, diretor da Escola Comercial D. Bosco.”

Não se pode compreender como o governador doou um patrimônio público para funcionar um estabelecimento educacional particular. Esse grupo podia ter sido transformado em outra instituição escolar pública já que foi, como assinalado anteriormente, a primeira cidade do interior da Paraíba a receber um grupo escolar.

Quadro 2 – Relação das professoras fundadoras e funcionários do Grupo Escolar Professor Maciel, em 1956

Nome	Função
Ivanise Santiago de Sousa	Diretora
Eliomar Barreto Rocha	Inspetor Técnico de Ensino
Amazile Cordeiro de Araújo	Professora
Domitila da Silva Ribeiro	Professora
Euclípides Oliveira	Professora
Josefa Pereira Albuquerque	Professora
Maria Celeste de Souza Fonseca	Professora
Maria das Dores Medeiros	Professora
Maria das Neves Alves	Professora
Maria Menina Marinho	Professora
Maria das Neves e Silva	Professora
Nícia Henrique dos Santos	Professora
Severina Paes de Araújo	Professora
Avelino Marinho	Servente-porteiro
Maria Augusta Queiroz	Inspetora de alunos
Julieta Paiva Correia	Inspetora de alunos

Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Maciel.

O Grupo Escolar Professor Maciel passou a ser regido pelo Decreto Nº 983, de 30 de Janeiro de 1956, sob o Regulamento do Ensino Primário da Paraíba, publicado no mesmo ano. Nele se encontram todas as normas para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário públicos e particulares. Todavia, é no Capítulo V, que assinala as especificidades relacionadas aos grupos escolares. Vejamos:

Art. 60 – O governo criará um grupo escolar em localidades em que houver em área de três quilômetros de raio, 100 crianças em idade escolar;

§ Único – para criação de um grupo escolar poderão ser fundidas escolas isoladas ou escolas reunidas existentes;

Art. 61 – Funcionarão nos grupos escolares tantas classes quantas forem as suas salas de aulas, competindo a regência de classe um só professor;

§ Único – Nos grupos escolares as turmas de 1ª série serão constituídas, no máximo, de 30 alunos, e as demais séries, de 40 alunos.

Art. 62 – Os grupos escolares, a critério do Diretor do Departamento de Educação, deverão funcionar única em regime de dois turnos, havendo obrigatoriamente, um intervalo de meia hora entre eles.

§ 1º - A divisão do dia letivo em dois turnos só poderá ser estabelecida quando os matriculados excederem a lotação do prédio escolar em números que justifique a formação de novas classes.

§ 2º - Em hipótese alguma o grupo escolar poderá ter mais do dobro de turmas de alunos em relação ao número de salas de que se componha.

Art. 63 – Os grupos escolares dividem-se em três categorias:

1ª – os de mais de dez classes;

2ª – os de oito a dez classes;

3ª – os de cinco a sete classes.

§ único – Os atuais Grupos Escolares que não obedecerem ao estabelecido neste artigo serão novamente classificados por ato do Governo;

Art. 64 – Serão admitidos para cada turno dos grupos escolares de 1ª, 2ª e 3ª categorias uma inspetora de alunos e um servente – porteiro.

Foto 6 – Prédio do antigo Grupo Escolar Professor Maciel. Atualmente, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Maciel. Vale salientar que essa escola não sofreu nenhuma alteração na sua fachada.



Fonte: Acervo fotográfico do autor, 2005.

Um dispositivo que o poder estatal utilizou no sentido de controlar as atividades das professoras, se dava a partir das frequentes fiscalizações realizadas pelo inspetor técnico, com o objetivo de averiguar como as docentes estavam desempenhando o seu ofício.

O que nos chamou a atenção é que os inspetores verificavam o livro de ponto para averiguar a frequência das professoras, olhavam os cadernos dos alunos e a sua participação nas aulas. Também orientavam como as professoras deveriam trabalhar os conteúdos. Vale salientar ainda que a direção do Grupo Escolar não liberava os alunos para que os professores fizessem o planejamento das aulas da semana, tendo que comparecer em outro turno e ficavam sob a supervisão de um profissional responsável pelas orientações pedagógicas.

Segundo as professoras Maria Celeste Souza Fonseca, Maria das Neves e Maria Lúcia Marinho, respectivamente, destacaram os seguintes aspectos sobre as fiscalizações:

No meu tempo tinha o professor Eliomar Barreto que era quem fiscalizava livro de ponto, fiscalizava o ensino propriamente dito, ele orientava e depois ele fiscalizava sobre o que ele orientava, como datas comemorativas, parte de recreação, parte [...] todo sistema, ele orientava e fiscalizava.¹⁰

Chegava na sala de aula, a gente com aquele maior respeito e os alunos também, tudo se levantavam tudo quietinho, porque ele era uma autoridade diante da gente. Via o livro de frequência dos alunos, via a matéria que a gente tava ensinando, os livros da gente, da minha classe, das professoras, quando chegava primeiro que ele via era o livro de frequência dos alunos, dava o visto, entendeu? E depois ia fiscalizar o material assim dos alunos.¹¹

Havia. Havia fiscalização, sim. Não só fiscalizava como dava também dava planejamentos, na escola, tá entendendo? Orientação, sempre elas fiscalizavam, olhava livros, olhava a clientela, olhava a ata, no final de ano quando a gente faz todo esquema, para ver o processo de reprovação, se havia muito [...]. Se os alunos passavam bem, se não, se era reprovado, por que. O porquê o entrave daqueles alunos que não passava tudo isso era fiscalizado pela Secretaria da Educação, sempre elas vinham fiscalizar... Havia o supervisor escolar e ele é quem orientava, tinha sempre na sexta-feira um turno fora do expediente pra gente fazer os planos de aulas, né, sobre a orientação do supervisor escolar.¹²

As professoras eram orientadas a seguirem as exigências oficiais estabelecidas pelos **Programas de Ensino para as Escolas Primárias do Estado da Paraíba**, de 1955. Neste programa estava estabelecida a metodologia indicada para cada ano escolar.

Já na década de 1950 as professoras teriam que elaborar os seus planejamentos de aulas de acordo com as exigências estabelecidas pelo Departamento de Educação, na realidade as sugestões estavam apontadas no documento acima mencionado.

No que concerne às avaliações, eram efetivadas pelas professoras junto ao alunado. A professora Lucia Marinho lembra que era criticada por trabalhar de maneira diferente com a

¹⁰ Maria Celeste de Souza Fonseca. Entrevista concedida em 13 de maio de 2009.

¹¹ Maria das Neves e Silva. Entrevista concedida em 27 de maio de 2009.

¹² Maria Lúcia Marinho, entrevista concedida em 20 de outubro de 2010.

turma. Ela afirmou que quando chegava à sexta-feira e via que os alunos estavam cansados, ela dava uma aula diferente, ou seja, depois do intervalo realizava um *show* de calouros que consistia em cada aluno se apresentarem cantando uma música escolhida por eles mesmos, tendo como platéia os próprios colegas de sala.

Como é possível observar, as professoras muito têm a nos dizer sobre o dia-a-dia, e o cotidiano escolar, fazendo de fato a educação se efetivar. Todavia, ainda não sabemos a história das principais protagonistas que fundaram e atuaram durante década no Grupo Escolar Professor Maciel. Nesse sentido, alguns aspectos dos seus perfis foram respondidos, principalmente no que concerne àqueles que as levaram a optarem pelo magistério. Que tipo de formação tiveram? Que dificuldades sociais, culturais e econômicas passaram até se formarem? Como adentraram na carreira professoral? Quem foi o professor Maciel? Essas e outras questões é que passaremos a discutir no próximo item deste capítulo.

2.4 Os Sujeitos Educativos: o patrono e algumas professoras do Grupo Escolar Professor Maciel

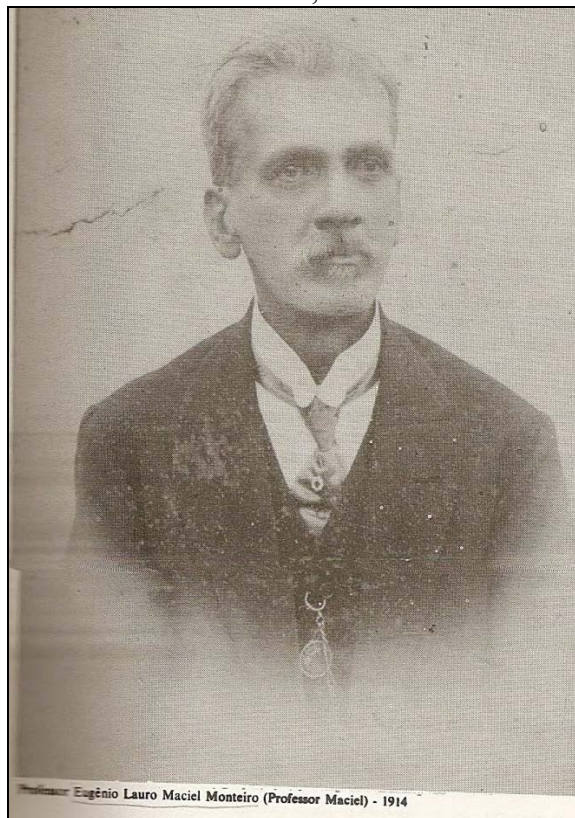
Iniciemos pois, com o nome do grupo escolar que aqui estamos discutindo. O nome foi escolhido para homenagear o docente Eugênio Lauro Maciel Carneiro Monteiro¹³, mais conhecido como Professor Maciel.

Era pernambucano, mas pouca coisa se sabe sobre ele. No entanto segundo Maia (1976) no ano de 1908, ele fundou, em sua própria casa, um estabelecimento particular de ensino primário, que funcionava como internato e externato. O nome do estabelecimento chamava-se Instituto Nossa Senhora do Carmo (INSC)¹⁴ que funcionou até 1921.

¹³ No romance *Doidinho*, de José Lins do Rego, ele é denominado de Francisco Lauro Maciel Monteiro, enquanto Maia (1976), afirma que o nome do mesmo era Eugênio Lauro Maciel Carneiro Monteiro.

¹⁴ Esse Instituto serviu de cenário para o romance *Doidinho* escrito pelo escritor paraibano José Lins do Rego.

Foto 7 – Professor Maciel, 1914.



Fonte: Maia (1976, p. 269)

O primeiro local de funcionamento do INSC foi próximo a Praça do Coreto, vizinho a uma escola pública, sendo depois transferido para um casarão na entrada da Rua São Sebastião. Rego, em seu livro **Doidinho** descreve da seguinte forma onde funcionava o Instituto: “a casa grande, com um salão cheio de tamboretes, e uma cadeira de braços em frente de uma mesa, em cima de um estrado.” (REGO, 2004, p. 31)

O professor Maciel era casado com a professora Emília Maciel, que era responsável pela sala dos meninos pequenos. Entretanto, também estudavam meninas, mas não eram internas, uma vez que moravam na cidade. Era conhecido por ser enérgico, uma vez que repreendia da mesma forma os meninos e as meninas. Não havia salas separadas para meninos e meninas, como era comum naquela época, mas eram todos mantidos sob o olhar vigilante do professor que a qualquer movimento físico era chamado/a atenção.

Segundo Rego que foi aluno desse Instituto, no início da década de 1910, descreve as características do nosso personagem docente.

Alto que chegava a se curvar, de uma magreza de tísico, mostrava no rosto uma porção de anos pelas rugas e pelos bigodes brancos. Tinha uns olhos pequenos que não se fixavam em ninguém com segurança. Falava como estivesse sempre com um culpado na frente, dando a impressão de que estava pronto para castigar. (REGO, 2004, p. 32)

O professor Maciel e o seu Instituto eram conhecidos na região adjacente a Itabaiana pela fama de fazer com que todos os alunos aprendessem a ler, escrever e calcular. Era uma espécie de último recurso “para meninos sem jeito”. Assim, quando um pai matriculava o seu filho naquele estabelecimento era logo avisado que se fazia uso da palmatória. Esse rigor rendeu-lhe fama, sendo um dos melhores estabelecimentos particulares na Paraíba.

O Professor Maciel era sobrinho do Barão de Itamaracá¹⁵, o poeta Maciel Monteiro. Talvez, por esse motivo tenha fundado no INSC um Grêmio Literário para que os alunos apresentassem suas produções literárias onde ele mesmo gravava os poemas em um gramofone para depois ouvi-los emocionado.

De acordo com Rego, a metodologia utilizada era tradicional. Os alunos eram obrigados a “decorar” os textos dos livros que eram utilizados e quem não soubesse ler corretamente era castigado com “bolos” de palmatória ou eram humilhados na frente dos colegas. O docente controlava a vida dos alunos, até daqueles que não eram internos, e se algum aluno fosse pego fazendo coisas que eram consideradas desagradáveis aos olhos do diretor, quando chegavam para a aula eram duramente repreendidos.

Mesmo utilizando uma metodologia de ensino tradicional, aos olhos de hoje, o Professor Maciel não dispensava a curiosidade dos meninos de conhecer o cinema que havia chegado a Itabaiana, levando os internos para assistir as fitas de onde voltavam, normalmente, impressionados.

Como na cidade havia o Tiro de Guerra, os alunos foram incentivados a participar de treinamentos para que o Instituto Nossa Senhora do Carmo desfilarem no dia de sete de setembro.

Com relação à religião, o Professor Maciel não era muito apegado as coisas do catolicismo ou de qualquer outra religião, mas pelos indícios, tudo indica que ele era católico, a ponto de registrar seu estabelecimento com o nome de uma santa da igreja, e permitir que durante um dia da semana os alunos tivessem aulas de catecismo para preparar os discentes para fazer a primeira comunhão.

¹⁵ Poeta Maciel Monteiro, patrono da cadeira 27 da Academia Brasileira de Letras.

Era uma pessoa informada da política partidária pernambucana, como ressalta Rego, ao descrever que o referido professor ao ler os jornais de Pernambuco, comentava sobre os candidatos ao governo pernambucano. Acreditamos que os interesses pelos acontecimentos políticos do Estado de Pernambuco, era devido o docente ser pernambucano.

De acordo com Maia (1976) o Professor Maciel participava de atividades culturais na cidade. Uma data festejada era o dia da árvore, quando os alunos do INSC, juntamente com a Escola Pública se faziam presentes, todos com a farda escolar. Tal evento foi publicado no jornal A União, na edição do dia quatro de junho de 1912. O professor também participou da festa da inauguração do Coreto da cidade, em 1914, conforme anunciado no Jornal A União, na sua edição do dia 26 de maio.

Passemos agora às professoras que lecionaram no Grupo Escolar Professor Maciel. Algumas já faleceram e outras não conseguimos localizá-las. Elencamos, portanto, aquelas as quais tivemos a oportunidade de mantermos contato e que também tiveram grande representatividade social e cultural no referido estabelecimento de ensino primário. Iniciemos por:

Foto 8 – **Severina Paes de Araújo (D. Nini Paes)**¹⁶. Conclusão do Curso Normal, em 1944.



Fonte: Acervo pessoal de Araújo (2010)

Severina Paes de Araújo nasceu em 15 de março de 1924, em Caeté, zona rural do município de Goiânia - PE. Filha de Joaquim Paes Barreto e de Rachel Paes de Araújo, aos quatro anos veio morar em Itabaiana, na zona rural, na localidade de Maracaípe. Quando completou sete anos de idade seus pais a entregou aos cuidados de uma prima que veio morar na sede da cidade de Itabaiana, onde pôde iniciar o primeiro ano do curso primário. Entretanto, antes de entrar na escola formal, Severina foi alfabetizada pela sua mãe. Parece-nos que naquele tempo as crianças eram alfabetizadas em casa, onde aprendia a ler, escrever e calcular, chegando à escola dominando, mesmo que precariamente as primeiras letras. Não se tinha ainda difundido no Brasil, principalmente no interior, a educação infantil e cabia a família se ocupar dessa preparação no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Severina, para ser alfabetizada pela sua mãe, a mesma utilizou a *Cartilha das Mães* que foi, por muito tempo, utilizada nos grupos escolares do Brasil, publicada pela Livraria Francisco Alves, de autoria de Arnaldo Barreto.

¹⁶ Entrevista concedida em 14/03/2009.

Figura 1 – Capa da Cartilha das Mães.



Fonte: Paiva (2010).

A metodologia de ensino que sua mãe usava era muito rígida e como a mesma escrevia com a mão esquerda foi um suplício, pois sua primeira professora (mãe) se empenhou com bastante insistência em tirar-lhe o “vício” de escrever com a mão esquerda.

Vindo para Itabaiana (sede) seu pai a matriculou na Escola Santa Terezinha do Menino Jesus situada na Praça Manoel Joaquim de Araújo. Nessa escola ela cursou do primeiro ao quinto ano primário sob os cuidados pedagógicos de Geracina Lins, sua primeira professora fora de casa. Severina tinha o maior apreço a essa professora e conforme informações colhidas junto à entrevistada foi essa professora que a influenciou a seguir a carreira do magistério. No momento em que Severina decidiu pelo magistério, o seu pai não aprovou e Geracina Lins, que tinha um apelido carinhoso, Didi Lins, advogou a seu favor para que o pai da mesma aceitasse, que a filha seguisse o magistério.

Quando concluiu o curso primário, foi continuar seus estudos na capital da Paraíba e, por intermédio, sua professora conversou com Joaquim Paes, genitor de Severina convencendo-o que o melhor era enviá-la para um colégio particular. O estabelecimento escolhido foi o Colégio Nossa Senhora das Neves. Esse colégio era muito procurado pelos pais da capital e do interior da Paraíba que tinha condições financeiras de manter sua filha estudando em uma instituição de filosofia católica e que dava uma formação de qualidade a todas as moças. Nesse colégio ela ficou como aluna interna, vindo a concluir o ginásio em 1942.

Foto 9 – Turma da conclusão do curso ginásial, em 1942.



Fonte: Acervo pessoal de Araújo (2010)

Após ter concluído o ginásio ela optou em cursar a escola normal e quando veio para casa, nas férias do final do ano (1942), comunicou ao pai e a mãe que ia ser professora primária. Mas, seu pai mais uma vez afirmou que não aceitava. Queria que a mesma seguisse a carreira do comércio, para isso teria que fazer o curso comercial. Sobre a não aceitação do pai com relação à escolha da filha para o magistério, Severina relata de uma maneira, que nos pareceu que aquilo estava acontecendo naquele momento. Vejamos o seu relato:

Ele não aceitou, porque ele dizia assim: a professora só tem valor enquanto o filho daquele pai e daquela mãe está naquela escola sob a ação dela e à medida que aquilo se afasta, devido o tempo, ela é completamente esquecida, esquecida pelo Estado, pela subvenção que dá ao professor, que é mesquinha.

– Eu não aceito minha filha que você faça isso.

– Pois estar certo, meu pai, o senhor não quer não. Então, eu vou deixar completamente tudo, venho aqui para o sítio apanhar fava e feijão, trabalhar na roça, porque o senhor não quer que eu seja gente.

– Você estar me respondendo?

– Não, estou dizendo o que eu sinto e o senhor vai aceitar.¹⁷

Mesmo sem o consentimento do pai, voltou para João Pessoa e se matriculou no Instituto de Educação, em 1943. Ficando dessa vez como pensionista no Colégio Nossa Senhora das Neves. Nesse período, o Brasil estava sob o domínio da ditadura Vargas e a

¹⁷ Severina Paes de Araújo (D. Nini Paes). Entrevista concedida em 14 de março de 2009.

Paraíba era governada pelo Interventor Federal Rui Carneiro. O mundo estava vivendo o terror da Segunda Guerra Mundial.

Durante o tempo que estudou no Instituto de Educação, Severina Paes se empenhou bastante em aprender os métodos pedagógicos para saber lecionar quando fosse enviada para uma escola pública ou particular, para quando viesse para Itabaiana fosse recebida com alegria pelos parentes e amigos. Era um orgulho ter uma professora formada na família e ainda mais estudando na capital da Paraíba, isso porque muitas moças itabaianenses iam estudar no Colégio Santa Maria, em Timbaúba, estado de Pernambuco, enquanto ela estava se formando na capital paraibana.

Em 1944, Severina Paes de Araújo concluiu o magistério. O Curso Normal nesse tempo tinha a duração de dois anos. Ela recebeu como presente de formatura de seu pai um anel de ouro, com pedra de brilhante, símbolo de que havia se formado em professora primária. Percebe-se aí que o pai já tinha aceitado a opção da filha pelo magistério. Para ela, foi uma alegria imensa pois tinha ao seu lado uma pessoa que sempre amou e que em determinado momento da vida o desafiou por achar que tinha que seguir o caminho do magistério por vocação. A intervenção de Didi Lins, sua professora primária, também a ajudou a tornar seu sonho em realidade.

Sobre o dia da sua formatura, Severina nos diz que foi uma grande festa, pois estavam presentes deputados federais, estaduais, senadores, prefeito da capital, familiares dos formandos (as). De todas as autoridades que discursaram, ela lembra muito bem do proferido pelo paraninfo da turma, o Interventor Federal na Paraíba, Rui Carneiro, que ao ler o texto que havia preparado para os que estavam se formando, prometeu que no ano vindouro, ou seja 1945, nenhum daqueles que estavam se formando, ficariam desempregados.

Após ter concluído o magistério, voltou para Itabaiana e adotou formalmente o apelido de Nini Paes. Esse apelido havia recebido desde a infância e como Severina não era muito utilizado entre os parentes e os amigos, achou que Nini lhe era mais adequado.

Em Itabaiana, ficou aguardando o chamado para exercer a atividade do magistério estadual, para lecionar no grupo escolar da cidade ou em alguma escola reunida mantida pelo erário público. Ela esperou que a promessa do paraninfo fosse cumprida, mas isso não aconteceu.

Naquele tempo a legislação existente regulamentava como devia ocorrer a contratação de professoras/res para lecionar na rede estadual. No entanto, não era cumprida e os governantes agiam da forma como queriam e quem fosse contrário ao seu partido, com certeza não seria chamado para ocupar o cargo. E foi isso que aconteceu com Nini Paes, pois

a mesma era do partido da União Democrática Nacional (UDN) e o interventor era do Partido Social Democrático (PSD). Como Nini era a líder da ala feminina da UDN em Itabaiana, isso foi o motivo para ficar de fora por algum tempo do quadro do magistério estadual.

Como Dona Nini Paes já era muito conhecida na cidade, as pessoas ligadas ao interventor e também do PSD levavam as informações para o administrador sobre a atuação dessa professora em Itabaiana.

Mesmo não conseguindo nenhum contrato para lecionar no magistério público estadual em sua cidade, Dona Nini Paes começou a lecionar em casa, dando aulas a crianças carentes. Pouco tempo depois foi convidada por Marieta Medeiros para lecionar no Colégio São José, fundado em 1915, que funcionava como internato e externato, recebendo alunos de todo interior da Paraíba e do vizinho estado de Pernambuco. Nesse colégio, lecionou por muitos anos, chegando a ser diretora após o afastamento de sua fundadora, para tratamentos médicos.

Lecionando no Colégio São José, Severina ia colocando em prática o que havia aprendido durante o tempo em que havia estudado no Instituto de Educação. Seu trabalho como docente chamou a atenção das pessoas, pois ficou conhecida pelos métodos que utilizava em suas aulas. Os seus alunos e alunas aprendiam e isso deixava os pais bastante satisfeitos.

Em 1945, o mundo recebeu com alegria a notícia do fim da Segunda Guerra Mundial e o Brasil finalmente escuta pela **Voz do Brasil** o término da ditadura Vargas. No ano seguinte foi promulgada a primeira Lei Orgânica do Ensino Primário no Brasil, havendo eleições para Presidente da República, Governos Estaduais e para o Legislativo.

Quem saiu vitorioso na Paraíba foi Oswaldo de Albuquerque Trigueiro, da UDN. Com a sua vitória reacendeu em Dona Nini a esperança de conseguir uma vaga para lecionar no estado, pois o diretor do Departamento de Educação que passou a responder por esse órgão foi Carlos Coelho, seu professor no Instituto de Educação. Assim, por intermédio de Monsenhor Coelho, pároco de Itabaiana, ela recebeu um presente no mês de janeiro de 1948: sua convocação para lecionar no magistério estadual. O que ela havia esperado quatro anos no governo anterior, não durou quinze dias, no novo governo, a sua contratação foi definitiva. Nesse ano, “com muita alegria”, Dona Nini Paes foi nomeada para lecionar no Grupo Escolar Padre Ibiapina.¹⁸

¹⁸ Cf. nomeação publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba, no dia 31 de Janeiro de 1948.

Após ter recebido a sua portaria de professora primária do Grupo Escolar Padre Ibiapina, iniciou as suas atividades na primeira turma do quinto ano.

Desenvolveu um trabalho com tanta dignidade e respeito, principalmente para com os alunos, que aos poucos conquistou a admiração das colegas de trabalho. Essa admiração e respeito se manifestavam, por exemplo, quando foi convidada para escrever e ler os discursos oficiais do Grupo Escolar, como, por exemplo, o dia sete de setembro. Aspecto esse que veremos mais detidamente no próximo capítulo.

Após o Grupo Escolar Padre Ibiapina ter mudado de nome, Dona Nini Paes continuou lecionando no mesmo, e em 10 de fevereiro de 1954, o Diário Oficial do Estado da Paraíba, publicou um termo permitindo que a mesma passasse a responder pelo expediente do Grupo Escolar Camilo de Holanda. Essa portaria teria sido assinada pelo Diretor do Departamento de Educação, Durmeval Trigueiro Nunes.

Quando Flávio Ribeiro Coutinho assumiu o governo da Paraíba, em 1956, autorizou que o Grupo Escolar Professor Maciel fosse transferido do centro da cidade de Itabaiana para o novo prédio, todas as professoras também foram transferidas recebendo novas portarias e entre elas estava Dona Nini Paes, encontra-se no Quadro 1. No primeiro ano ficou lecionando, mas no ano seguinte passou a responder pelo expediente auxiliando a diretora do Grupo, Dona Ivanise Santiago. Alguns meses depois com a saída de Dona Ivanise, D. Nini foi nomeada diretora do Grupo Escolar Professor Maciel.

Fez um trabalho que agradou aos pais dos alunos/as porque procurava desenvolver uma formação digna sobre o comportamento dos mesmos no Grupo Escolar Professor Maciel. Manter a disciplina na escola foi uma das tarefas mais importantes e difíceis. Ganhou também respeito pela sua capacidade de resolver problemas, ou seja, pelas iniciativas junto ao alunado, bem como pela forma respeitosa de lidar com os seus superiores, com as colegas de profissão, com os alunos e alunas, com os funcionários e com os pais dos discentes. Jamais utilizou do cargo de diretora para tirar proveitos pessoais ou perseguir alguém. Agia sempre com ética e paciência diante das circunstâncias que surgiam em seu caminho no duro exercício do magistério primário.

No entanto, sua atuação como diretora não foi apenas de coisas boas, ela sofria perseguições políticas partidárias por parte dos que eram ligados ao PSD local. Eles iam sempre ao governador Pedro Moreno Gondim pedir para que o mesmo exonerasse D. Nini Paes do cargo de diretora. Isso incomodou o representante do poder executivo estadual paraibano, que segundo a professora, quando foi a Secretaria de Educação para uma audiência com o Secretário de Educação do Estado da Paraíba, e estando na sala de espera “deu de cara”

com um político conhecido da Região do Vale do Paraíba, o qual era muito ligado ao governador. Esse mesmo líder político era quem mais pedia que a professora-diretora fosse exonerada do cargo. Sobre esses episódios lembra D. Nini Paes

Eu era perseguida na diretoria do Professor Maciel. Mas, eu tinha um amigo, Ivan Rabelo. Ivan Rabelo, então era amigo de Pedro Gondin, e Pedro Gondin estava substituindo Flávio Ribeiro Coutinho. Então, esses que eram do PSD, tudo era contra mim, para me tirar e colocar seus favoritos, mas não conseguiram, porque eu mesma fui testemunha de uma vez, cheguei a secretaria, nesse tempo não era mais departamento, não lembro mais. Eu cheguei lá e tinha uma pessoa no gabinete, a menina disse, disse, Dona Nini, a senhora não pode entrar agora, porque Mário Silveira está aí, eu pensei: já sei tem carrego. Está certo eu espero. Daqui a pouco saiu, e era Mario Silveira que estava no gabinete. Quando fui entrando, nesse, não era Dom Carlos Coelho, era outro, estou esquecida, me falha a memória no momento, quem era o diretor do departamento naquela época. Então ele perguntou: que mal a senhora fez a Mário Silveira? O mal que fiz a é que eu sou contra o partido dele, mas não falo dele e deixo para lá. Então o secretário: [...] esse homem, com uma equipe, vai constantemente ao palácio pedir para a senhora ser retirada da direção do Grupo Escolar Professor Maciel, no entanto Pedro Gondin fez uma proposta: [...] quero que vocês tragam por escrito o que vocês tem contra essa moça. Eles não foram mais lá. Por que Dona Nini? Porque não eram verdadeiros, porque eles não falavam a verdade.¹⁹

Outro acontecimento importante ocorreu quando D. Nini Paes era diretora. O irmão do governador Pedro Gondin, a procurou com uma proposta que não se coadunava com a personalidade da diretora. Quem relatou esse outro fato foi a professora Maria Celeste de Sousa Fonseca, também, uma das fundadoras do referido grupo escolar. Acompanhemos:

No tempo de Pedro Gondin, que era no tempo da revolução, chegou lá na casa dela um irmão de Pedro Gondin dizendo que estava como emissário de Pedro Gondin, para ela colocar uma servente, que era lá do povo dos amigos dele, como era doutor Onesito Novais, ela tinha sido nomeada servente, mas eles não queriam que trabalhasse como servente, queria que ela ficasse em casa e Nini a deixasse ela ir uma vez por mês para assinar o ponto, então ela disse: Quem é o senhor? Ele disse: Eu sou irmão do governador, Clovis Gondin. Ai revoltou-se em ver o irmão de Pedro Gondin pedindo uma coisa dessas. Ela que confiava muito em Pedro Gondin, tinha votado nele. Ai levantou-se e disse: Você diga ao governador, que é seu irmão, que eu não vou permitir isso. Então, a senhora vai ser demitida. Ela disse: Pode dizer a ele que, pode me demitir.²⁰

¹⁹ Severina Paes de Araújo (D. Nini Paes). Entrevista concedida em 10 de junho de 2010.

²⁰ Severina Paes de Araújo (D. Nini Paes). Entrevista concedida em 10 de junho de 2010.

A professora Nini Paes, agiu dessa maneira diante do emissário que se dizia irmão de Pedro Gondin, porque sabia que aquela proposta não passava de uma mentira. Isso porque Pedro Gondin, quando foi governador não utilizou desses expedientes. Para a referida professora o governador era um homem que prezava pelo respeito às pessoas e às instituições. E ela como tinha votado nele e acreditado em seu projeto de governo, achava-se no direito de recusar aquela ordem. Foi uma “ordem” sem nenhum documento que comprovasse a sua veracidade.

A professora Nini Paes permaneceu na direção do Grupo Escolar Professor Maciel durante quatro anos, de 1956 a 1960, quando ficou a disposição do Colégio Nossa Senhora da Conceição, com a portaria publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba, em 8 de fevereiro de 1960.

O Colégio Nossa Senhora da Conceição é um estabelecimento de ensino religioso, que na época mantinha o Curso Normal e tinha alunas oriundas de todas as cidades circunvizinhas a Itabaiana.

Nessa referida instituição passou a lecionar as disciplinas inerentes ao curso de formação de professoras primárias, relativas aos Fundamentos da Educação: Sociologia da Educação e Psicologia da Educação.

Foto 10 – Professoras com a turma pioneira do Curso Normal CNSC, 1961. No centro da esquerda para direita as professoras Tereza Queiroga, Bernardete Silveira e Severina Paes de Araújo.



Fonte: Acervo pessoal de Araújo (2010)

Após ter atuado como professora do Curso Pedagógico do Colégio Nossa Senhora da Conceição, ela foi lecionar no Ginásio Estadual de Itabaiana, com portaria publicada no Diário Oficial da Paraíba no dia 3 de Março de 1963. Como não tinha formação para lecionar a cadeira de Geografia, e ainda não possuía o curso de licenciatura foi fazer um curso pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), promovido pelo Governo Federal, para capacitar professores que não tivessem formação específica para determinada área. Mas, como sentia necessidade de uma formação completa, ela prestou vestibular na Universidade Federal da Paraíba para obter a graduação em Ciências, conseguindo com êxito, realizar mais uma vez um sonho na sua formação profissional. Querendo obter mais conhecimento, prestou outra vez vestibular pela Fundação Universidade do Nordeste para Geografia, onde concluiu, continuou lecionando e procurando incutir nos alunos os conhecimentos da Geografia e aprender as categorias da mesma.

Passados muitos anos sem assumir a direção de um estabelecimento de ensino, ela voltou novamente a responder pela vice-direção, dessa vez no Ginásio Estadual de Itabaiana, que com a Lei 5.692/71 passou a se chamar Escola Estadual de 1º e 2º Grau Dr. Antonio Batista Santiago. Lá, permaneceu por quatro anos, terminando o mandato voltou novamente para lecionar Geografia.

Em 1985, ela lembra que estava em casa quando atendeu ao telefone era uma velha amiga do magistério que tinha muita influência junto ao poder executivo estadual paraibano, e dizia que a mesma deveria assumir a direção da escola acima mencionada. Relatou D. Nini Paes que no momento não quis aceitar, mas devido à insistência da amiga, terminou aceitando e permaneceu no cargo até aposentasse.

Dedica-se, atualmente, à religião católica e vive em sua residência onde recebe os amigos, os familiares e ex-alunos que a faz lembrar do tempo em que ser professora primária, no Brasil, era ser considerada uma autoridade na cidade.

Foto 11 – **Maria Celeste de Souza Fonseca**²¹. Conclusão do Curso Ginásial, em 1950.



Fonte: Acervo da professora Maria Celeste Souza.

A professora Maria Celeste de Souza, nasceu no dia 03 de janeiro de 1935, em Maracaípe, zona rural de Itabaiana-Paraíba. Filha de Otacílio Medeiros de Souza e de Josefa Gomes de Souza. Começou seus estudos em casa, onde foi alfabetizada por uma tia, aprendendo a ler e a contar. Os livros utilizados para ser alfabetizada foram a **Nova Cartilha de ABC** e a **Cartilha do Povo**.

²¹ Entrevista concedida em 13/05/2009.

Figura 2 – Capa da Cartilha de ABC



Fonte:
jornalvanguarda.com.br

Figura 3 – Capa da Cartilha do povo



Fonte: crmaricovas.sp.gov.br

Após ter aprendido a ler e escrever em casa, mesmo de forma rudimentar, Maria Celeste foi matriculada no Colégio São José, em Itabaiana, cursando todo primário. Em seguida foi estudar em João Pessoa, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, onde passou a morar na casa de parentes, porque o referido colégio não funcionava como internato. Não sendo interna no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, os pais da mesma resolveram transferi-la para o Colégio Santa Maria na cidade de Timbaúba, PE. Estudar nessa cidade ficou melhor para a sua família visitá-la, já que Timbaúba fica próxima a Itabaiana.

O referido estabelecimento particular de ensino funcionava como internato e externato e era dirigido por freiras alemãs, que segundo a professora Maria Celeste eram muito competentes.

Quando foi aluna no Colégio Santa Maria ela afirmou que de todas as matérias a que tinha maior afinidade era com a Matemática, e por essa razão, era sempre convocada pela sua professora predileta de Matemática, a Madre Emanuele, para resolver problemas no quadro ou outras atividades relacionadas com a matéria.

Na referida instituição concluiu o Ginásio e como havia ficado noiva, teve que desistir de continuar estudando para poder se casar. No entanto, antes de contrair matrimônio começou a lecionar no Grupo Escolar Camilo de Holanda. No final do ano de 1954. A professora Maria Celeste nos relatou que não tinha nenhuma experiência de lecionar, no entanto, naquele tempo quem tinha o curso ginásial, era o mesmo que ter o curso pedagógico, porque era bem feito. Assim, para lecionar não precisou fazer concurso, foi por intermédio do prefeito da cidade, o senhor Luiz Paulino que era muito amigo da família e correligionário

político do Governador José Américo de Almeida, e conseguiu assim, o emprego como professora primária. Essa nomeação ocorreu no dia 24 de setembro de 1954.

Maria Celeste de Souza Fonseca, também é uma das fundadoras do Grupo Escolar Professor Maciel e lembrou que o governo do estado da Paraíba, nos anos sessenta, não distribuía livros para os alunos do primeiro ano primário. Por intermédio de outra professora foi solicitado ao prefeito de Itabaiana uma doação para os alunos do Grupo Escolar Professor Maciel. O pedido foi atendido, no entanto, no momento da entrega o doador foi surpreendido pela notícia que o mesmo iria ser preso por não compartilhar com o Golpe Militar de 1964 e que mantinha contatos com políticos de esquerda, tais como Miguel Arraes e Brizola.

Esses acontecimentos deixaram o Grupo Escolar Professor Maciel sob a situação de vigilância constante. Outro motivo foi a militância de um ex-aluno, Francisco Almeida, que fazia campanha contra a ditadura e no quadro do magistério do referido Grupo Escolar, havia uma parenta desse ex-aluno, fazendo com que todas as professoras ficassem apreensivas, com medo de sofrerem as agruras da perseguição por parte do novo regime que espalhava informantes para prender e punir todo aquele que fizesse comentário ou campanha contra o governo que se instalou a partir do dia 31 de março de 1964. Acompanhemos o relato da professora Maria Celeste sobre este episódio:

Aqui foi uma localidade onde teve diversas pessoas presas por causa do movimento. Como foi Francisco Almeida, [...] porque Francisco Almeida, mesmo foi ex-aluno do “Professor Maciel” e tinha lá uma professora que era irmã dele e então, por conta disso, havia fiscalização, havia perguntas, havia indagações, que era da revolução, porque o poder que tava de cima, era o poder militar e a gente tinha que dizer que tava tudo certo, tudo bom, porque ninguém podia ir contra os governantes daquela época. Além de tudo o prefeito da época daqui de Itabaiana era o doutor Hugo Saraiva, que era do lado de João Goulart e de Arraes, que por isso, era muito visado aqui em Itabaiana. Ele foi cassado e era uma pessoa muito popular, todo mundo gostava dele e ele tinha doado as cartilhas, porque o governo não mandava livros, e ele por necessidade da escola [...] doou cem cartilhas ao “Professor Maciel” para o primeiro ano, e naquele dia, dia primeiro de abril, que foi no dia depois da revolução, ele foi fazer a distribuição dessas cartilhas e então, todo mundo tomou conhecimento, que ia ser preso e ele tinha doado esses livros. Então, todo, todo, pai dessas crianças eram gratas a ele pelos livros [...], ficou todo mundo tomando conhecimento que o prefeito era contra a revolução, era contra os militares. Ai a escola ficou numa situação melindrosa [...], porque nesse dia mesmo ele saiu que tomou conhecimento da revolução lá no “Professor Maciel”, ele veio para a prefeitura [...] passou um telegrama para Arraes e parece-me outro para Brizola, não tenho certeza, mas ele aí foi procurado para prende-lo e ele correu e se foragiu e não foi

preso nesse dia, mas ficou foragido por muito tempo, depois foi cassado e quem assumiu o seu lugar foi seu vice, Dr. Everaldo Pimentel.²²

Após ficar lecionando sem nenhuma formação pedagógica por mais de quinze anos, ela começou a participar dos cursos oferecidos pela Secretaria de Educação do Estado com a finalidade de adquirir o diploma de professora primária e também conhecimentos para melhorar sua prática docente. Essa oportunidade veio no Governo de João Agripino²³, ao fundar os centros de treinamentos de Alagoa Grande, Sapé e Lagoa Seca, exigia que todo professor leigo fizesse o curso de formação de professores para poder continuar no quadro dos professores.

Os cursos eram realizados no período de férias. Então, em dois anos ela concluiu o primeiro ano do Curso Normal e para completar sua formação como professora primária, concluiu o mesmo no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em Itabaiana, onde funcionava o Curso Normal Regional.

Motivada em querer melhorar sua qualificação profissional, resolveu cursar a Universidade e prestou vestibular na Universidade Federal da Paraíba para o curso de Pedagogia, obtendo a licenciatura curta. A licenciatura plena obteve na Universidade Estadual de Campina²⁴. A escolha pela licenciatura em Pedagogia ocorreu porque Maria Celeste, nesse período, já havia saído do Grupo Escolar Professor Maciel e estava na direção da Escola Reunida João Fagundes de Oliveira, onde permaneceu por mais de quinze anos, quando se aposentou depois de trinta e sete anos de magistério.

²² Maria Celeste de Souza Fonseca. Entrevista concedida em 13 de maio de 2009.

²³ Foi Governador da Paraíba de 1965 a 1971.

²⁴ Essa universidade que a professora refere-se é a antiga FURNE - Fundação Universidade Regional do Nordeste, que depois foi transformada em Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Foto 12 – **Maria das Neves e Silva**²⁵. Na Secretaria do Grupo Escolar Professor Maciel, 1957. Observar o mapa do Brasil ao fundo foto.



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria das Neves e Silva.

A professora Maria das Neves e Silva nasceu em Itabaiana, no dia 08 de Outubro de 1933, no distrito de Campo Grande pertencente ao município de Itabaiana. Foi alfabetizada na Escola Elementar²⁶ de Campo Grande e concluiu o curso primário no Grupo Escolar Padre Ibiapina.

Começou a lecionar em 1950 na zona rural de Mogeiro na Escola Mista de Pintado. Nesse tempo essa localidade pertencia a Itabaiana. Embora tivesse sido nomeada para trabalhar em Mogeiro, na prática ela trabalhava no Grupo Escolar Camilo de Holanda, em Itabaiana. Sobre a opção em ser professora, ela afirmou que não tinha ninguém que a influenciasse, a opção partiu dela mesma. Relatou que havia o Curso Comercial, que preparava as pessoas para trabalharem no comércio, mas ela não queria, então optou em ser professora primária.

Logo que o Grupo Escolar Professor Maciel foi inaugurado, ela solicitou sua transferência para o mesmo, conforme publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba do dia 09 de março de 1956:

²⁵ Entrevista concedida em 27/5/2009.

²⁶ Chamava-se elementar porque lecionava apenas até o quarto ano, o quinto ano era feito em grupo escolar.

Maria das Neves e Silva, Regente de classe, Referencia I, da Tabela Numérica de Mensalista, lotada neste Departamento, com exercício na “Escola Elementar Mista de Pintado”, passe a prestar serviço no Grupo Escolar “Professor Maciel”, ambos do município de Itabaiana, até ulterior deliberação. (PARAÍBA, 1956, p. 1)

A professora Maria das Neves e Silva quando começou a lecionar no Grupo Escolar não tinha nenhuma formação para exercer o magistério, apenas tinha o complementar, como era chamado o quinto ano primário. Depois de muitos anos foi que concluiu o ginásio e o colegial no Colégio Estadual de Itabaiana.

O curso de professora primária ela realizou na Escola Normal Regional do Colégio Nossa Senhora da Conceição onde também lecionou. Foi também professora da Escola Reunida João Fagundes de Oliveira.

Depois de trinta e cinco anos de docência primária se aposentou e reside em Itabaiana, não atuando mais como professora.

Foto 13 – **Maria Lúcia Marinho**²⁷.
Formatura do Curso Normal no Colégio
Nossa Senhora da Conceição, 1963.



Fonte: Acervo pessoal da professora
Maria Lúcia Marinho.

²⁷ Entrevista concedida em 20/10/2010.

A professora Lucia Marinho, natural da cidade de Itabaiana, nasceu no dia 07 de dezembro de 1946. Filha de Olária Bento Marinho e Manuel Bento Marinho. Começou a lecionar em 1963, período que a primeira LDB já havia sido promulgada. A mesma procurava aos poucos organizar o ensino de acordo com o que prescrevia a lei maior da educação.

Seus primeiros anos escolares foi no Colégio São José localizado na cidade de Itabaiana. Nesse estabelecimento ela cursou todo primário, depois fez exame de admissão para estudar no Colégio Nossa Senhora da Conceição, também em Itabaiana onde fez o ginásio e o colegial. Concluindo o colegial resolveu fazer o Curso Normal para ser professora primária.

Com relação à opção em ser professora, partiu de sua irmã Maria Menina Marinho, a qual era professora de canto do Grupo Escolar Professor Maciel.

Ela relatou que seu paraninfo foi o Onezipo Aurélio de Novais²⁸, que ao entregar o anel de formatura, disse-lhe que aquele era o seu primeiro presente. Ela não compreendeu no momento e quando foi no dia 24 de março de 1963, seu nome saiu publicado no Diário Oficial da Paraíba, para lecionar no Grupo Escolar Professor Maciel.

Foto 14 – Recebimento do anel de formatura, 1963.



Fonte: Acervo da Professora Maria Lúcia Marinho.

A seguir uma imagem do conjunto de professoras que foram companheiras de trabalho no Grupo Escolar Professor Maciel.

²⁸ Advogado e desembargador. Foi juiz de Itabaiana. Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba por duas vezes.

Foto 15 – Dia do Mestre no Grupo Escolar Professor Maciel. Corpo docente. Primeira fila da esquerda para direita: Geralda, Ivete, Lúcia Nascimento e Lúcia Marinho. Segunda fila, da esquerda para direita (atrás): Severina, Neném, Lourdinha Lira, Maria da Luz, Penha Borba e Edith.



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria Lúcia Marinho, 1964.

Com o passar dos anos resolveu fazer um curso superior e prestou vestibular para Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba. No curso de Pedagogia obteve a habilitação em Supervisão Escolar.

Transferida para a Escola Estadual Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, passou a atuar como Supervisora Escolar e, posteriormente, passou a responder pela direção da mesma até se aposentar.

Além de ter sido professora, durante cinco anos do Grupo Escolar Professor Maciel, em 1967 passou a responder pela direção das Escolas Reunidas Noturnas que funcionara no mesmo Grupo Escolar.

Apresentamos até aqui, alguns aspectos relativos acerca da formação escolar e partes da vida profissional de algumas das professoras que atuaram na referida instituição de ensino, a partir primordialmente, dos seus depoimentos orais.

Nesses fragmentos de memória, podemos perceber as inúmeras decisões que essas professoras tiveram que tomar frente às dificuldades e, em alguns momentos facilidades que lhes foram surgindo ao longo de suas trajetórias de vida para tornarem-se professoras do Grupo Escolar Professor Maciel. Percebemos também o quanto a conjuntura política, econômica, social e cultural, interferiu nos caminhos por elas trilhados.

Sobre a questão de ordem mais política, nos chamou a atenção à forma como quase todas elas foram contratadas pelo estado paraibano. As relações estabelecidas na estrutura de poder era, marcadamente clientelista, uma vez que eram as relações de compadrio, de troca de favores que facilitavam, ou dificultavam que professores (as) se tornassem membro da organização escolar pública. Nessa cultura política, a meritocracia ou simplesmente o reconhecimento pelo mérito, ainda estava muito distante de se tornar uma prática dominante. As indicações, o lobismo, a apropriação privada do espaço público eram as principais forma de gerenciamento do Estado, fosse ele em nível federal, estadual ou municipal.²⁹

Sabemos ainda que os fragmentos de memória nos possibilitaram tecer uma versão possível da história da referida instituição, dos quais alguns acontecimentos foram priorizados, em detrimento de outros aspectos, que foram esquecidos. Mas, esse jogo entre o que é lembrado e o que esquecido é próprio do movimento da memória, ou seja, nunca lembramos de tudo, mas sempre esquecemos algo...

Assim, desejamos concluir este capítulo com uma fotografia que consideramos singular, porque nela está congelada um momento de reunião de quase todas aquelas que trabalharam no Grupo Escolar Professor Maciel.

Foto 16 – Professoras do Grupo Escolar Professor Maciel, 1957.



Fonte: Acervo pessoal de Severina Paes de Araújo

²⁹ Sobre essa questão há uma grande produção acadêmica, entretanto aqui indicamos as seguintes: Leal (1986), Gurjão (1994), Bruno (1995), Fortunato (2008).

Ao observarmos essa imagem nos parece importante frisar que não havia nenhum homem lecionando no Grupo Escolar Professor Maciel. Aspecto que consideramos significativo, uma vez que o período que estamos estudando, era raro uma instituição pública ter sob a administração formada somente de mulheres. Sabemos que, não raras vezes o corpo professoral era formado por professoras, onde quase sempre, a direção da escola estava sob o controle de um professor. O estudo sobre o Grupo Escolar Professor Maciel, portanto, nos indica empiricamente, que já na década de 1950, as mulheres começaram a ocupar determinados cargos de mando.

Através dessa imagem podemos observar a manutenção de uma hierarquia escolar, já que se encontra no centro da foto e sentada, em posição de destaque, a diretora do Grupo Escolar, Dona Nini Paes, segurando uma pena, preparada para escrever ou assinar um documento. O que podemos ler como mais um sinal de poder, uma vez que representa a ideia de definir a vida da escola, das professoras, dos alunos, tanto pelo conhecimento que pode ser escrito, quanto pela manutenção da ordem – a tinta escura sobre o papel branco, que registra uma possível decisão tomada, ou de escrita sobre o conhecimento.

Por trás de todas as professoras há um mapa físico do Brasil. Assim, a fotografia também nos sugere o permanente conflito ou tensão entre a ciência e a fé, já que foram colocados propositalmente sobre o bureau livros, o globo terrestre e a imagem de uma santa da Igreja Católica. Esse aspecto nos remete a uma antiga questão de que apesar de nos constituirmos formalmente e institucionalmente uma nação laica, do ponto de vista cultural a fé católica adentrava (e adentra até hoje!) o espaço público.

Dessas professoras que estão representadas na fotografia, apenas quatro continuam vivas, a saber: Maria Celeste de Souza Fonseca, a que se encontra no centro e em pé. A segunda da esquerda para a direita é a professora Maria das Neves e Silva. A terceira da esquerda para a direita é a professora Onelice Medeiros que, além de ter sido professora do Grupo Escolar, também foi diretora, em um período posterior a nossa pesquisa.

As professoras estão todas bem vestidas conforme orientações contidas no Regulamento do Ensino Primário da Paraíba. Todavia, pelo vestuário também, podemos supor que a foto foi feita em um dia de festa no Grupo Escolar Professor Maciel.

Continuemos pois, a ouvir as memórias das professoras, agora sobre algumas das suas práticas no cotidiano escolar. Sobre esses aspectos é que nos deteremos no capítulo seguinte.

3 DAS PRESCRIÇÕES À CULTURA ESCOLAR: OUVINDO AS PROFESSORAS DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR MACIEL

Aqui, passaremos a analisar o trabalho desenvolvido especialmente no interior desse Grupo Escolar levando em consideração as lembranças e memórias produzidas por algumas das professoras que atuaram durante alguns anos. O procedimento adotado para a construção textual deste capítulo não se restringiu, exclusivamente, a um relato de experiências vividas por essas personagens, mas trabalhamos no permanente confronto entre as prescrições estabelecidas a partir da publicação dos **Programas de Ensino para as Escolas Primárias do Estado da Paraíba** que foi publicado, em 1955; e os depoimentos realizados pelas professoras por nós entrevistadas sobre o cotidiano escolar. Nesse sentido, procuramos adentrar ao universo da **cultura escolar** conforme o definimos no capítulo primeiro deste trabalho.

No âmbito do cotidiano escolar existem diversas possibilidades interpretativas, assim sendo, aqui selecionamos alguns aspectos da cultura escolar do Grupo Escolar Professor Maciel, que nos foram apontadas pelas professoras, quais sejam: os conteúdos de português, matemática, mas, sobretudo, os de história que nos levaram a articulá-los com algumas das festas civis, religiosas e, especialmente, as cívicas. Outro aspecto apontado foi sobre a existência de um clube agrícola. Também, aqui discutiremos algumas questões relacionadas a in(disciplina) dos alunos para em seguida apresentarmos as formas de avaliação e a conclusão da primeira turma concluinte do Grupo Escolar Professor Maciel, ocorrida em 1958.

3.1 Os conteúdos de ensino e a metodologia adotada pelas professoras

O Grupo Escolar Professor Maciel, assim como as demais instituições escolares, deveriam seguir as prescrições publicadas no documento denominado: **Programas de Ensino Para as Escolas Primárias do Estado da Paraíba**, em 1955. O referido **Programa** dava as orientações que iam desde a indicação dos conteúdos, por série, e de todas as “matérias”, que deveriam ser ensinados pelo professor (a); até sugestões didáticas, tais como: a utilização de poesias, literatura infantil, dramatizações, trabalhos manuais, modelagens, entre outros.

A organização pedagógica estava dividida em quatro séries e mais um ano (série única) de curso complementar. As áreas de conhecimentos eram as seguintes: Português (linguagem oral, literatura infantil, leitura, escrita, composição, gramática e ortografia),

Matemática (iniciação), Estudos Sociais (Geografia, História Pátria e Higiene), Ciências Físicas e Naturais, Desenho e Trabalhos Manuais.

A metodologia utilizada pelas professoras deveria fugir da tradicional, ou seja, caberia ao docente se preocupar com a aprendizagem do aluno sem a utilização mecânica da memorização. Esses preceitos básicos estavam presentes praticamente em todos os manuais de orientação didática, tais como os de Aguayo (1952, 1953), Miranda (1957), Highet (s/d)³⁰.

De acordo com o programa, as professoras deveriam utilizar “métodos modernos” de ensino, ou seja, seria conveniente “tornar o ensino cada dia mais objetivo e oferecer à criança problemas de acordo com situação real da vida.” (PARAÍBA, 1955, p.39). Sobre os procedimentos cotidianos em sala de aula, descreveu a professora Maria das Neves:

Quando nós chegávamos à sala de aula fazia a chamada, né, a frequência dos alunos, depois a leitura. Era uma leitura ou coletiva ou individual, depois eram as atividades como ditado, não é? A gente fazia aquele ditado, depois foi que veio uma história de treino ortográfico.³¹

A prática do “ditado” e do “treino ortográfico” estavam prescritos em diversos momentos do **Programas de Ensino**. Acompanhemos o seguinte trecho:

Exercícios de ortografia podem ser feitos através dos ditados, que não devem ser impostos, mas realizados aproveitando-se as oportunidades surgidas em classe. (...) Ditados de poesias e de trechos bonitos dos livros de literatura. (p. 27)

A leitura coletiva consistia em toda classe ler, como se fosse um jogral e quanto à leitura individual, a professora pedia que cada aluno lesse o texto. Em seguida era realizado o ditado com palavras retiradas do texto lido. Após serem ditadas as palavras e escritas pelos alunos, a professora deveria fazer, obrigatoriamente, a correção. Em seguida o aluno era orientado a reescrever varias vezes a palavra de forma correta no seu caderno.

Sobre esse aspecto Hébrad (2001, p. 115) nos adverte, no seu importante estudo no campo da cultura escolar e, mais particularmente acerca da cultura material, que o caderno escolar substituiu as simples de folhas de papel e tornou-se

³⁰ Obra traduzida pelo professor Lourenço Filho. Informação para nós muito significativa porque o referido intelectual teve um importantíssimo papel no processo de difusão dos ideais da Escola Nova, no Brasil.

³¹ Maria das Neves e Silva. Entrevista concedida em 27 de maio de 2009.

O espaço de escrita no qual acontecem todas as aprendizagens. O aluno descobre aí não somente como ordenar o espaço bidimensional próprio a ordem gráfica, mas também como, pela escritura, dominar o tempo de seus trabalhos e de seus dias. Misturando ao texto esquemas, figuras e imagens, ele se dá os meios de dispor de um instrumento próprio a organizar a enciclopédia de seus conhecimentos.

Para além do uso do caderno escolar as professoras Maria Celeste de Souza Fonseca e Maria Lúcia Marinho, respectivamente, relataram outros procedimentos em sala de aula. Acompanhemos:

O método naquele tempo era bem diferente de hoje. A gente chegava na classe, depois que rezava, que cumprimentava os alunos e então começava com a leitura, fazendo a leitura aí, individual, que depois de alguns anos foi que passou a se usar a leitura coletiva, mas no começo era leitura individual, cada menino lia, depois da leitura se fazia um ditado daquele texto que foi lido para gravar bem, como escrever as palavras, aí, tinha a parte da gramática, aquela partizinha tirada do texto. Era feito de uma frase, a professora botava no quadro, copiava no caderno, no quadro, ia analisar, detalhar.³²

O método pedagógico a gente utilizava no normal, por exemplo, Português: ia da leitura de cada aluno na classe, ia do ditado, ia da explicação sobre da gramática, a gente explicava a gramática aos alunos e passava um dever.³³

Havia, também, o procedimento de chamar os alunos ao quadro para responderem as atividades que eram passadas em sala de aula, ou até mesmo de apresentar por escrito, também no quadro as respostas que haviam feito nas tarefas de casa.

Para cada série escolar havia sugestões específicas com relação à leitura. No primeiro ano eram os professores, juntamente com os diretores dos grupos escolares quem aplicavam logo nos primeiros dias de aulas os testes propostos no ABC de Lourenço Filho. Outra recomendação dada pelos **Programas de Ensino**, de 1955, é que ao trabalhar a leitura interpretada deveria ser utilizada a técnica propugnada por Maria Montessori, como também a orientação do uso do pré-livro. Em poucas palavras, assim eram indicadas algumas necessidades materiais (o que hoje chamamos recursos didáticos) e atividades destinadas à segunda fase do primeiro ano:

³² Maria Celeste de Souza Fonseca. Entrevista concedida em 13 de maio de 2009.

³³ Maria Lúcia Marinho. Entrevista concedida em 20 de outubro de 2010.

Em pequenos cartões, dar às crianças ordens, que depois de lidas em silêncio, serão executadas por elas. As frases tiradas de bons escritores da língua, não devem referir-se à ações cuja execução seja apenas material, como: “levante o braço” – mas indicar ações que exigem uma verdadeira interpretação com: ‘o menino batia as mãos de contente’. Nesta classe, as frases indicam uma única ação a princípio, e, mais tarde duas ações consecutivas. (PARAÍBA, 1955, p. 8)

Além dessas orientações, era também indicada a determinação diária de um horário específico destinado à realização da leitura sistematizada, que poderia ser leitura oral (em voz alta), leitura silenciosa, consulta a biblioteca de classe, jogos de leitura, discussão das histórias lidas, etc.

A leitura silenciosa deveria preponderar sobre a leitura oral que só se faria quando houvesse um motivo real para isso, podendo o professor/a provocar o alunado facilmente pela utilização de certos tipos de material: poesias, trechos dramáticos, descrições, diálogos, narrações históricas, relatórios de excursões e de observações, etc.

Em relação ao uso da gramática, somente deveria ser adotado a partir do quarto ano primário e se expandindo para o quinto ano em diante, conforme previsto no **Programas de Ensino** de 1955.

Quanto ao uso do pré-livro e do livro básico, tudo indica que o governo estadual não distribuía livros para toda rede escolar. Isso pode ser constatado pela fala professora Maria Celeste Fonseca, quando afirmou que o Prefeito local doou cem cartilhas para os alunos do Grupo Escolar Professor Maciel, conforme contexto político ao qual foi relatado pela referida professora, que se encontra no capítulo II deste trabalho.

As aulas de matemática e de língua portuguesa eram dadas todos os dias, enquanto as das outras matérias nem tanto, conforme afirmou a professora Maria Celeste: “De história, geografia e ciências não era dada todo dia, como português e matemática.”³⁴

Em relação ao ensino da matemática era usual a tabuada para que os alunos aprendessem as quatro operações. Para verificar se os alunos haviam estudado em casa, a professoras faziam perguntas orais aos alunos. Também poderia ser solicitado que fossem escrever no quadro as respostas. Sobre o ensino da matemática ressaltam as professoras Maria Celeste e Maria das Neves:

E a parte da matemática eles faziam, tinham a tabuada para estudar em casa, quando eles traziam a tabuada estudada em casa, aí a gente ia fazer uma pergunta de tabuada, eles respondiam e aí colocava para fixação uma conta que era uma operação de somar ou diminuir ou multiplicar, ou

³⁴Maria Celeste de Souza Fonseca. Entrevista concedida em 13 de maio de 2009.

dividir e em seguida podia fazer um problema também pra eles resolverem para fixar justamente o raciocínio.

E lá ia tomar a parte da matemática, aquela tabuada, as contas no quadro, e eles faziam no caderno copiavam pelo quadro, faziam então depois entregavam a gente para a gente corrigir de um a um, não se corrigia no quadro. Passava uma atividade para casa.³⁵

A adoção da tabuada, apesar de ser um procedimento de ensino considerado como tradicional era também indicado sob certas condições, conforme podemos acompanhar no trecho que se segue:

A memorização da tabuada é uma necessidade, no entanto, só poderá ser feita sempre pela objetivação, isto é, correlacionando os números das parcelas com objetivos de uso do aluno, do seu meio ambiente, da escola, etc. (PARAÍBA, 1955, p. 41).

A partir das entrevistas que realizamos nos foi possível perceber que nem todas as orientações prescritas didáticas e metodológicas eram realmente efetivadas pelas professoras, no cotidiano do Grupo Escolar Professor Maciel. Na verdade processou-se uma variação de procedimentos que iam desde às práticas mais tradicionais até a utilização dos “métodos modernos”.

No que concerne às aulas de história as professoras davam bastante ênfase às datas comemorativas. Sobre a importância dessas datas vejamos o que afirmou a professora Maria das Neves:

[...] as datas comemorativas, [...] a gente fazia os quadros, os cartazes, de Duque de Caxias, de natal, de páscoa, sete de setembro, dia do índio, dia da bandeira, dia 21 de abril. A gente cantava o Hino Nacional. Todas essas datas comemorativas sobre a História do Brasil, sempre estava relacionada no ensino da gente, das professoras [...] e outras atividades. (SILVA, 2009).

Em relação aos procedimentos de ensino, nos elucidou a professora Maria Lúcia Marinho:

Agora geografia, história e ciências a gente usava muito o quadro negro. Quem tinha o professor que tinha a habilidade de desenhar, desenhava como eu desenhei muito. Uma das vezes que estava explicando, uma fiscalização do Estado chegou e eu estava explicando sobre história geral e eu desenhei no quadro o chapéu de Napoleão Bonaparte e fiz aquela pergunta qual era a cor do cavalo branco de Napoleão e geralmente todo acontecimento da cidade ou da casa do aluno eu passava para a escola através da gramática da

³⁵ Maria das Neves e Silva. Entrevista concedida em 27 de maio de 2009.

historia, fazia aquela história assim, e os alunos gravavam mais. (MARINHO 2010).

Com relação ao ensino de História no primeiro ano primário, os *Programas do Ensino* da Paraíba recomendava que o mesmo não fosse sistemático, devia ter apenas uma finalidade preparatória. Para o segundo ano era recomendado aos alunos reverenciarem os grandes homens do Brasil e as datas locais. No terceiro ano orientava o seguinte:

Durante o ano letivo a criança deverá aprender, sem detalhes, a origem e o desenvolvimento das instituições estaduais, bem com saber os feitos dos conterrâneos que participaram, com sua atividade e suas idéias, nas diferentes épocas da História. (PARAÍBA, 1955, p. 58)

Para o quarto e ano primário era recomendado que:

o aluno estuda a evolução histórica do Brasil, portanto, vasto e em que as ocorrências, ligadas, umas as outras, por relação de casualidade, exigem sobretudo compreensão e não memorização apenas. O uso do material didático é um recurso valioso para o estudo da História, em que pouca coisa pode ser observada diretamente (em excussões e nos museus). As gravuras de Debret, Rugendas as fotografias, as reproduções de quadros celebres (batalha de Riachuelo), 2ª missa no Brasil, os mapas e roteiros (bandeirantismo) darão uma idéia ao aluno uma idéia mais clara do assunto exposto.

Para o quinto ano primário, que era chamado complementar as orientações era as seguintes:

O globo e o mapa são imprescindíveis para a objetivação do ensino. Os alunos podem ainda organizar uma pequena história do Brasil composta de lendas, narrativas, poesias e transcrição de páginas celebres, alusivas aos fatos e personagens históricas estudadas. São ainda recomendáveis, ainda, os quadros sinóticos, que inicialmente serão feitos no quadro negro, por fim, já organizados individualmente no caderno de história que cada aluno deve possuir. Nesse caderno serão feitos os exercícios, serão resumidas as aulas e poderão ser coladas as ilustrações encontradas pela criança, alusivas ao assunto em foco.

Sobre o ensino de história nos relatou a professora Maria das Neves:

tinha as datas comemorativas, que a gente fazia os quadros, os cartazes, de Duque de Caxias, de natal, de páscoa, sete de setembro. Há também a data de Itabaiana, que agente fazia, tinha o Riacho das Pedras, que nesse tempo aí era estudo meu, não era como professora não. A gente ia, a gente fazia ia pra

ali, cantava o hino nacional, nas minhas atividades coletivas, dia de bandeira, dia 21 de abril, dia do índio.³⁶

Assim, pelos relatos das professoras entendemos que as mesmas utilizavam gravuras, desenhos e confeccionavam os cartazes para representarem as datas comemorativas. Datas comemorativas estas que durante o Regime Militar tornaram-se mais valorizadas e estimuladas como atividades escolares em todo o Brasil.

Entretanto, uma atividade que estava diretamente relacionada ao ensino de história, mas que ganhava uma dimensão maior era a realização das festas cívicas.

3.1.1 As festas religiosas e cívicas no Grupo Escolar Professor Maciel

As datas comemorativas foram ratificadas e permaneceram a ser obrigatórias nas escolas públicas e particulares do Brasil a partir da Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas as instituíram por meio de decretos. Na Paraíba consolidou-se com a interventoria de Antenor Navarro. Segundo Pinheiro (2002), em 1942 foi criada a Hora Cívica. O referido autor, ao fazer referência a um relatório publicado pelo governador Ruy Carneiro, destaca o seguinte:

A formação de uma consciência nacional intangível aos elementos desagregadores no seio do professorado e da população escolar do Estado (...). O robustecimento dos ideais patrióticos dos que trabalham na comunidade escolar. Da “Hora Cívica”, foi observada durante o ano escolar, constou, obrigatoriamente, a formatura, em local apropriado, de todo o pessoal docente e administrativo do estabelecimento de ensino, a-fim-de ser cantado o Hino Nacional e ouvidas palestras sobre vultos e fatos da história da civilização brasileira. (PARAÍBA, 1943, p. 115-116 *apud* PINHEIRO, 2002, p. 206)

Mas antes de adentrarmos na discussão acerca do empenho que as professoras do Grupo Escolar Professor Maciel tiveram na organização de atividades cívicas, necessário se faz referenciar o trabalho realizado por Silva (2011), que fez uma exaustiva análise sobre as festas e comemoração cívicas na Paraíba entre os anos de 1937 a 1945. Segundo a referida autora:

³⁶ Maria das Neves e Silva. Entrevista concedida em 27 de maio de 2009.

As festas escolares se tornaram muito comuns durante o Estado Novo, pois esse foi um momento em que se processaram a centralização de leis e normatizações, no sentido de tentar conduzir as práticas sociais, visando à construção de novas tradições em torno de um ideário nacionalista, na tentativa de formar homens civilizados e dispostos a trabalhar pela pátria. (...)

As relações entre as festividades e a política daquele momento, eram evidenciadas durante os ritos festivos em que celebravam exacerbadamente os ideais da política estadonovista. Isso aconteceu a partir da escolha das datas e temas que deveriam ser comemorados, ou mesmo a partir do próprio ritual festivo, com o entoar dos hinos, os discursos proferidos e até mesmo as poesias escolhidas para serem declamadas pelos alunos. (SILVA, 2011, p. 105)³⁷

Semelhante ao contexto nacional, no paraibano a cidade de Itabaiana, nas décadas de 1950 e 1960, os professores e alunos do Grupo Escolar Professor Maciel procuraram obedecer ao Decreto nº 983 de 31 de janeiro de 1956, assinado por José Américo de Almeida, que rezava o seguinte:

Artigo 181: em todas as escolas é obrigatório o culto aos símbolos nacionais.
Artigo 184: todos os estabelecimentos de ensino comemorarão as grandes datas nacionais e estaduais e cultuarão a memória dos brasileiros ilustres que tenham prestado relevantes serviços à Pátria.
(PARAÍBA, 1956, p. 1)

Durante o ano letivo o Grupo Escolar Professor Maciel comemorava as datas importantes tanto do calendário religioso e civil, quanto o cívico como: Dia das Mães, Dia da Criança, Dia do Professor, Festas Juninas, Dia 13 de Maio, Dia do Índio, Dia 31 de Março, Dia de Tiradentes, Dia do Soldado, Dia Sete de setembro, Dia da Bandeira e por último a formatura dos alunos do Curso Primário Elementar e Complementar.

Iniciemos, pois, pelo dia da criança. As professoras organizavam festas com recursos próprios, porque não havia doação do Estado para essas finalidades. Abaixo segue um fragmento do discurso proferido pela professora Severina Paes de Araújo, em 12 de outubro de 1959:

³⁷ Também há um breve estudo sobre as festas cívicas nas obras de Pinheiro (2002) e Lima, Paiva e Pinheiro (2006), que discutem genericamente sobre essas comemorações na Paraíba e o trabalho de Silva (2011) que discute o mesmo tema, particularmente, sobre Campina Grande, no qual destaca o envolvimento dos Grupos Escolares José Tavares, Monsenhor Sales e Clementino Procópio, nesses eventos.

Chegou afinal o doze de outubro, dia em que se comemora a festa da Criança. Ficaré no rol do passado como ficaram: os dias das mães, o dia da pátria, entretanto, quando fordes grandes, haveis de folear (sic) no livro do tempo as páginas floridas da Infância e certamente este grupo de colegas e professoras será lembrado com saudade, neste 12 de outubro de 1959. Quantos meninos, que não possuem a felicidade de receber na Escola, o carinho e a dedicação dos mestres, vivem entregues à miséria da fome, mirrados de corpo e alma, andrajosos, sujos, desamparados, sem nenhuma assistência, de porta em porta, esmolando, no lugar do *ABC* da Cartilha, aprendem nos cassinos e bares, palavrões, riscando nas paredes figuras indecentes, sem escrúpulo, porque a roupagem branca da inocência desaparecera para dar lugar ao vício. Por isso, meus meninos, neste dia de santa significação, começai uma vida nova, sereis de hoje por diante apóstolos de vossos colegas e daqueles que desamparados da sorte estão de deo em deo³⁸, sem encontrar uma palavra de conforto para o seu infortúnio. Sede sempre bons e tereis a benção de Deus e de vossos pais, e o amor de vossos mestres. É o que vos deseja hoje e sempre a vossa mestra e amiga.

Ao observarmos o discurso da diretora, percebemos que a mesma fez uma retrospectiva das datas comemoradas, mas centrou as suas preocupações na situação das crianças que estavam fora da escola. O discurso possuía um alto teor moralizador ao pedir que os mesmos não se desviassem do bem e, ao mesmo tempo, que servissem de exemplo para outras crianças.

Esses conselhos dados aos alunos pela diretora e pelas professoras faziam parte do dia a dia das mesmas no exercício do magistério primário. Isso não acontecia de forma aleatória, porque quem lecionava no Grupo Escolar Professor Maciel eram apenas mulheres, consideradas como se fossem à segunda mãe fora de casa. Nessa perspectiva a escola era o segundo lar para as crianças.

Podemos interpretar esse aspecto considerando que havia uma concepção de docência que marcou o papel social relativo ao trabalho realizado pelas professoras, ou seja, elas deveriam estar imbuídas de afeto e cuidado, prevalecendo ainda, a ideia de predestinação e o exercício do magistério como sacerdócio.

Não podemos nos esquecer que logo após a Segunda Grande Guerra Mundial, ocorreu uma ofensiva ação da Igreja Católica, visando ampliar os seus dogmas nos ambientes educacionais. Não foi à-toa que ocorreu a difusão dos ideais propugnados pela polonesa Hélène Lubienska de Lenval (1895-1972), que se apoiou nas teorias elaboradas por Maria Montessori, mas submetendo-as equivocadamente, aos princípios religiosos e especialmente católicos. Lubienska, segundo Avelar (1978), foi à principal responsável pela difusão e

³⁸ Expressão popular que significa ficar solto na vida, sem rumo, sem destino certo.

implantação, principalmente nas escolas particulares do Método Montessori no Brasil, a partir dos anos de 1940-1950.

A autora acima mencionada destaca, ainda, que

Ela apareceu no campo educacional ao lado da Maria Montessori partindo depois para uma educação essencialmente baseada na liturgia. Diz que lá pelo ano de 1940 fez a descoberta da Pedagogia implícita na Liturgia, e desde então, a Liturgia se tornou a sua mestra. Explicitou a teoria cristã no Método Montessori e o divulgou em suas obras, valorizando muitíssimo o princípio vitalista do desenvolvimento humano. Sua obra educativa é globalizadora. A educação física, a sensorial, do esforço ou do pensamento é uma experiência em função da vida do espírito. (AVELAR, 1978, p. 91).

Portanto, foi nesse contexto cultural que nas escolas paraibanas, na visão conservadora e católica, adentrava permanentemente no espaço público. Assim sendo, as professoras do Grupo Escolar Professor Maciel não estiveram imunes a esses preceitos mais amplos e foram as protagonistas para a difusão desses ideais. Segundo relato das professoras, as mesmas faziam com que os alunos, todos os dias, rezassem o Pai Nosso e a Ave Maria. Associada a fé católica, também, eram realizadas as festas, como a do mês mariano (maio) e a de São João (junho). Essa última, contava com a participação de todos os alunos, a família, a comunidade e todas as professoras do Grupo. O dinheiro arrecadado com a venda das comidas típicas do festejo era destinado para a caixa escolar.

Foto 17 – Um momento registrado da festa de São João, no Grupo Escolar Professor Maciel.



Fonte: Acervo da professora Maria Lúcia Marinho, 1967.

No Grupo Escolar Professor Maciel, o dia do Professor era também comemorado. Em 1959, por exemplo, Dona Nini Paes passou de sala em sala pedindo uma pequena

contribuição a cada aluno/a para comprar uma lembrancinha para as professoras. Com o dinheiro arrecadado comprou um livro para cada uma delas. No transcurso dos festejos, a Diretora fez um discurso em homenagem ao dia 15 de outubro – dia do Professor. Abaixo segue um trecho do discurso, proferido em 1959:

No dia doze foi comemorado o dia da Criança, na simplicidade do nosso ambiente escolar, fizemos a festinha em vossa homenagem, hoje porém, é o verso da medalha, sois vós que dirigis todas estas manifestações as professoras que aqui lecionam, como também a todos os que no Brasil e no mundo inteiro tem a missão de ensinar. Com muita razão, foi escolhido o dia quinze de outubro para prestar aos mestres uma homenagem toda especial, no dia da grande festa de sta. Tereza a mestra e doutora da Igreja. Meus alunos em meu nome e em nome das minhas colegas, venho agradecer-lhes estas manifestações de carinho que nos presta, neste momento angustioso do mundo, em que muito poucos compreendem ou não procuram entender a criatura que se esqueceu de si para se dar aos outros, que se entregou totalmente ao bem alheio, que prefere dar, do que receber, que tem o coração largo para conter todos que lhe cercam, que tem os braços abertos para receber a todos que de si aproximam: o mestre. [...] muito satisfeita estou, porque chegastes a compreender a missão do mestre, disso tenho provas. Quinta-feira passada, idealizei uma campanha que imediatamente realizei. Sai de classe arrecadando das pequenas economias uma importância para realizar os meus planos, apesar de ser um segredo (todos) ninguém se esquivou de dar. Hoje então vedes sobre este bureau, o fruto dos vossos esforços, um livro que cada turma oferta a sua professora que ao levá-lo e lê-lo verá em cada página a sua turminha irrequieta e traquina que tanto sacrificio exige para administrar-lhes as aulas, porém estas criaturinhas têm um coração que sabe amar. Queridas colegas a nossa missão, a nossa responsabilidade é grande diante de Deus, visto que foi ele que nos colocou nessa missão, nos chamou de modo particular para tomarmos conta destas crianças e juvenzinhos que de nós esperam tudo, porque tudo devemos dar: a tudo do nosso esforço, o tudo da nossa inteligência, o tudo da nossa vida. Somos os espelhos onde todos os dias haverão de se mirar para reconhecerem seus defeitos e corrigi-los imitando o exemplo de suas mestras. Se em nenhuma profissão se deve assumir sem vocação quanto mais no magistério, porque ele exige sacrificios inauditos e o Mestre se assemelha a um Cristo no altar do sacrificio cotidianamente pelas crianças e jovens, no ofertório a hóstia de imolação é a sua própria vida. Infelizmente, muitos são chamados (porém) poucos escolhidos. Muitos correm para as asas do magistério, quando outras profissões não as aceitaram ou por falta de capacidade para o trabalho, ou porque não tem senso de responsabilidades ou ainda são derrotados em concursos (...). (ARAÚJO, 2010)

Apesar de longo, o trecho transcrito do discurso, para este trabalho consideramos importante não amputar a linha de raciocínio da diretora, já que nele encontramos muitos aspectos que revelam a concepção do que era ser “professora” no final dos anos cinquenta. Assim, na parte final do referido discurso também há uma crítica em relação àqueles que entravam no magistério sem ter, verdadeiramente, vocação para o ofício, bem como da

relação de compadrio (afilhados) mantidas pelos políticos e acatadas culturalmente por uma grande maioria da sociedade, porque alguns,

Quando se encontram desamparados sem poder ganhar dinheiro correm para as escolas, quando nunca pensaram em ser professores, mas a pobreza do nosso Estado e políticos inconscientes enchem as pobres escolas de afilhados que vão em busca de mesquinho ordenado que lhe servirá apenas de maldição, porque desprezaram as crianças, os mimos de Deus e a esperança da Pátria, não lhes prestam a menor assistência, não lhes dão o mínimo conforto, não lhes proporcionam o menor carinho. É esta a triste situação, a verdade sem sombras. Para esses o dia do mestre, existe somente porque é feriado, entretanto nem parabéns, merecem as nossas condolências. (ARAÚJO, 2010)

Quanto à arrecadação de dinheiro junto aos alunos merece ser ressaltado que a diretora descumpria o que determinava o Decreto 983 de 31 de janeiro de 1956, no seu artigo 88, inciso V: “exercer comércio entre colegas de trabalho, promover ou subscrever listas de donativos”. A professora, portanto, em algumas situações transgrediu as normas estabelecidas pelo poder estatal.

Dona Nini Paes durante muitos anos foi responsável por escrever e ler os discursos nas datas comemorativas no Grupo Escolar Professor Maciel. Uma das datas bem comemoradas era o sete de setembro. Lembrou Dona Nini Paes que essa data era muito significativa, pois o civismo era muito forte em nosso país naqueles anos, por isso, a referida data “era comemorada com entusiasmo”. Abaixo um flagrante do momento em que a referida diretora pronunciava o discurso de abertura da solenidade do sete de setembro, em 1957:

Foto 18 – **D. Nini Paes** discursando no dia 7 de setembro de 1957. Observar a elegância da vestimenta, cabelos bem penteados, além do uso de adornos (anel, gargantilha, brincos e, possivelmente, no braço direito um relógio, mas que pode ser uma pulseira).



Fonte: Acervo pessoal de Severina Paes de Araújo.

Atentemos agora para o seu discurso, proferido em um pequeno palanque, nas proximidades do antigo Grupo Escolar Padre Ibiapina. (observar as janelas do prédio do lado esquerdo da fotografia).

Dignas autoridades, minhas colegas, caros alunos, meus senhores: Aqui estou para falar-vos sobre a magna data de nossa independência, embora que, para tanto não possua credenciais, pois minha palavra é por demais, humilde, para descrever um fato relevante da nossa História como o 07 de setembro. Mas na qualidade de brasileira sinto-me feliz em poder dizer alguma coisa sobre a Pátria que tanto amo e a quem dedico às pequenas parcelas do meu saber. O sete de setembro é a liberdade personificada na bravura de um povo. Essa liberdade sonhada pela audácia de Vidal de Negreiros e o índio Poti que sentiam dentro do peito o coração ansiando para amar uma pátria livre. O imortal Tiradentes, homem de fibra, grande entusiasta, sedento por melhores dias que dessem o direito de pensar, falar, trabalhar pelo direito divino que Deus legou ao homem, como maior patrimônio da dignidade humana. Na aparência pareciam infrutíferas as lutas, as vidas ceifadas desumanamente pelo terrível *regime* da nação opressora. Contudo o sangue daqueles bravos não arrefeceu a coragem dos brasileiros de então. Trabalhem, portanto, para que o berço nacional seja livre em toda e qualquer circunstância, seja o ídolo dos séculos futuros, o ímã que prenda todos os espíritos. (ARAÚJO, 2010)

Levar essas atividades para além dos muros da escola tinha como finalidade torná-las visíveis à sociedade como um espaço que trabalhava em prol da construção da nacionalidade e ao mesmo tempo desenvolver “o amor a pátria, os valores cívicos” ressaltavam as autoridades educacionais.

Sobre a comemoração das datas cívicas Bencostta (2006, p. 313) afirma:

Os desfiles patrióticos dos grupos escolares são vistos como forma de imprimir sentimentos cívicos, principalmente pelo fato de as autoridades de ensino responsáveis pela organização compreenderem essas celebrações como co-participantes da organização de sentido de comunidade escolar diante da vida social. Portanto, o relembrar dessas comemorações foi repetidamente proclamado como um dos pontos altos dessas manifestações que eram programadas dentro do calendário escolar, nas datas em que as afetividades políticas eram postas em cena, não deixando de se manifestar o estreitamento de laços de comunhão e de solidariedade cívica entre alunos, professores, funcionários e familiares.

Em um discurso proferido pela Diretora Severina Paes de Araújo, sobre o Dia 13 de Maio, percebemos que durante uma semana, o Grupo Escolar Professor Maciel trabalhou em sala de aula com vários temas patrióticos. Com isso, ela escolheu o dia da libertação dos escravos.

Muito digna diretora, dedicadas colegas, meus alunos: a escola é o ambiente sagrado onde as crianças vem formar o seu caráter, aperfeiçoar a sua alma, ilustrar sua inteligência para honrar a pátria e fazê-la bela e portentosa entre as demais. Desde o dia 1º deste que vocês estão aqui para ouvirem palestras sobre assuntos patrióticos, sendo assim, escolhi para tema a escravidão. No tempo do Brasil Colônia começou aqui um movimento escravo que logo tomou grande impulso, pois sem o braço negro, o país não podia prosperar. Apesar da ação inglesa que proibia o tráfico, não deixava de haver o contrabando, isto é: comércio às ocultas, e tão grande era a exploração que um escravo de 200,00 já estava por 800,00.[...] no dia 13 de maio de 1888 por se achar ausente o imperador, foi assinada a lei áurea por D. Isabel, extinguindo por completo do Brasil a escravidão. [...] Por isso meus alunos estas palestras tem por fim deixá-los conscientes da bravura e heroísmo dos nossos antepassados e persuadi-los de que o Brasil espera nos filhos do amanhã, que serão vocês, hoje sentados nas carteiras escolares para estudar, amanhã, nas cátedras das universidades, nas assembléias ou no trabalho humilde, defendendo os direitos da nossa pátria. (ARAÚJO, 2010)

Sobre outro momento do ano letivo, a professora Maria Celeste de Souza Fonseca comenta que faltando mais de um mês para o desfile de sete de setembro, data comemorativa da independência do Brasil, as professoras passavam o expediente no grupo escolar costurando uniformes para os alunos carentes desfilarem, a data mais importante para elas – o dia da pátria. Esses uniformes eram comprados com o dinheiro da caixa-escolar que havia no grupo. Boa parte das contribuições da caixa-escolar era proveniente da festa junina, realizada todos os anos no grupo escolar. As professoras, a diretora, os funcionários e as pessoas abastadas da cidade contribuíam para a manutenção da Caixa-escolar.

Nos desfiles do dia sete de setembro elas organizavam “belíssimos” carros alegóricos representando as datas mais importantes do calendário cívico tais como: o dia 21 de abril, o dia 13 de maio, conforme podemos apreciar alguns desses momentos a partir das fotos abaixo:

Foto 19 – Baliza da Banda Marcial do Grupo Escolar Professor Maciel, 1964.



Fonte: Acervo Pessoal da professora Maria Lúcia Marinho.

Foto 20 – Banda Marcial do Grupo Escolar Professor Maciel, 1964.



Fonte: Acervo Pessoal da professora Maria Lúcia Marinho.

Foto 21 – Professoras do Grupo Escolar Professor Maciel, 1964.



Fonte: Acervo Pessoal da professora Maria Lúcia Marinho.

A fotografia acima com mulheres formando um pelotão, são as professoras do Grupo Escolar Professor Maciel, no ano de 1964. Segundo a professora Maria Lúcia Marinho, as professoras desfilaram porque os alunos não tinham condições de comprar todo uniforme e a quantidade de alunas era insuficiente para formar o pelotão. Como a Caixa-Escolar já não mais existia, portanto o Grupo Escolar não podia mais auxiliar os alunos mais carentes.

Ao mesmo tempo é possível avaliarmos o carinho que as professoras tinham pelo estabelecimento de ensino, bem como perceber o quanto estavam envolvidas em fortalecer os ideais de nacionalidade e “brasilidade”, a ponto de desfilarem em via pública ostentando o pavilhão nacional.

Nas fotos que se seguem temos dois flagrantes registrados referentes ao mesmo evento. São dois carros alegóricos, como assim os denominavam as professoras. A primeira encontra-se representando o regime da escravidão, que pode ser lido a partir de duas perspectivas. A primeira refere-se por terem escolhido dois homens negros, vestidos como escravos do eito para puxaram o carro. O segundo refere-se ao conjunto de jovens, também negros, possivelmente representando o espaço da senzala. Já que estão vestidos precários e muito pobres.

Foto 22 – Alunos do Grupo Escolar Professor Maciel, em carro alegórico, representando a escravidão. Os dois homens que puxam o carro eram moradores da cidade.



Fonte: Acervo Pessoal da professora Maria Lucia Marinho, 1964.

A segunda lembra à memória do “mártir da independência” – Tiradentes. Observar que a criança está com a Vestimenta da Alva, remetendo a uma alegoria elaborada pelo pintor Pedro Bruno e que passou a fazer parte do conjunto de pinturas que sobre os vários momentos da vida de Tiradentes, culminando com o famoso quadro de Pedro Américo que representa Tiradentes esquartejado.

Foto 23 – Desfile de sete de setembro de 1964. Carro representando Tiradentes no patíbulo para ser enforcado.



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria Lúcia Marinho

A comemoração das datas cívicas nos estabelecimentos primários do Brasil era considerada uma atividade relevante para a formação do cidadão brasileiro, amante de sua pátria. Sobre essas celebrações Souza (1998, p. 241) ressalta que:

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato, ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. Festas, exposições escolares... exames e comemorações cívicas constituíram momentos especiais na vida da escola pelos quais ela ganhava ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados.

Pelo que já foi descrito até agora sobre as festas e comemorações no Grupo Escolar Professor Maciel, vamos percebendo que esses eventos fizeram parte da cultura escolar dos grupos escolares e no Professor Maciel não foi muito diferente.

É interessante destacar que segundo a professora Maria Lúcia Marinho, uma data que se comemorou exaustivamente foi o dia 31 de março, para lembrar a data da “Revolução”. A comemoração dessa data tornou-se obrigatória, inclusive, porque existiam as fiscalizações realizadas, periodicamente, pelos supervisores oriundos da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.

3.2 O Clube Agrícola: sensibilizando os alunos para as questões do campo

Em 1956, com orientação do diretor do setor agrícola estadual, em Itabaiana foi fundado no referido Grupo Escolar um clube agrícola que recebeu o nome de “Clube Quatro S”, onde contava com a participação de todos os alunos. Vale ressaltar que o referido Clube recebeu esse nome inspirado nas diretrizes gerais contidas **no Manual dos Clubes Agrícolas 4-S**, que significa: saber, sentir, servir e saúde, publicado pela Associação Brasileira de Crédito Rural - ABCAR, criada em 1953, que estimulava a organização de grêmios para o meio rural (CARDOSO, 1959).

No período da fundação do Clube Agrícola do Grupo Escolar Professor Maciel, a Diretora Ivanise Santiago de Souza indicou a professora Maria Celeste de Souza Fonseca para ser a coordenadora do referido Clube agrícola, que também, passou a orientar os alunos nas aulas práticas.

Segundo a professora Maria Celeste de Souza Fonseca os alunos participavam das atividades práticas conforme o turno oposto do qual estavam matriculados. Se estudassem pela manhã, vinham no horário da tarde para participar das aulas práticas. Se tivesse uma aula “teórica”, ou melhor, expositiva, sobre o tema *germinação*, que era dada pela professora regente em sala de aula, os alunos acompanhariam tal fenômeno da natureza na prática. Ela nos salientou que o objetivo do Clube era o de “desenvolver nos alunos habilidade pela agricultura e a vontade de fazer agronomia, o gosto pelo trabalho.” (FONSECA, 2009).

Esse objetivo, naturalmente, coadunava-se com aqueles mais amplos indicados pelo setor produtivo primário, bem como da própria estrutura de poder estatal. Nessa perspectiva, tinham o interesse em criar e fortalecer uma espécie de Federação dos Clubes Agrícolas na Paraíba, que deveria firmar convênio com o Ministério da Agricultura, por intermédio tanto do Serviço de Informação Agrícola (SIA), quanto da própria da Secretaria de Educação que passaria a receber apoio técnico e material do SIA, conforme podemos inferir a partir do seguinte documento:

Secretaria de Educação com o auxílio técnico e material do SIA, cuja elaboração se efetivará inclusive na organização e realização de cursos destinados à formação de professores responsáveis pelas atividades dos Clubes Agrícolas, devendo o Estado ceder agrônomos, professores, técnicos agrícolas e o pessoal necessário ao funcionamento da Federação, transporte para a fiscalização dos Clubes Agrícolas e distribuição do material respectivo, designar o Presidente da Federação, escolhido entre os elementos que tenham demonstrado real interesse e executado trabalhos em prol do ruralismo ou do desenvolvimento dos Clubes.
(MENSAGEM DO EXECUTIVO ESTADUAL, 1956, p.51)

Segundo a professora Maria Celeste de Souza Fonseca, o Clube Agrícola do Grupo Escolar Professor Maciel não teve recursos financeiros para a sua criação. Assim sendo, a solução foi pedir ajuda aos agricultores locais, além da colaboração de algumas pessoas da cidade. O governo do Estado forneceu apenas um técnico agrícola para orientar as professoras na organização da criação do mesmo.

Para fundar o clube, a diretora reuniu todo corpo docente e os pais dos alunos, para explicar qual era a finalidade daquela atividade no grupo escolar. Após ter apresentado a proposta, o Inspetor de Ensino, juntamente com o professor Eliomar Barreto Rocha e o diretor da repartição agrícola estadual Francisco Brasileiro, foi colocada em prática.

É válido afirmar que a criação de clubes agrícolas nos estabelecimentos públicos de ensino particular não foi idéia das professoras primárias itabaianenses. Essa proposta estava

inserida no Decreto Nº 983, de 30 de Janeiro de 1956, sancionado por José Américo de Almeida. Vejamos:

Art. 121º - Cabe aos diretores de grupos escolares e de escolas reunidas e professores de escolas isoladas, incentivar a criação de instituições complementares da escola, tais como: biblioteca, clubes de leitura, caixas escolares, pequenos escoteirismo, associações de pais e mestres, teatro infantil, clubes agrícolas, jornais escolares, pelotão da saúde, etc.

§ Único – Tais instituições reger-se-ão por estatutos próprios aprovados pelo Diretor do Departamento de Educação.

Com as primeiras colheitas, as professoras compraram sementes, galinhas, patos para o aviário e um jumento para carregar água do Rio Paraíba para a manutenção da horta, do aviário e o jardim, isto porque a água da cisterna era para o consumo dos alunos, pois ainda não tinha sido instalada água saneada no Grupo Escolar.

No Clube Agrícola cultivavam-se vários tipos de frutas que eram convenientes ao solo itabaianense, entre elas goiaba, manga e coco. Plantava-se alface, tomate, coentro, pimentão e cebola. Criavam-se galinhas e patos.

No período da produção, os alunos, sob a orientação da professora responsável pelo clube, levavam os produtos em um carrinho de mão e vendia-os na feira livre de Itabaiana, as terças-feiras. As verduras, as frutas e ovos produzidos no Clube Agrícola eram utilizados também na merenda escolar.

Ainda de acordo com Dona Celeste, os meninos que participavam do Clube possuíam um fardamento onde constava “Clube Quatro S”. Para que houvesse uma maior participação dos alunos, ela juntamente com a diretora organizou um campo para atividades esportivas tais como: futebol e basquete. Essa foi uma maneira de incentivar os alunos a participarem das aulas-atividades do Clube Agrícola.

Sobre esse Clube Agrícola, o diretor da 1ª Região Agrícola sediada em Itabaiana, Francisco Brasileiro, enviou um ofício ao diretor no dia 24 de novembro de 1956, no qual se despedia da regional de Itabaiana, porque havia sido transferido para Itaporanga. No mesmo ofício elogiou o corpo docente do citado grupo e afirmou que o Clube Agrícola que funcionava no Grupo Escolar Professor Maciel era um dos melhores da Paraíba.³⁹ (Ver Anexo C).

³⁹ Em fins da década de 1950, os Clubes Agrícolas Escolares continuavam em pleno funcionamento, julgando contribuir para o ajustamento da escola primária rural ao meio a que pertence. (MENDONÇA, 2006)

Como já mencionado, parte da produção realizada pelo Clube Agrícola era destinada ao abastecimento da merenda escolar do próprio Grupo Escolar.⁴⁰ Além dos produtos hortefrute-granjeiros, os alunos eram servidos com leite, o qual era doado pelo Fundo Internacional de Socorro à Infância (F.S.I). Os outros gêneros alimentícios eram enviados pelo Governo do Estado da Paraíba através do Serviço de Merenda Escolar.⁴¹ Todavia, a quantidade de alimentos que tinha origem da produção do Clube Agrícola não era suficiente para abastecer o Grupo Escolar. Então a professora Severina Paes de Araújo passou nas salas de aula perguntando quais pais dos alunos eram agricultores, ou os que vendiam hortaliças. Ao ter identificado alguns, solicitou-os que fizessem doação desses produtos para melhorar a merenda da escola. Relatou a professora que solicitou isso numa segunda-feira e que na quarta-feira os pais encheram dois balaies, melhorando assim o cardápio (ARAÚJO, 2009).

Podemos afirmar que a preocupação com as questões relacionadas à vida rural foi um aspecto muito importante no Grupo Escolar Professor Maciel, sendo condizente com a clientela que o freqüentava. Essa caracterização pode ser aferida a partir dos *livros de matrículas* (até o governo de Flávio Ribeiro Coutinho), e das *fichas de matrículas* a partir do governo de Pedro Gondim.⁴² Nesse sentido, ao consultarmos os referidos documentos verificamos que aproximadamente 50 dos alunos matriculados no período de 1962 a 1967 eram filhos de agricultores. No quadro abaixo podemos comparar os números relativos às outras profissões declaradas pelos pais dos alunos.

⁴⁰ A merenda escolar foi criada pela Lei nº 354 de 7 de Outubro de 1949.

⁴¹ Sobre a merenda escolar Flávio Ribeiro relatava na mensagem enviada ao legislativo estadual em 1956, sobre a dificuldade de abastecer todos os estabelecimentos de ensino primário com a mesma, devido o governo anterior não ter disponibilizado dotação orçamentária para cumprir com a Campanha Nacional da Merenda Escolar. Todavia, segundo Maia (1986, p.60) o referido governador estendeu “o serviço de Merenda Escolar a todo o interior paraibano.”

⁴² Com a implantação dessas fichas, o governo passou a exigir as fotografias dos alunos, para que os mesmos efetivassem a sua matrícula. Não temos informação mais precisa se de fato essa exigência foi cumprida, entretanto nas fichas que consultamos a partir dos anos de 1960, nelas encontramos as fotografias dos alunos.

Quadro 3 – Relação das profissões dos pais dos alunos do Grupo Escolar Professor Maciel, no período de 1962 a 1967. Quadro montado a partir das informações contidas nos livros e fichas de matrículas referentes aos anos de 1962 a 1967. Os outros anos não foram encontrados.

Profissão dos pais dos alunos	Número de vezes
Agricultor	50
Doméstica	25
Sapateiro	5
Operário	2
Pescador	2
Carpinteiro	1
Pedreiro	1
Marceneiro	1
Alfaiate	1
Louceiro	1
Carvoeiro	1
Aguadeiro	1
Pintor	1
Carroceiro	1
Mecânico	1
Músico	1
Guarda-motor	1
Tratorista	1
Funcionário público	1
Marchante	1
Comerciante	1

Fonte: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Maciel.

3.3 Os tempos da escola e a (in)disciplina

O ano letivo do Grupo Escolar Professor Maciel era de fevereiro a novembro, sendo que no meio do ano, em junho, havia o recesso escolar e de dezembro a janeiro era reservado para as férias escolares. Funcionava em dois turnos, pela manhã e a tarde e era dirigido por uma professora que tinha se formado na capital da Paraíba, no Instituto Paraibano de Educação. (Ver Quadro 1).

Em cada turno eram reservados trinta minutos de intervalo para os alunos descansarem e brincarem sob a vigilância da inspetora, que segundo depoimento da professora Severina Paes de Araújo, os alunos não a obedeciam muito, uma vez que sempre vinha pedir a diretora para contornar as situações de indisciplina dos alunos. Acompanhemos o depoimento:

Havia os disciplinados e os indisciplinados. Os educados e os mal-educados. Os que gostavam de brigar com os outros, de sempre humilhar existia, mas sempre na hora do recreio. Mas que nunca, eles nos prejudicaram em coisa nenhuma, apenas respondendo mal e tratava muito mal uma servente. Ela tomava conta deles no recreio, ela tinha a cabeça meio virada e eles se aproveitavam para maltratá-la e isso aí, lá vinha para ficar de castigo, aconselhava, mandava sair para evitar, não faça isso, mais não, que ela não tem saúde. Mais ela é mal criada, eles diziam, ela não tem. Isso é da própria natureza, a gente não pode mudar não. Tenha respeito. Depois nós fizemos um campo, pra eles brincarem, aí ficou muito melhor, porque durante o recreio eles estavam jogando e evitava qualquer confusão. (ARAÚJO, 2010)

Naqueles primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar não existiam as reuniões de pais e mestres, todavia, quando a situação de indisciplina se tornava mais séria a Diretora convocava os pais dos alunos para tentar sanar as dificuldades.

Não havia reuniões de pais e mestres. Não havia uma certa participação, porque na verdade não existia essas reuniões. Mas quando eles **aprontavam**, mandava chamar que eles viessem até o colégio, para a gente dizer então o que estava acontecendo. Mas não havia reunião nenhuma, era apenas o entendimento entre professores, alunos e direção. (ARAÚJO, 2010) [grifo nosso].

Esse aspecto abordado pela ex-diretora e professora do Grupo Escolar Professor Maciel, nos remete a uma discussão que hoje tem tomado grande importância entre aqueles que estudam sociologicamente os problemas relacionados à indisciplina. Os estudos históricos educacionais nos ajudam a entender que não se trata de um problema somente presente na atualidade, mas que parece fazer parte da cultura escolar, à rebeldia dos alunos na tentativa de quebrar a ordem das normas estabelecidas. A grande diferença parece estar na relação do presente com o passado não muito distante, já que os professores(as), diretores/as e inspetores/as do passado conseguiam manter o controle e a disciplina, pois contavam mais assiduamente com o apoio social e familiar, além de não terem que lidar com o tráfico de drogas e de armas, e prostituição, conforme hoje acontece em muitas comunidades nas quais as escolas estão inseridas. A violência no bairro e na cidade não encontra fronteiras e adentra ao mundo escolar sem nenhum filtro, controle ou disciplinamento. Professores/as, diretores (as), orientadores (as) e supervisores (as) educacionais são reféns desse grande jogo de poder e corrupção que se origina e se difunde por caminhos e que são quase impossíveis de serem entendidos por aqueles estão na escola para ensinar.

3.4 As avaliações e a conclusão da primeira turma do Grupo Escolar Professor Maciel

Uma discussão sobre avaliação pode ser encaminhada a partir de duas perspectivas, uma vinculada ao próprio desempenho geral de funcionamento da instituição escolar e outra relativa ao dia-a-dia dos alunos que estão frequentemente submetidos aos olhares dos professores/as. Assim, a avaliação de desempenho do alunado é permeada por muitas subjetividades que vão desde o bem querer e admiração que um professor/a dedique ao seu alunado até as formas e tipos de avaliações que podem ser implementadas pelas escolas. Destarte, o sistema formal de educação escolar criou uma série de mecanismos quantitativos e classificatórios que vão desde a correção de um caderno até a aplicação de testes e provas. Nessa perspectiva nos relataram às professoras Maria Celeste de Souza Fonseca e Maria Lúcia Marinho:

A avaliação do que se aprendia era justamente passava nos cadernos de [...] tinha dever de classe e dever de casa. Nos deveres de classe a gente passava na classe, essas tarefas que já foi explicada a gente trazia para casa corrigir tanto de Português como de Matemática, História, Geografia e fazia na classe os exercícios. (FONSECA, 2009).

O dever era feito em casa, porque não dava tempo fazer todos os deveres de todas as matérias, então o principal eram matemática e português que a gente passava para casa para o aluno. Sempre para ele revisar a matéria que foi explicada e eles nos traziam de volta e a gente corrigia. Todo professor tinha obrigação de corrigir caderno de toda sua turma, tanto de português como de matemática. (MARINHO, 2010).

Como podemos observar o caderno do aluno era utilizado como um importante meio de controle da aprendizagem e de disciplinamento dos alunos. Segundo as professoras entrevistadas, praticamente todas as atividades de avaliação eram copiadas do quadro-negro e depois respondidas pelos alunos. Depois de copiados e respondidos as professoras faziam correções um por um. Nos cadernos também, estavam às atividades que os alunos deviam levar para casa e trazerem respondido no dia seguinte para correção, que poderia ser coletiva ou individualmente. Sobre o uso do caderno nos grupos escolares Souza (2008, p. 58) tece os seguintes comentários:

As gerações que estudaram até os anos 70 do século XX devem se lembrar do quanto representava o zelo para com os cadernos, o encapar, evitar “orelhas nas bordas”, o não arrancar folhas, o passar a limpo, a correção e o visto do professor, as frases exortativas, a sequência ordenada da matéria, os inumeráveis exercícios, as ilustrações coloridas com lápis de cor.

Todos os anos, o Departamento de Educação do Estado da Paraíba realizava avaliações da aprendizagem dos alunos que estavam matriculados nas escolas reunidas e nos grupos escolares. Essa prática estava regulamentada no decreto 938 de 30 de janeiro de 1956, nos seguintes artigos:

Artigo 39º - o aproveitamento dos alunos, verificado por meio de exercícios e exames, será avaliado em notas que se graduará de zero a cem.

§ Único – É recomendada a adoção de critérios e processos que assegurem a objetividade na verificação do rendimento escolar.

Artigo 40º - o aproveitamento escolar será aferido por meio de notas mensais, provas de exames de promoção e de conclusão do curso primário elementar e complementar.

§ 1º - as notas mensais, resultantes da avaliação do aproveitamento do aluno, serão dadas pelo respectivo professor, nos meses de março, abril, maio, julho, agosto, setembro e outubro.

§ 2º - a média anual do aluno será a média aritmética das notas mensais mais as notas obtidas nas provas de exames de promoção ou final.

Artigo 41º - os exames de promoção e os de conclusão de realizar-se-ão na 1ª quinzena de novembro de cada ano nos grupos escolares, e na 2ª quinzena para as demais unidades escolares.

Artigo 42º - as provas objetivas de promoção e de conclusão dos Cursos Primários e Complementar, para os grupos escolares serão elaboradas pelo Serviço de Medidas Educacionais, da Divisão de Orientação e Pesquisas Educacionais, da Secretaria de Educação e Saúde, e para as demais Unidades Escolares ao Estado pelos Orientadores Educacionais. (PARAÍBA, 1956, p. 10)

Um aspecto que nos chamou a atenção foi que o processo de realização dos exames finais, que era muito rigoroso, principalmente em relação à Língua Portuguesa, servia de primeiro parâmetro, ou seja, caso acontecesse de o aluno ser reprovado nessa disciplina, ele era eliminado de todo o processo avaliativo.

Já no final dos anos de 1950, tudo indica que a direção do Grupo Escolar Professor Maciel não seguiu rigorosamente as datas expostas no decreto para a realização dos exames finais. Apenas os exames do Complementar eram realizados na primeira quinzena de novembro, conforme normatizado pelo decreto acima citado. Isso pôde ser constatado a partir das atas da realização dos exames ocorridos no período de 18 a 25 de novembro de 1958. (Ver Anexo D)

Outro aspecto que nos chamou a atenção ao consultarmos as referidas atas foi o seguinte: na primeira ata a professora encarregada da turma não foi responsável pela aplicação dos exames, enquanto na do Complementar foi à própria professora responsável pela turma que também acompanhou a aplicação das provas, descumprindo assim, uma das exigências do

Decreto, que excluía a professora dessa responsabilidade. Isto quer dizer que nem sempre o que estava escrito era seguido na íntegra no universo escolar. As professoras cumpriam as determinações, mas não totalmente, conforme estavam prescritas nas normas e regulamentos.

Em contrapartida, o Grupo Escolar Professor Maciel seguia as orientações do Departamento de Educação em relação à aplicação de exercícios no mês de abril e outubro. Esses exercícios eram somatórios. No mês de novembro os alunos eram submetidos aos exames finais.

Essas provas vinham diretamente do Departamento de Educação, elaboradas pela Divisão de Orientação de Pesquisas Educacionais (DOPE), e eram aplicadas por uma professora que não fosse responsável pela turma. A primeira turma que concluiu o quarto ano e o Complementar do ensino primário no Grupo Escolar Professor Maciel esteve sob a regência da professora Onelice Medeiros Travassos⁴³. Esses exames aconteceram, especificamente, nos dias 18 e 19 do mês de novembro de 1958, em um dos salões do Grupo, conforme consta na ata assinada pela diretora Severina Paes de Araujo, pelo Inspetor Técnico de Ensino Eliomar Barreto Rocha, e pelas professoras Maria das Neves Silva e Therezinha V. Santiago. (Anexos IV).

No mesmo mês, também foram realizados os exames finais do quarto ano primário. Esses exames ocorreram no dia 24 no horário da manhã, sob o olhar atento da diretora do grupo escolar e do Inspetor Técnico de Ensino. Vejamos abaixo a relação dos alunos e alunas do quarto ano primário que participaram desses exames, sua aprovação ou não:

⁴³ Posteriormente, passou a ser professora do Departamento de Metodologia da Educação da Universidade Federal da Paraíba, tendo chegado a ser Diretora do Centro de Educação, no período de 26.01.1993 a 26.01.1997.

Quadro 4 – Relação dos alunos (as) do 4º ano. Primeira, turma do nível elementar, concluinte do Grupo Escolar Professor Maciel, em 1958.

Alunos	Resultado
Ovany Rodrigues da Silva	Aprovada simplesmente
Edvirgem Cardoso da Silva	Aprovada simplesmente
Elisabeth da Silva	Aprovada plenamente
Holanda Matias da Silva	Aprovada plenamente
Josefa Guedes da Silva	Reprovada
Maria da Salete Ribeiro da Silva	Aprovada simplesmente
Aluisio Dias Medeiros	Aprovado simplesmente
Francisco José Nascimento	Aprovado simplesmente
Josedite Ferreira Lima	Reprovado
Severino Davi de Lima	Aprovado plenamente
Valdir Francisco de Souza	Reprovado

Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Maciel.

As realizações dos exames ocorriam, ordinariamente, a cada final de ano letivo, de acordo com Regimento do Ensino Primário da Paraíba de 1956, conforme se encontrava prescrito nos seguintes artigos:

Art. 41º - Os exames de promoção e os de conclusão de curso realizar-se-ão na 1ª quinzena de novembro de cada ano nos grupos escolares, e na 2ª quinzena de para as demais unidades escolares.

Art. 42º - As provas objetivas de promoção e os de conclusão dos Cursos Primários e Complementar, para os grupos escolares serão elaboradas pelo Serviço de Medidas Educacionais, da Divisão de Orientação e Pesquisas Educacionais, da Secretaria da Educação e Saúde, e para as demais Unidades Escolares ao Estado pelos Orientadores Educacionais.

O ensino primário de acordo com o Regulamento de 1956 era organizado em duas etapas, a primeira etapa denominava-se Elementar, que ia do primeiro ao quarto ano e o Complementar que era de um ano, somando cinco anos. O quinto ano era denominado “complementar”, porque tinha a finalidade de preparar o aluno para ingressar no ginásio. No entanto, o que nos chama a atenção é que nos exames finais de 1958, no Grupo Escolar Professor Maciel, apenas um aluno participou do exame complementar, o discente José Roberto de Almeida, que foi aprovado com o conceito “plenamente”. (Anexo D)

Esse dado nos parece muito significativo, porque nos indica o quão era reduzido o número de alunos que passavam de um nível para o outro, ou seja, do primário para o

ginasial. Possivelmente, apenas os mais afortunados economicamente conseguiam cursar o ginasial, devido a cidade não dispor de estabelecimentos públicos para esse nível de ensino.

Após concluída todas as etapas avaliativas, no final do ano letivo de 1958, foi organizada a primeira solenidade de “formatura”, isto é, a conclusão da primeira turma do Grupo Escolar Professor Maciel.

Nesse dia os familiares dos alunos estiveram presentes, bem como autoridades convidadas da cidade, representantes da Secretaria da Educação e Saúde.

Foram proferidos discursos e manifestações de regozijo e felicidade. Acompanhemos o que foi proferido pela professora Severina Paes de Araújo no encerramento do ano letivo de 1958:

Excelentíssimo Senhor Inspetor, ilustríssimo Sr. Olívio Travassos, minhas colegas, meus senhores, queridos alunos:

Encerra-se hoje mais um ano letivo, mais uma página do grande livro da existência está quase (sic) pronta, recebendo apenas os últimos retoques para que a mão da Providência tome para nos entregar no próximo ano de 59. Passando um olhar sobre esta página, quantas frases que não desejaríamos que se apresentassem aos nossos olhos, quantos meses, dias, horas, minutos e segundos perdidos no desenrolar desse ano letivo que ora termina! Mas deixemos o que passou e olhemos para o horizonte largo do futuro que se apresenta a todos nós sempre risonho, embora tenha no início das flores e castelos sonhados apresentem-se espinhos e dores. Todos vós meus meninos no começo do ano tínheis por certo o ideal de passar, porem muitos não souberam aproveitar o tempo, não conseguindo nenhum grau de aprovação, enquanto que vós angariastes alguma coisa que vos deu esta satisfação que ora experimentais, recebendo o boletim de promoção ou certificado de conclusão do Curso Primário. Entretanto, esta alegria não fica somente no âmbito do vosso coração, ela invade também o coração de vossas mestras, responsáveis pelo vosso destino, sentimos felizes porque tendes em vosso íntimo uma parcela de nossa alma, de nosso esforço, de nossa abnegação. Praza a Deus que o próximo ano seja mais proveitoso.

Volto-me agora as minhas primeiras palavras são dirigidas a vós bom inspetor que há três anos que permaneceis em nosso meio dando-nos as mais evidentes provas de abnegação e carinho pela classe sofredora do magistério. Para servir não olhais a cor partidária, nem a situação financeira, nem a posição social. Todas vos chamam e pedem e todas recebem o que imploram.

Pois bem, em meu nome e no das minhas colegas agradeço de coração a vossa laboriosa colaboração pela causa do ensino desta terra. Aceitai, portanto, esta lembrança destas colegas e demais funcionários deste grupo. Onde quer que fordes, ficai convicto de que não serei esquecidos pelas professoras deste município mormente do Grupo Escolar “Professor Maciel”. A vós boas colegas todo o meu agradecimento pelo trabalho que empreendestes comigo, ajudando-me nesta árdua missão de dirigir. (ARAÚJO, 2010)

Fazendo uma análise do discurso acima percebemos que a diretora lamenta por alguns alunos não terem sido bem sucedidos nos exames finais promovidos pela D.O.P.E e elogia os que ali chegaram. Para desviar essa tristeza, elogia o inspetor de ensino que durante três anos de fundação do grupo estava trabalhando com as professoras sem discriminação, respeitando a todos, sem dar importância a legenda partidária. Por fim agradece ao corpo docente, afirmando que as professoras, suas colegas de trabalho, a ajudaram muito na direção da escola.

Quase dez anos depois, isto é, em 1969, foi enviado um ofício de 21 de outubro pela diretora do Grupo Escolar Professor Maciel comunicando o término do ano letivo em curso e o início do vintouro. O documento ainda enfatiza que as provas deveriam ser elaboradas de acordo com as orientações que se encontravam, em anexo. Neste anexo estão as orientações da professora Isolda Magalhães, a qual ficara responsável pela elaboração do resumo que fora enviado. Ele foi extraído do livro Testes, Medidas e Avaliação da autoria de Oyara Petersen Esteves, orientando que as provas tinham que conter questões objetivas e subjetivas. No mesmo documento, antes de apresentar os modelos de questões, havia uma introdução explicando conceitualmente o que é uma prova objetiva e subjetiva. No entanto, o modelo que sobressai é o de prova objetiva. Explicava ainda, que as provas objetivas deviam conter questões com respostas curtas, múltipla escolha, falso ou verdadeiro, complementação ou lacuna e ordenação.

A partir desses documentos, vamos compreendendo que o tecnicismo foi adentrando ao universo escolar, conforme Saviani (1989), que nos indica que a partir do final da primeira metade do século XX foi difundida uma pedagogia que se fundamentou no “pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional.” (p.23).

Vale ressaltar que neste período o Brasil estava passando por um processo de industrialização intenso e a escola precisava se adaptar a essas mudanças, porque tinha que preparar, minimamente, uma mão de obra que se adequasse às necessidades demandadas dos setores produtivos e especialmente o industrial. Articuladamente a esse movimento mais infraestrutural, Libâneo (1994, p. 67), nos chama, ainda, a atenção para o fato de que o tecnicismo

Desenvolveu-se no Brasil na década de 50, à sombra do progressivismo, ganhando nos anos 60 autonomia quando constituiu-se especificamente como tendência, inspirada na teoria behaviorista da aprendizagem e na abordagem sistêmica do ensino. Esta orientação acabou sendo imposta às escolas pelos organismos oficiais ao longo de boa parte das duas últimas décadas, por ser compatível com a orientação econômica, política e ideológica do regime militar então vigente.

Nessa perspectiva, do ponto de vista didático pedagógico os planos de aulas, o micro-ensino, deveriam conter claramente, os objetivos de ensino e as metodologias. Na verdade, as **estratégias** de ensino, para ficarmos mais próximos da nomenclatura que passou a ser adotada pelos militares e todos os seus auxiliares, bem como as diversas técnicas de avaliação que passaram a serem exigidas pelos professores e que vão se efetivar muito possivelmente no cotidiano escolar.

O professor e o aluno nessa pedagogia não são mais os principais elementos do processo ensino e aprendizagem, o que passa a ser primordial será a organização racional dos meios. O professor passa a ser entendido como um mero executor, que tem apenas o papel de cumprir as normas oriundas dos órgãos educacionais, ou melhor, “o professor é um administrador e executor do planejamento, o meio de previsão das ações a serem executadas e dos meios necessários para se atingir os objetivos.” (LIBÂNEO, 1994, p. 68).

Podemos observar como parte desse movimento mais amplo, o exemplo das professoras do Grupo Escolar Professor Maciel, que eram orientadas de como deveriam elaborar as “provas” do final do ano.

Assim como na fábrica tem o supervisor, na escola esse profissional começa a fiscalizar o trabalho dos professores de forma mais acentuada do que a função do inspetor pedagógico. O professor tinha que regular o tempo das aulas e planejá-las de maneira que cumprisse o que o programa determinava. Sobre o tecnicismo implantado na educação, no Brasil, a partir dos anos de 1960 em diante, Saviani (2010, p. 382) salienta que:

[...] a pedagogia tecnicista buscou planejar a educação de modo que a dotasse de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Para tanto, era mister operacionalizar os objetivos e, pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo. Daí, a proliferação de propostas pedagógicas tais como o enfoque sistêmico, o microensino, o telensino, a instrução programada, as máquinas de ensinar. Daí, também o parcelamento do trabalho pedagógico com especialização de funções, postulando-se a introdução no sistema de ensino de técnicos dos mais diferentes matizes. Daí, enfim, a padronização do sistema de ensino a partir de esquemas de planejamento previamente formulados aos quais se devem ajustar as diferentes modalidades de disciplinas e práticas pedagógicas.

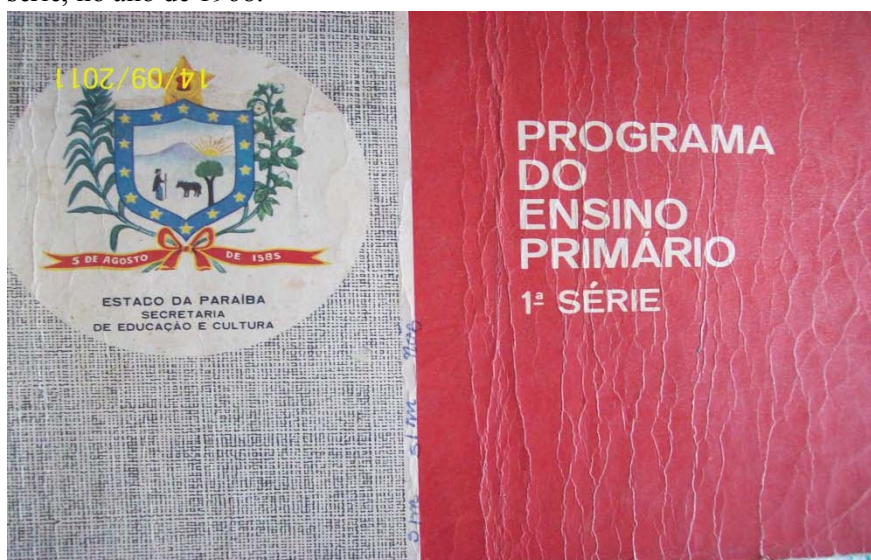
Outro recurso didático que passou a sofrer novas interferências, oriundas do poder estatal recentemente instituído, foram os manuais didáticos que continham informações de como deveriam ser executadas as aulas, uma vez que neles vinham os planos de aulas prontos, bem como todos os conteúdos de cada disciplina.

Articuladamente à publicação desses manuais a Secretária de Educação do Estado da Paraíba, representada por José Medeiros Vieira, publicou em 1968, o **Programa do Ensino Primário**, em quatro volumes, um para cada série, conforme podemos observar a próxima ilustração. A equipe que elaborou esse documento contou com a colaboração de membros do magistério primário de Minas Gerais. (Anexo E).

Na contracapa da referida publicação, encontramos uma mensagem do Secretário de Educação, que na sua finalização destacou o seguinte:

Ao entregar em suas mãos, caríssimas professoras, o Currículo da Escola Primária da Paraíba, esta Secretaria de Estado, por seu titular, está segura de que vocês hão de transformar num instrumento de trabalho capaz de abrir ao nosso ensino elementar os caminhos de que ele necessita para alcançar os níveis de eficiência reclamados pela atual conjuntura educacional do nosso país.

Figura 4 – Capa do Programa de Ensino Primário, vol. 1 referente à 1ª série, no ano de 1968.

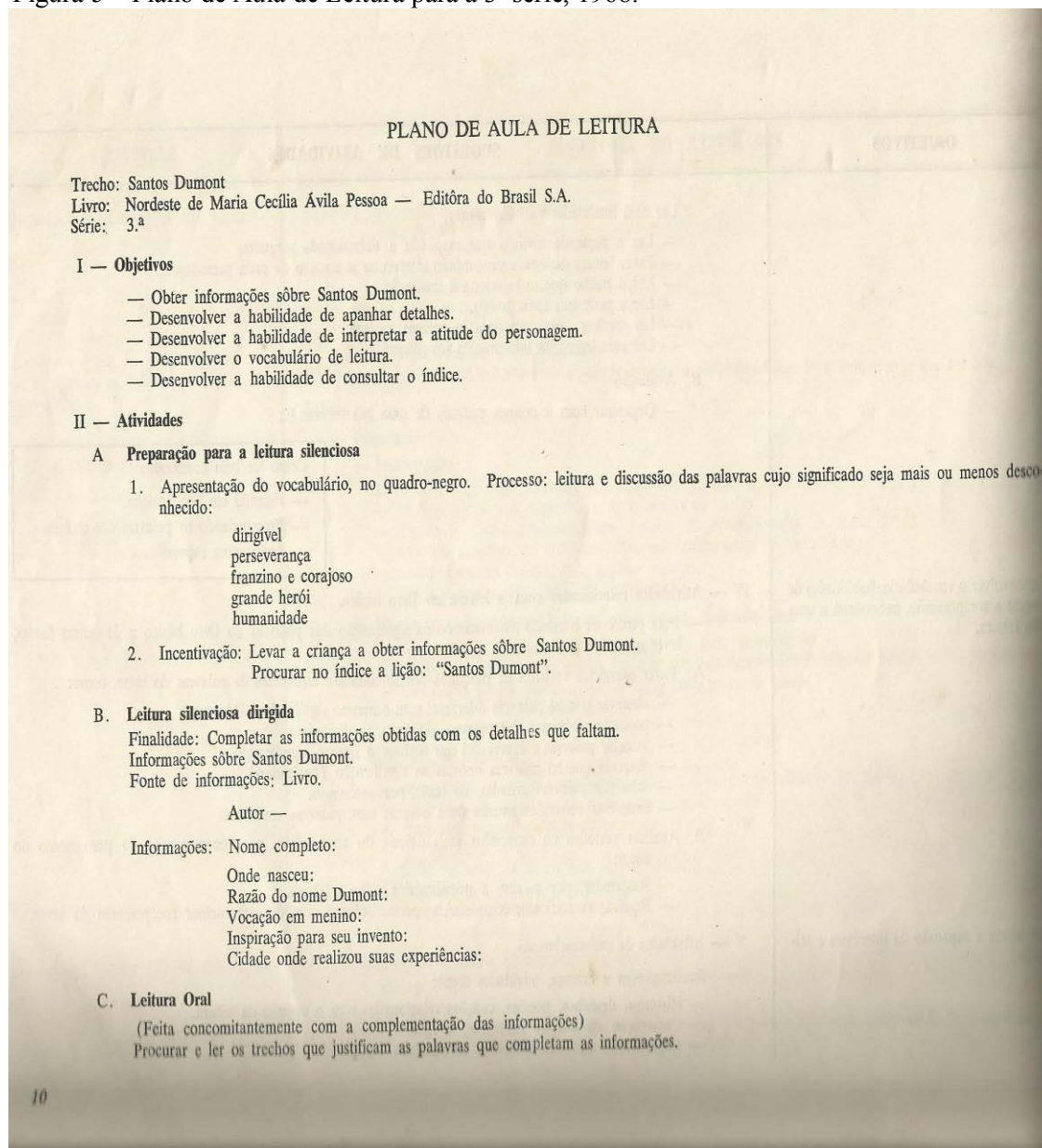


Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola Estadual de Ensino Fundamental Odete Mendes.

No volume três, referente à 3ª série, encontramos, por exemplo, um plano de aula de leitura. Nele se encontra o trecho de um texto do livro **Nordeste**, bem como todos os itens que

compõem um plano de aula, bastando tão somente, ao professor/a executar em sala de aula. Observemos o conteúdo da ilustração abaixo.

Figura 5 – Plano de Aula de Leitura para a 3ª série, 1968.



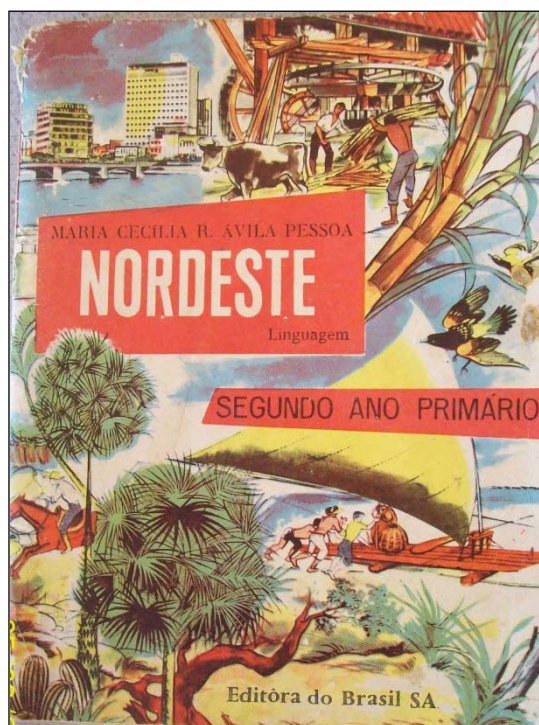
Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola Estadual. Estadual de Ensino Fundamental Odete Mendes.

Conforme já mencionamos anteriormente na Paraíba, foram publicados alguns manuais de leitura. Entre eles, aqui destacamos, o livro intitulado **Nordeste**, de autoria de Maria Cecília Ávila Pessoa, publicado pela Editora do Brasil.

Não pretendemos aqui realizar uma análise acerca do conteúdo desse manual de leitura, mas tão somente reforçar a ideia de que com a perspectiva tecnicista, o professor quase perdeu a sua autonomia intelectual, ficando subordinado às orientações advindas do Estado,

recaindo inclusive na forma de como o livro didático deveria ser trabalhado no cotidiano escolar. A receita (as prescrições!) já estava toda pronta, cabia apenas ao professor executar.

Figura 6 – Capa principal do livro Nordeste, 1968.



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola Estadual de Ensino Fundamental Odete Mendes.

Nessa perspectiva, levando em consideração as ideias desenvolvidas tanto por Saviani (1989, 2010) quanto por Libâneo (1994), sobre o tecnicismo nas escolas brasileiras, percebemos que as professoras primárias tiveram que se adaptar a essas mudanças, uma vez esses novos ideais pedagógicos somente adentrariam no cotidiano escolar a partir da atuação contínua das professoras, e para isso, era necessário que estivessem preparadas tecnicamente. Para tanto, os cursos normais sofreram outras reformas, na verdade, deixaram de existir para dar lugar aos cursos pedagógicos, que nos anos de 1970, passaram a ser reconhecidos como cursos de habilitação ao magistério. Segundo a professora Maria Celeste de Souza, ocorreu no Governo de João Agripino, cursos de “treinamento” para professores que eram realizados nos Centros Treinamento de Professores, que se localizavam nas cidades de Sapé, Alagoa Grande e Lagoa Seca.

Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional de 1971, os grupos escolares foram extintos e deram lugar a uma nova nomenclatura à estrutura

organização escolar brasileira que passou a se denominar ensino de 1º, 2º e 3º graus. Esse documento maior, destinado especificamente à educação, significou, portanto, o momento em que a perspectiva tecnicista consolidou-se institucionalmente em todas as esferas do “sistema” escolar brasileiro. E como vimos, às professoras, aqui em estudo, foram as grandes protagonistas desse processo no âmbito do Grupo Escolar Professor Maciel.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, escrevemos parte da história de uma instituição de ensino, particularmente voltado para o ensino primário no interior da Paraíba, qual seja: o Grupo Escolar Professor Maciel, demonstrando mais uma vez, empiricamente, como a escrita da história pode ser realizada não somente tendo como base documental os escritos oficiais, mas, contando com outros tipos de fontes, tais como aquelas originárias das memórias. Podemos perceber aspectos outros que os primeiros tipos de fontes não nos dariam a possibilidade como, por exemplo, de nos aproximarmos do cotidiano escolar. Esse último aspecto nos parece extremamente relevante se considerarmos o que Sanfelice (2006, s/p), ao apontar que, ao mergulharmos

no interior de uma Instituição Escolar, com o olhar do historiador, é ir em busca das suas origens, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações arquitetônicas pelas quais passou, e que não são gratuitas: é ir em busca da identidade dos sujeitos (professores, gestores, alunos, técnicos e outros) que a habitaram, das práticas pedagógicas que ali realizaram, do mobiliário escolar que se transformou e de muitas outras coisas.

Nesse sentido, as fontes orais, aqui prevaleceram porque queríamos ouvir o que algumas das suas professoras tinham a nos dizer sobre o Grupo Escolar Professor Maciel, atualmente Escola Estadual de Ensino Médio Professor Maciel. Essa opção metodológica foi também condicionada em virtude da pouquíssima documentação encontrada sobre a referida instituição escolar. Assim sendo, foi a partir das falas gravadas e depois transcritas de cada professora, que nos foi possível, por exemplo, sabermos como elas davam as suas aulas, como avaliavam o rendimento dos alunos no decorrer do processo de ensino aprendizagem. Também ficamos informados como os inspetores escolares agiam no interior do Grupo Escolar e que recomendações davam as professoras. Consideramos ainda, muito instigante a criação do Clube 4 S, no Grupo Escolar Professor Maciel que apesar de se encontrar localizado na zona urbana de Itabaiana, as suas professoras, nos pareceu, desenvolver um profícuo trabalho relacionado aos interesses do mundo rural.

Muitos outros aspectos também nos chamaram a atenção, principalmente, os relacionados às perseguições políticas no período do regime militar quando o prefeito de Itabaiana, em 1964, doou cem cartilhas para os alunos do primeiro ano primário. Como era simpatizante de João Goulart, Miguel Arraes e Leonel Brizola sofreram intimidações que levaram finalmente a sua cassação.

Todo esse terror levou as professoras a ficarem apreensivas e com medo de também serem perseguidas. Isso fez com que se gerasse o pacto do silêncio e do medo entre todos aqueles que formavam a equipe do Grupo Escolar Professor Maciel.

Consideramos, portanto, que as professoras primárias, que naquele Grupo Escolar trabalharam, exerceram um papel relevante no processo de escolarização na Paraíba. Algumas delas, inclusive, passaram alguns anos sem terem uma formação pedagógica, como foram os casos das professoras Maria Celeste de Souza Fonseca e de Maria das Neves e Silva, que entraram no magistério na década de 1950 e somente nos anos de 1960 é que começaram a cursar o Curso Pedagógico ou Habilitação ao Magistério. Em contrapartida a professora Severina Paes de Araújo formou-se no Instituto de Educação da Paraíba, em 1944 e Dona Maria Lúcia Marinho estudou no Curso Normal Regional oferecido pelo Colégio Nossa Senhora da Conceição, localizado em Itabaiana. Algum tempo depois também cursou o Pedagógico na mesma instituição.

Outro aspecto nos pareceu muito importante foi o fato de nenhuma das professoras terem sido nomeadas através de concurso, ou seja, todas foram indicadas por algum político ou correligionário partidário. Isto mostra o quão o poder político local era capaz de influenciar os dirigentes estaduais a burlarem as leis, já que havia o dispositivo que obrigavam todos os professores a se submeterem a concurso público para o magistério.

Esse tipo de nomeação muitas vezes colocava pessoas despreparadas para lecionar nos grupos escolares do interior. Todavia, mesmo tendo sido ela contratada pelo estado sem concurso público, D. Nini Paes no discurso escrito por ela em 15 de outubro de 1959, teceu críticas a esse procedimento. Parece-nos que sua crítica se destinava quando ocorria o agravante da professora ser contratada sem ao menos ter qualquer tipo de formação específica, aspecto esse, ao qual ela não se enquadrava, já que era formada pelo Instituto de Educação, uma das instituições escolares das mais respeitadas na Paraíba.

No entanto, o que importa é que essas mulheres professoras, formadas ou não em escola normal, ou mesmo por ter ingressado no magistério público sem o concurso público, contribuíram para a formação de muitas pessoas que por elas passaram no Grupo Escolar Professor Maciel. Elas fazem parte de um elenco de mulheres educadoras paraibanas, que mesmo lecionando em um estabelecimento de ensino primário no interior da Paraíba, estavam preocupadas com a formação da cidadania de cada itabaianense que no referido grupo estudou.

Sendo assim, o Grupo Escolar Professor Maciel muito contribuiu para a formação (educação) de varias gerações na cidade de Itabaiana, e que as suas professoras, principais

personagens desta pesquisa contribuíram para que o referido Grupo Escolar alcançasse notoriedade na cidade.

Para finalizar, ressaltamos que muito da cultura escolar produzida nos grupos escolares, ainda hoje se apresentam como aspectos das escolas de ensino fundamental. Entre elas destacamos: os desfiles escolares, as datas comemorativas e a forma dominante de organização didático-pedagógico, mesmo que ao longo dos anos tenha assumido contornos específicos. Entretanto, outras desapareceram ou tornaram-se menos relevantes, tais como: os clubes agrícolas, a adoção dos princípios tecnicistas, por exemplo. Assim, percebemos que o movimento da história e da história das instituições escolares é permeado de mudanças e permanências, avanços e recuos, e não como uma linha contínua e evolutiva, conforme pensavam alguns historiadores mais tradicionais.

Queremos concluir este estudo reiterando os nossos agradecimentos a essas professoras que ao longo da pesquisa não se negaram a prestar informações e que buscaram nas suas memórias relembrações tanto situações de alegrias, contentamentos e conquistas, mas também de medos, angústias e dúvidas.

REFERÊNCIAS

- AGUAYO, A. M. **Didática da escola nova**. Tradução e notas J. B. Damasco Penna e Antonio D'ávila. 8. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1952. (Biblioteca pedagógica brasileira, série 3ª, Atualidades pedagógicas, v. 15).
- _____. **Pedagogia científica: psicologia e direção da aprendizagem**. Tradução e notas J. B. Damasco Penna. 6. ed. São Paulo, SP: Nacional, 1953. (Biblioteca pedagógica brasileira, série 3ª, Atualidades pedagógicas, v. 18).
- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ALMEIDA, J. L. S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo, SP: Universitária UNESP, 1998.
- AMANCIO, L. N. **Ensino de leitura e grupos escolares (1910-1930)**. Mato Grosso: EdUFMT, 2008.
- ARAÚJO, Severina Paes. **Acervo pessoal fotográfico**. Itabaiana, PB: [s.n.], 2010.
- AVELAR, G. A. **Renovação educacional Católica: Lubienka e sua influência no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez e Moraes, 1978. (Coleção educação universitária).
- BENCOSTTA, M. L. A. Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.
- BENEVIDES, M. V. M. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Estudos brasileiros, v. 8)
- BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. *et al.* **Obras escolhidas**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1980.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. IBGE. **Censo Geral de 1950**. [S. l.], (1950?)
- BRUNO, D. C. **Brasil República: o jogo do poder oligárquico**. Niterói: EDUFF, 1995.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo, SP: Universitária UNESP, 1992. (Biblioteca básica).
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo, SP: Universitária UNESP, 1999. (Encyclopaedia).
- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Roberval. Grêmios para o Meio Rural. **Serviço de Informação Agrícola**. [S. l.]: Associação Brasileira de Crédito Rural (ABCAR), 1959.

CASTELO BRANCO, U. V. **A construção do mito do “Meu filho Doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil. João Pessoa, PB: Universitária UFPB, 2005.

FARIA FILHO, L. M. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da História do Ensino Primário no Brasil. In: VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos Escolares**: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

FORTUNATO, M. L. **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande: EDUEFCG, 2008.

GONÇALVES, I. A. **Cultura escolar**: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMC, 2006.

GURJÃO, E. Q. **Morte e vida das oligarquias - Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa, PB: Universitária UFPB, 1994.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Vértice, 1990.

HÉBRAD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias - o espaço gráfico do caderno escolar (França - séculos XIX e XX). Tradução de Laura Hansen. **Revista Brasileira de História da Educação**; Autores Associados - SBHE, Campinas, SP, n. 1, p.115-142, jan/jun. 2001.

HIGHET, Gilbert. **A arte de ensinar**. Tradução Lourenço Filho. 3. ed. São Paulo, SP: Melhoramentos. s/d. (Biblioteca de educação, nº 38).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)**. Brasília, DF: MEC, vol. 2, 1987.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto de estudo. Tradução de Gisele de Souza. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 1, Campinas, SP: Autores Associados/SBHE, jan/jun. 2001, pp.09- 43.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 5ª edição, São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1986. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais).

LEITÃO, Deusdedit. **O ensino público na Paraíba** – síntese Histórica da Secretaria da Educação. Governo do Estado da Paraíba – Secretaria da Educação, João Pessoa, 1987.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, SP: Cortez, 1994. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e a cidade: espaços de difusão dos ideais modernos (1916-1935)**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGE, 2010. (Dissertação de Mestrado).

LIMA, Rosângela. Chrystina Fontes de; PAIVA, Bruna Maria Morais e PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. As Festas escolares e as comemorações cívicas nos grupos escolares da Parahyba do Norte. In: **Anais do II Seminário Internacional de Educação: A Pesquisa em educação, Dilemas e perspectivas**. Aracajú, SE: Universitária, 2006.

LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro, RJ: DP&L, 2001. (Coleção o que você precisa saber).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1991. – (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).

MACHADO, Charliton José dos Santos, et.al. (orgs.). **Do silêncio a voz: pesquisas em história oral e memória**. – João Pessoa, PB: Universitária da UFPB, 2008.

MAIA, Benedito. **Governadores da Paraíba**. 1947/1986. 3ª edição. João Pessoa, PB: A União, 1986.

MAIA, Sabiniano. **Itabaiana, sua História - suas memórias 1500/1975**. João Pessoa, PB: A União, 1976.

MARIZ, Celso. **Ibiapina, um apóstolo do Nordeste**. 2ª Ed. João Pessoa, PB: Universitária da UFPB, 1980.

MEIHY, José Carlos Sebeom. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, José Batista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa, PB: Secretaria da Educação - Conselho Estadual de Educação, 1956. (Biblioteca Paraibana).

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e ensino agrícola no Brasil: Da dimensão escolar ao extensionismo-assistencialismo (1930-1950)**. Rio de Janeiro: UFF, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformação. In: SILVA, Zélia Lopes da. (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo, SP: Editora da UNESP/ FAPESP, 1999.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo, SP: Contexto, 1992. (Caminhos da história).

_____. Memórias, percursos e reflexões: com Antonio Torres Montenegro. Entrevistadores: Elio Chaves Flores e Regina Behar. In: **SAECULUM: Revista de História**. João Pessoa, PB: Universitária –UFPB, jan/jun.2008. PP.187-208.

NASCIMENTO, Maria Célia Marinho do. **Filhas e irmãs do Pe. Ibiapina: educação e devoção na Paraíba (1860-1883)**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGH, 2009. (Dissertação de mestrado).

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre a história**. São Paulo, SP: Loyola, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**, São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (10) dez 1993.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção educadores).

PAIVA, Bruna Maria de. **Grupo Escolar Epitácio Pessoa**: breves considerações sobre a sua história. João Pessoa, PB: UFPB/CE, 2006. (Monografia).

PARAHYBA. **Edifícios Escolares do Estado da Parahyba**: publicação Comemorativa da 1ª Exposição Nacional de Estatística. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1936.

PARAÍBA. Diário Oficial do Estado da Paraíba. **Decreto n. 245 de 16 de setembro de 1950. Aprova o Regulamento do Ensino Primário do Estado da Paraíba**. João Pessoa, PB: Dep. de Publicação de Imprensa Oficial, 1950.

PARAÍBA. Diário Oficial do Estado da Paraíba. **Decreto Nº 938, 30 de Janeiro de 1956. Regulamento do Ensino Primário do Estado da Paraíba**. João Pessoa, PB: Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1956.

PARAÍBA. Diário Oficial do Estado da Paraíba. **Decreto Nº 993, de 28 de fevereiro de 1956**. João Pessoa, PB: Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1956.

PARAÍBA. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em 1º de junho de 1955, pelo governador José Américo de Almeida**. João Pessoa, PB: Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1955.

PARAÍBA. **Mensagem do executivo estadual enviada a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba pelo Exmo. Sr. Governador Flávio Ribeiro Coutinho, em 1º de junho de 1956**. João Pessoa, PB: Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1956.

PARAÍBA. **Programas de ensino para as escolas primárias do Estado da Paraíba**. João Pessoa, PB: Dep. de Imprensa Oficial, 1955.

PARAÍBA. Secretaria de Educação e Cultura. **Programa de ensino primário**. (v. I; II; III; IV). João Pessoa, PB, 1968.

PEREIRA, Priscilla Leandro. **Experiências educacionais na Paraíba para o meio rural (1930-1937)**. João Pessoa, PB: DME/UFPB, 2010. (monografia de graduação de Pedagogia).

PESSOA, Maria Cecília Ávila. **Nordeste**. São Paulo, SP: Editora do Brasil, ano 1968.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidades São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Grupos escolares na Paraíba: iniciativas de modernização escolar (1916-1922). In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006a. pp. 109-140.

_____. A era das escolas rurais primárias na Paraíba (1935 a 1960). In: SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charliton José dos Santos. **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006b. (Coleção memória da educação). pp. 133-160.

_____. As novas abordagens no campo da história da educação brasileira. In: XAVIER, Libânia; TAMBARA, Elomar; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **História da educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI**. Vitória, ES: EDUFES, SBHE, 2011. (Coleção horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil, v.5). pp. 247-266.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

REGO, José Lins do. **Doidinho**. 40. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et. Al. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

SANFELICE, Jose Luís. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 20-27, agosto, 2006.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Metodologia do ensino primário**. São Paulo, SP: Nacional, 1957.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 22. ed. São Paulo, SP: Cortez e Autores Associados, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo, n. 5).

_____. **Histórias das idéias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação).

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1992. (Biblioteca básica).

SILVA Maria Raquel. **Civilizando os filhos da “Rainha”: Campina Grande modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945)**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGH, 2011. (Dissertação de mestrado).

SILVA, Vívica de Melo. **Grupo Escolar Solon de Lucena: um novo modelo de escolarização primária para a cidade de campina Grande (1924-1937)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola graduada no Estado de São Paulo (1890- 1910). São Paulo, SP: Universitária UNESP, 1998. (Prismas).

_____. **História da organização do trabalho e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo, SP: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da educação brasileira, v. 2)

THOMPSON, Paul. **História oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Linha de Pesquisa em História da Educação

Projeto de pesquisa: História do Grupo Escolar Professor Maciel nas memórias de suas professoras (1956 a 1971)

Pesquisador: Enoque Bernardo da Silva

Roteiro de entrevista

Nome completo (opcional) _____

Data e local de Nascimento _____

PARA AS PROFESSORAS:

- 1)Aonde e em que escola a senhora começou os seus estudos?
- 2)Caso ela informe que estudou em um grupo escolar: Que lembranças a senhora tem desse grupo escolar?
- 3)Há (ou havia) professores na sua família?
- 4)Durante o seu período de escolarização o que mais a senhora gostava? (De quais matérias, da forma de ensino, de uma professora em particular)
- 5)A senhora ainda guarda algum material escolar de quando foi aluna? (livros, cartilhas, boletins, provas, etc.)
- 6)Quem a senhora acha que mais lhe influenciou para escolher a carreira de magistério?
- 7)Porque a senhora escolheu o magistério?
- 8)Onde a senhora estudou para formação de professora? (Escola normal? Curso de magistério? Instituto de Educação?)
- 9)Quando e como a senhora começou a ser professora?
- 10)Os líderes políticos locais interferiram na administração do Grupo Escolar quando a senhora foi diretora?
- 11)Havia fiscalização da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba? Como era essa fiscalização?
- 12)Que métodos pedagógicos eram utilizados pela senhora e pelas outras professoras do Grupo Escolar?
- 13)Havia alguma indicação dos superiores (secretários, orientadores, supervisores, fiscais) de como deveriam ser realizadas as aulas?
- 14)Havia a indicação ou distribuição de livros didáticos ou cartilhas. A senhora lembra o nome delas? A senhora tem alguma guardada?
- 15)A senhora começou a lecionar em uma época em que o Projeto de LDB estava tramitando no Congresso Nacional. Então, que conhecimentos eram repassados para os professores e diretores sobre esse projeto?
- 16)O regime militar (1964 a 1985) influenciou na organização do grupo escolar? Ocorreu a indicação de mudanças na estrutura curricular? As fiscalizações aumentaram?
- 17)A senhora dava aula em outro local além do grupo escolar?
- 19)Após a senhora ter se aposentado, continuou dando aula em escola particular ou na sua casa?

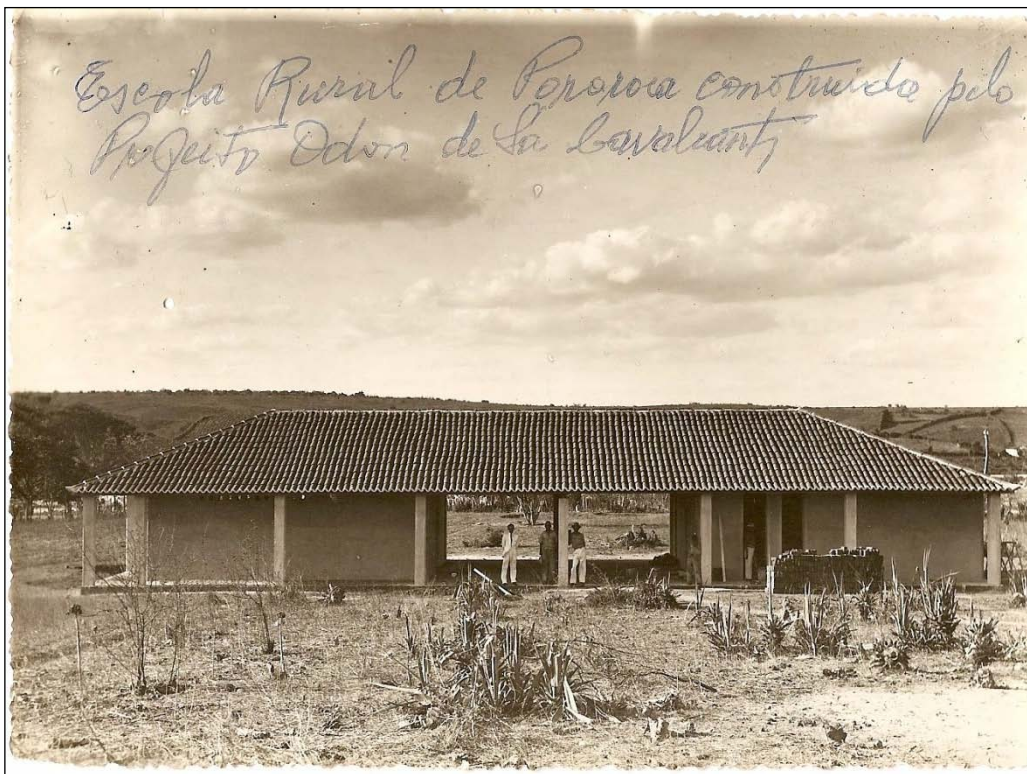
PARA A DIRETORA:

- 1)A senhora foi a primeira diretora do Grupo Escolar Professor Maciel. Conte-me como isso aconteceu?
- 2)Como era o seu relacionamento, quando foi diretora, com suas colegas de trabalho no Grupo Escolar Professor Maciel?
- 3)Quantos anos a senhora passou na direção do Grupo Escolar Professor Maciel?
- 4)O que a senhora achava mais difícil ao desempenhar a função de diretora de um grupo escolar?
- 5)O Grupo Escolar professor Maciel funcionava em quantos turnos?
- 6)Como era a clientela do grupo? Davam muito trabalho? Eram indisciplinados?
- 7)Como era a participação dos pais dos alunos na escola? Havia reuniões de pais e mestres?
- 8)Fale um pouco sobre essas reuniões.
- 9)A senhora e as outras professoras organizaram algum tipo de atividade comemorativa ou festiva? Havia desfiles? Gincanas? Concursos? Fale um pouco sobre esses eventos?
- 10)A senhora participou de alguma Semana Pedagógica?
- 11)Caso ela confirme. Peça para ela falar como foram essas Semanas.

Muito obrigado pela entrevista!

ANEXO B – FOTO DA ESCOLA ELEMENTAR MISTA

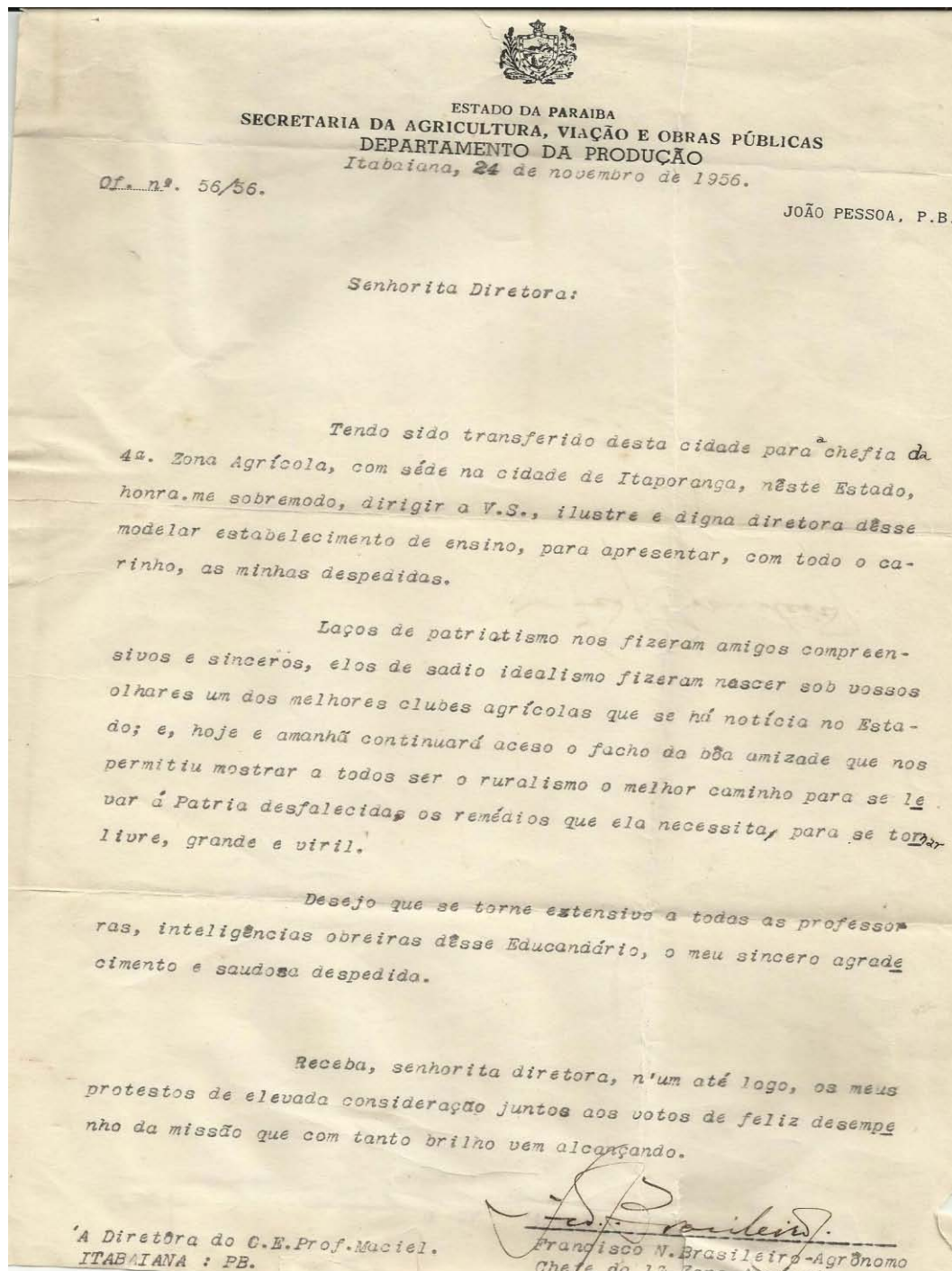
Escola Elementar Mista, localizada na zona rural de Pororoca, pertencente ao Distrito de Guarita, no Município de Itabaiana. Observar que ela se encontra em processo de acabamento.



Fonte: Acervo de Dona Dolores Coelho Sá Cavalcanti, provavelmente de 1947.

ANEXO C – OFÍCIO

Ofício enviado pelo diretor da Divisão Agrícola situada em Itabaiana. Esse ofício tem a data de 24 de novembro de 1956.



Fonte: Acervo pessoal Araújo (2011)

ANEXO D – ATAS

Atas dos exames dos de promoção com aplicação de provas objetivas dos alunos do 1º ano ao o 5º complementar, do Grupo Escolar Professor Maciel, no ano de 1958.

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e oito em um dos salões do Grupo Escolar Prof. Maciel desta cidade as 7 e 30 horas da manhã perante uma banca examinadora previamente designada pela inspetora Técnica de Ensino e Diretora deste grupo submeteram-se a exame de promoção os seguintes alunos: Maria Nadeje de Lima, Miguel Belarmino de Souza, Luis Paes, Maria José Alves, Jose Pedro Ribeiro, Marleide Freitas, Maria Socorro Aguiar, Maria Jose Ribeiro, Antonio Faustino da Silva, Maria Clarice da Silva, Analice Araújo, Luis Antonio do Nascimento, Fernando Dias, matriculados sob os números 18, 41, 50, 75, 81, 82, 84, 93, 101, 135, 136, 168, 228, 253 regido no presente ano letivo pela professora Euridirce Silva Almeida os quais fizeram provas objetivas elaboradas pela D.O.P.E. julgadas as referidas provas e tomadas as notas de aproveitamento do ano verificou-se o seguinte resultado: Maria José Alves aprovado plenamente. Marleide Freitas aprovada plenamente, Maria Clarice Da Silva plenamente- Analice Araújo plenamente – Miguel Berlamino de Souza plenamente- José Pedro Ribeiro simplesmente- Maria Nadeje reprovada – Maria Ribeiro reprovada, Fernando Dias reprovado, Antonio Faustino da Silva reprovado. Estiveram presentes a todos os trabalhos os professores. Eliomar Barreto Rocha e Severina Paes de Araújo, respectivamente Inspetor Técnico e Diretoria do Grupo. Conhecido e proclamado o resultado dos exames lavrou-se a presente ata que lida e aprovada vai assinada por quem tem direito: Aplicador: Euridirce Silva Almeida.

Ata dos exames finais dos alunos do 2º ano:

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e oito, em um dos salões do Grupo Escolar Professor Maciel desta cidade as sete e trinta horas da manhã perante uma banca examinadora previamente designada pela Inspetoria Técnica do Ensino e diretoria deste grupo submeteram-se a exames finais os seguintes alunos: Dinalva Alves da Silva, Edileusa Marcelino da Silva, Felina Ferreira Mousinho, Francileide Paes da Silva, Francileide Jaíra Nascimento, Josélia Maria da Fonseca, Josefa Maria da Silva, Luzinete Ribeiro de Souto, Mirian Guedes Pinheiro, Maria de Lourdes Freire, José do Nascimento, Maria José Dantas, Maria da Penha Silva, Maria Salete da Silva, Maria do socorro Silva, Valdete Francisco da Silva, Aluisio Simão Freitas, Antonio Batista de Araújo, Erivaldo Francisco da Silva, José Maria da Silva, João Batista de Pontes, João Batista de Lima, João Soares de Lima, Luis Gonzaga dos Santos, Luís Francisco de Oliveira, Luís Alves de Oliveira, Severino Cardoso Rodrigues, matriculados sob os números 170, 266, 97, 49, 26, 268, 121, 62, 143, 263, 122, 27, 35, 63, 134, 30, 262, 108, 67, 96, 196, 56, 250, 130, 128, 177, 183, 185, 72,, regidos no presente ano letivo pela professora Amazile Cordeiro de Araújo, os quais fizeram provas objetivas elaboradas pela D.O.P.E. julgadas as referidas provas e tomadas as notas de aproveitamento do ano, verificou-se o seguinte resultado: Francileide Paes da Silva – simplesmente, Dinalva Alves da Silva, Edileusa Marcelino da Silva, Felina Ferreira Mousinho, Francileide Jaíra da Fonseca, Gilvanebe Soares de Lima, Maria da Silva, Luzinete Ribeiro de Souto, Mirian Guedes Pinheiro, Maria de Lourdes Freire,

Maria José do Nascimento, Valdete Francisco de Souza, Aluizio Simão Ferreira, Antonio Batista de Araújo, Erivaldo Amancio da Silva, Maria José da Silva, José Maria da Silva, João Batista Pontes, João Batista de Lima, João Alves de Oliveira, Severino Cardoso Rodrigues, reprovados. Estiveram presentes a todos os trabalhos os professores Eliomar Barreto Rocha e Severina Paes de Araújo respectivamente Inspetor Técnico e Diretoria do Grupo. Conhecido e proclamado o resultado dos exames, lavrou-se a presente ata que lida e aprovada vai assinada por quem de direito.

Aplicador: Maria Celeste de Souza Fonseca

Apurador: Onelice Medeiros.

Observador.

Atas dos exames finais dos alunos do 3º ano primário:

Aos vinte e seis e (27) vinte e sete dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e oito, em um dos salões do Grupo Escolar Professor Maciel desta cidade as sete e trinta horas da manhã perante uma banca examinadora previamente designada pela Inspetoria Técnica do ensino e diretoria deste grupo, submeteram-se a exames finais os seguintes alunos: Adessil Dias da Silva, Haidil Araújo, Raimunda de Freitas, Francisco da Silva, Antonio Felix, João Marinho, Rosilda Medeiros Nascimento, Jose Mota Tavares, Maria do Socorro de Souza, João Severino Almeida, Levi Francisco, Maria das Dores Brito, Maria Jose da Silva, Maria de Lourdes Gomes Onaldo Rodrigues, matriculados sob os números: 10,24, 29, 30, 34, 36, 58, 60,90, 91, 92, 112, 113, 179, 193, 203, 215, 254, regidos no presente ano letivo pela professora Ines Maria Silveira Peixoto os quais fizeram provas objetivas elaboradas pela D.O.P.E julgadas as referidas provas e tomadas as notas de aproveitamento do ano, verificou-se o seguinte resultado: Adessil Dias da Silva, Francisca da Silva Araújo e Reginaldo Alves de Araújo aprovados simplesmente. Haidil Araújo, Raimunda de Freitas, Maria de Lourdes Gomes, Maria de Lourdes Silva, Valdecira Paes Barreto, Rosilda Medeiros Nascimento, Maria das Dores Brito, Maria do Socorro de Souza, Maria José da Silva, José Mota Tavares, João Jeronimo Almeida, Levi Francisco, Valdecir Tavares, Onaldo Rodrigues, João Marinho e Antonio Felix aprovados plenamente e Severina Davi de Lima matriculada sob numero 58 não compareceu ao exame. Estiveram presentes aos exames todos os trabalhos os professores Eliomar Rocha e Severina Paes de Araújo, respectivamente Inspetor Técnico e Diretoria do Grupo. Conhecido e proclamado o resultado dos exames, lavrou-se a presente ata que lida e aprovada vai assinada por quem de direito.

Aplicador- Ines Maria Silveira Peixoto

Apurador – Maria Celeste de Souza Fonseca

Revisor – Onelice de Medeiros Borges

Observador – Euridirce Silva Almeida.

Ata dos exames finais do 4º ano primário:

Aos vinte e vinte e um dias de novembro de mil novecentos e cinquenta e oito, em um dos salões do Grupo Escolar Professor Maciel desta cidade as sete e trinta horas da manhã perante uma banca examinadora previamente designada pela Inspetoria técnica do Ensino e Diretoria deste grupo. Submeteram a exames finais os seguintes alunos:

Ovany Dias da Silva, Edvirgem Cardoso da Silva, Elizabeth Paes da Silva, Iolanda Matias da Silva, Maria Rodrigues da Silva, Josefa Guedes da Silva, Maria da Salete Ribeiro da Silva, Anísio Dias Medeiros, Francisco José Nascimento, Josedite Ferreira Lima, Severino Davi de Lima, Valdir Francisco de Souza, matriculados sob os números, 11,5,51,19,20,13,264,186,37,198,59,106, regidos no presente ano letivo pela professora Onelice Travassos de Medeiros, os quais fizeram provas objetivas elaboradas pela D.O.P.E. julgados as referidas provas e tomadas as notas de aproveitamento do ano, verificou-se o seguinte resultado: Ovany Dias de Souza aprovada simplesmente, Edvirgem Cardoso da Silva- simplesmente, Elizabeth Paes da Silva – plenamente, Iolanda Matias da Silva- simplesmente, Maria Rodrigues de Lima – simplesmente, Maria da Salete Ribeiro – simplesmente, Anísio Dias Medeiros – simplesmente, Francisco José Nascimento – simplesmente, Valdir Francisco de Souza- simplesmente, Josefa Guedes da Silva, Josedite Ferreira de Lima, Severino Davi de Lima, reprovados. Estiveram presentes a todos os trabalhos o professor Eliomar Barreto da Rocha e Severina Paes de Araújo, respectivamente Inspetor técnico do Ensino e diretoria do Grupo. Conhecido e proclamado o resultado dos exames, lavrou-se a presente ata que lida e aprovada foi assinada por quem de direito.

Eliomar Barreto da Rocha

Severina Paes de Araújo

Aplicador – Onelice Travassos de Medeiros

Apurador – Maria Celeste de Souza Fonseca

Revisor – Euridice Silva Almeida

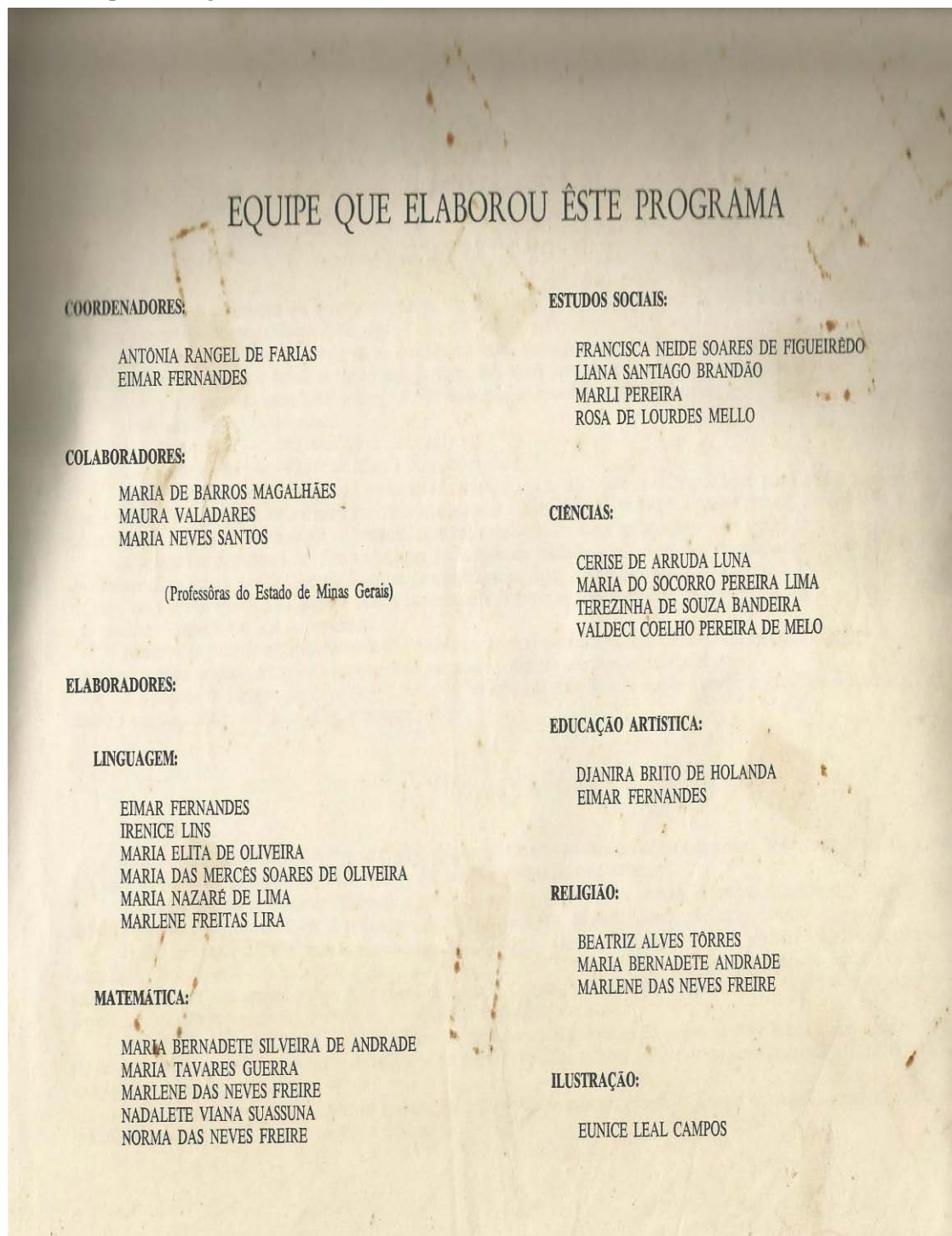
Observador: Maria das Neves Silva.

Ata dos Exames Finais, com aplicação de Provas Objetivas dos alunos do Curso Complementar do Grupo Escolar Professor Maciel.

Aos dezoito e dezenove dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e oito, em um dos salões do grupo Escolar Professor Maciel desta cidade às sete e trinta horas da manhã, perante uma banca examinadora previamente designada pela Inspetoria Técnica do Ensino e Diretoria deste grupo. Submeteu-se a exames finais o aluno: José Roberto, matriculado respectivamente sob número 201, regido no presente ano letivo pela professora Onelice Borges de Medeiros, o qual fez prova objetiva elaborada pela D.O.P.E. julgada a referida prova e tomada as notas de aproveitamento do ano verificou-se o seguinte resultado: aprovado com plenamente. Estiveram presentes a todos os trabalhos os professores: Eliomar Barreto Rocha e Severina Paes de Araújo, respectivamente Inspetor Técnico de Ensino e Diretora do grupo. Conhecido e proclamado o resultado dos exames, lavrou-se a presente ata que lida e aprovada, vai assinada por quem de direito. Eliomar Barreto Rocha, Severina Paes de Araújo, (aplicador) Onelice Travassos de Medeiros, (Revisor) Maria das Neves Silva, (apurador) Therezinha T. Santiago, (observador) Maria das Neves Alves.

ANEXO E – CONTRA CAPA DO PROGRAMA DE ENSINO PRIMÁRIO DE 1968

Contracapa do Programa de Ensino Primário, 1968.



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola Estadual de Ensino Fundamental Odete Mendes.